

2025

MEMÓRIA CONEXÃO CIÊNCIA

Comunicação e Arte,
Sociais Aplicadas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Memória C² [livro eletrônico] : comunicação e artes, sociais aplicadas / organizadores Débora de Mello Gonçalves Sant'Ana, Ana Paula Machado Velho, Any Carolyn Clementino Veronezi. -- Maringá, PR : Ed. dos Autores, 2025.
-- (Série conexão ciência - C² : ano 2)
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-01-86368-9

1. Arte e cultura 2. Ciências sociais
3. Comportamento humano 4. Comunicação - Pesquisa - Brasil 5. Cultura - Aspectos sociais I. Sant'Ana, Débora de Mello Gonçalves. II. Velho, Ana Paula Machado. III. Veronezi, Any Carolyn Clementino.
IV. Série.

25-326194.0

CDD-306.47

Índices para catálogo sistemático:

1. Arte e cultura : Sociologia 306.47

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

MEMÓRIA CONEXÃO CIÊNCIA

Organizadores

Débora de Mello Gonçalves Sant' Ana

Ana Paula Machado Velho

Any Caroliny Clementino Veronezi

Carlisle Ferrari Rossi

Diagramação

Any Veronezi

Carlisle Ferrari Rossi



Bem-vindos!

O Conexão Ciência – C² foi idealizado como uma forma de concretizar a Rede de Popularização da Ciência do Paraná (Repopar). Entrou no ar em 8 de julho de 2021. Neste dia é comemorado o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico e da Pesquisadora Científica.

A plataforma começou a partir de uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Seti.

O C² busca democratizar o conhecimento produzido nas universidades do Paraná, unindo bom humor e personagens, que aproximam a ciência da comunidade, além de trazer visibilidade aos cientistas. Tudo isso de forma multimidiática. São utilizados, além de textos, podcasts, infográficos, vídeos e lives, além de ilustrações exclusivas, que abrem e contextualizam as reportagens.

Hoje, a execução do projeto é coordenada pelo Museu Dinâmico Interdisciplinar (Mudi/UEM), somando esforços com a Fundação Araucária (FA), agência de fomento da ciência, tecnologia e inovação do Paraná.

A primeira fase do projeto, que ocorreu entre 2021 e 2022, divulgou, majoritariamente, pesquisas científicas da Universidade de Maringá e pode ser acessada também em e-book.

A partir de mês de março de 2023, o projeto deu início à Fase II com uma novidade: a participação das outras seis universidades estaduais do Paraná.

A equipe conta com jornalistas, artistas, professores e estudantes de comunicação, artes, design, educação física, entre outros cursos. Neste e-book, reunimos a produção das áreas de Comunicação e Artes e Sociais aplicadas de 2023. É uma forma de oferecer mais uma opção para o leitor do projeto. Aproveite!

Ana Paula Machado Velho
Editora-executiva

ÍNDICE

Comunicação e Artes

05 Câmeras e histórias transformando consciências

Ana Paula Machado Velho

16 A arte da ciência (ou a ciência da arte)

Ana Paula Machado Velho

31 Ciência e Fotografia: a convergência entre arte e conhecimento

Leonardo de Jesus

45 Entre a Arte e a vida: a fotografia invade a Ciência

Ana Paula Machado Velho
Nelson Silva Junior

ÍNDICE

Comunicação e Artes

60 **A camisa amarela ladeira
abaixo transformam realidades**

Andressa Rickli

74 **Etarismo: a mídia e suas
representações**

Milena Massako

84 **Teatro: a magia da expressão**

Andressa RickliJuliana Daibert

92 **Tem ciência no palco, tem
sim senhor**

Nelson Silva Junior

101 **Retrospectiva 2023: Conexão
Ciência cresceu e apareceu**

Silvia Calciolari

ÍNDICE

Sociais aplicadas

04 **Por um mundo sem prefixos
para todos, todas e todes**

Juliana Daibert

13 **Tem mulher na Filosofia, sim!**

Silvia Calciolari

26 **2023: O Brasil sem anistia**

Silvia Calciolari

ÍNDICE

Sociais aplicadas

50 Uma pedagogia para chamar de nossa!

Redação C²

62 Ciência cidadã: de todos, para todos

Luiza da Costa

69 A dor e delícia de ser uma mãe que ama a ciência

Silvia Calciolari



Comunicação e Artes



© Conexão Ciência | Arte: Hellen Vieira

20/04/2023

Câmeras e histórias transformando consciências

Ao gravar suas biografias indígenas provocam reflexões na vida da comunidade universitária

Autor:
Ana Paula Machado Velho

O tradicional Dia do Índio, comemorado todo 19 de abril, passou a ser chamado oficialmente de Dia dos Povos Indígenas, no ano passado. Quem definiu foi a Lei 14.402/2022. A mudança do nome da celebração tem o objetivo de explicitar a diversidade das culturas dos povos originários e é fruto do projeto da deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR).

O termo “povos indígenas” é preferido pelas populações originárias, que veem a designação “índio” como preconceituosa. De acordo com a deputada, o termo ‘indígena’, que significa ‘originário’, ou ‘nativo de um local específico’, é uma forma mais precisa para nos referirmos aos diversos povos que, desde antes da colonização, vivem nas terras que hoje formam o Brasil. O termo “índio” foi difundido quando os portugueses chegaram ao Brasil e acharam, erroneamente, que haviam chegado às Índias.

Mas este é um dos menores problemas que enfrentam os povos originários. Nesta semana em que se comemora o Dia dos Povos Indígenas, é fundamental não perdermos de vista a situação que estes vêm atravessando nos últimos anos no Brasil. O marco mais recente foi a constatação da “omissão criminosa” do governo federal na preservação de direitos do povo ianomâmi, entre os anos de 2019 e 2022.

Este é o motivo que levou o C² a lançar holofotes nas ações que focam estes grupos nas universidades paranaenses e encontramos exemplos muito legais ligados a processos de educação.

Neste texto vamos falar de educação não-formal. De como os processos que levam as pessoas a se reconhecerem por meio da integração com o outro possibilitam repensar a própria história. Essa é a tarefa de um grupo de alunos e de uma professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Norte do estado do Paraná.

Experiência única

Após iniciar suas atividades como docente no curso de jornalismo, lá em 2015, a professora Mônica Panis Kaseker teve a oportunidade de conhecer e acompanhar dois estudantes indígenas que passavam naquele momento pelo curso, Yago Queiroz e Gabriela Kríng, ambos da etnia Kaingang. “Na época, fui indicada para representar a graduação de comunicação na Comissão Universidade para Indígenas (CUIA), da UEL, e essa experiência foi crucial para definir meus projetos tal qual eles são hoje”, relembra.



(Foto/Leonardo de Jesus)

Mônica Panis Kaseker atuou como jornalista em diversos veículos de comunicação do Paraná. Atualmente é representante da CUIA UEL, colaboradora do Ciclo de Formação Acadêmica Intercultural Indígena e professora do Mestrado em Comunicação e do curso de Jornalismo da UEL.

Antes de explicarmos exatamente como o projeto de Mônica funciona, precisamos “começar do começo” para entender de onde ele se insere numa dinâmica maior da Universidade de Londrina.

A UEL possui o Ciclo de Formação Acadêmica Intercultural Indígena, programa associado à CUIA da universidade. Com duração de um ano e separado em quatro eixos, o Ciclo é um curso que antecede o ano letivo dos indígenas com aulas de nivelamento voltado às disciplinas básicas como matemática, português e ciências da natureza, mas também conta com duas disciplinas sobre interculturalidade.

A professora ressalta que o Ciclo surgiu “aos improvisos”, em meados de 2014, com professores voluntários. A ideia era criar um período de iniciação acadêmica em que o indígena pudesse, num processo mútuo, se adaptar às condições e vivência dos brancos ao mesmo tempo em que a universidade se adaptaria a esse tipo de aluno. E assim oportunizar um espaço de interdisciplinaridade e interculturalidade do conhecimento entre o indígena e a universidade.

“Não é somente ele [indígena] que tem que se adaptar. A própria universidade também tem que se adaptar. Por isso que é intercultural, é o encontro, não é para o indígena entrar na caixinha e se formatar. Todos nós nos formatamos na universidade, mas, não é só esse movimento. A universidade também tem que se abrir e olhar para isso”, afirma Mônica.

Estímulos

Todo esse trabalho está envolvendo outros docentes, atraídos pela relevância da iniciativa de acolher, estimular e ensinar ferramentas para os indígenas universitários se expressarem através das técnicas de comunicação.

O professor Wagner Roberto do Amaral, docente do Departamento de Serviço Social da UEL, também atua no primeiro eixo, junto com a professora Mônica, em uma das disciplinas que abordam as questões interculturais. Até 2017, Amaral desenvolvia com os alunos do Ciclo uma autobiografia num outro formato, diferente de como ele é feito hoje.

Os indígenas eram instigados a pesquisar sobre si, sobre a sua comunidade, ancestralidade, etnia e muitos outros elementos que estivessem relacionados à sua origem. Ao final do primeiro eixo, eles apresentavam um trabalho falando sobre o que descobriram. Todo esse trabalho era feito e apresentado por meio de seminários.

Wagner Roberto do Amaral,
docente de uma das
disciplinas interculturais do
Ciclo e do departamento de
Serviço Social da UEL
(Foto/Arquivo Pessoal)



Foi aí que a Mônica, que auxiliava no programa, mas ainda não era oficialmente professora, propôs aos seus colegas que essas autobiografias fossem realizadas por meio de vídeos. Mas ela queria ir além, queria dar o suporte necessário para essas produções e, em 2018, idealizou a criação de um projeto de extensão na universidade.

Intitulado “Audiovisual para o fortalecimento da identidade indígena no processo educativo”, o projeto nasce com a proposta de fornecer o aparato técnico aos estudantes do Ciclo e promover a problematização de assuntos pertinentes à temática indígena, visto que alguns alunos possuem vínculos muito frágeis com a própria cultura.

Até aqui, o projeto já produziu cerca de 25 autobiografias e sete documentários com os povos Kaingang, Guarani Mbya e Avá-Guarani, trazendo diferentes histórias de vida. Todas elas podem ser acessadas gratuitamente no canal oficial do YouTube, da CUIA UEL.

Edilene Moraes, estudante
Kaingang da UEL
pertencente ao território
indígena de São Jerônimo
(Reprodução/YouTube)



Euclides Barros, estudante
Avá-Guarani da UEL
pertencente ao território
indígena de Guaíra
(Reprodução/YouTube)



Jhonifer Tavares, estudante
Kaingang da UEL, viveu na
terra indígena de Rio das
Cobras e hoje pertencente à
terra indígena de Marrecas
(Reprodução/YouTube)



Mônica ressalta que os membros do Ciclo participam de todo o processo de produção e que a autoria desses conteúdos são deles, o projeto de extensão apenas faz a mediação para que os alunos contem a história que quiserem. E, claro, fomos acompanhar de pertinho uma delas.

A história em curso da vez é do estudante de medicina da UEL, Avá-Guarani, Rodrigo Luis, que já apresentou sua biografia em outro momento no modelo antigo e agora está ampliando seu alcance através do vídeo. Foram mais de 45 minutos explorando um pouco das riquezas de vida que ele contou em frente à câmera. O indígena se mostrou muito contente com a experiência que vem tendo com o projeto e destacou sobre a importância das autobiografias em formato de vídeo para combater estereótipos e difundir sua cultura.

Rodrigo Luis está no quinto ano de Medicina e planeja voltar à aldeia onde nasceu para atuar profissionalmente como Agente Indígena de Saúde
(Foto/Leonardo de Jesus)



O mais interessante de todo esse processo é que essas histórias que são contadas acabam mexendo com a vida de muita gente, até de não-indígenas. O projeto de extensão da professora Mônica é aberto aos estudantes do Ciclo, do curso de jornalismo e aos mestrandos em comunicação da UEL. Na visão da doutora em sociologia, ele é tão importante para os indígenas quanto para os não-indígenas, já que a ideia é que ele funcione como uma via de mão dupla, promovendo a interculturalidade entre seus integrantes.

Muitos são os estereótipos atribuídos aos povos originários do nosso País. Em um Brasil dominado por culturas hegemônicas, os indígenas são retratados em diversos meios, mas principalmente nas produções audiovisuais, como seres primitivos, preguiçosos, afastados da sociedade e marginalizados pelo seu modo de viver.

Quando os alunos não indígenas passam a conviver com representantes de povos originários e a vivenciar as experiências nas aldeias, por exemplo, conseguem perceber que eles não pararam no tempo, reconhecer a sua autenticidade e absorver a vasta riqueza cultural desses povos.

“Essa experiência é de trocas não só entre indígenas e não-indígenas, mas entre os próprios indígenas. Porque eles percebem que tá tudo bem, é assim mesmo ser indígena no século 21”, destaca Mônica.

Todo o desenvolvimento desse trabalho, segundo ela, é muito bem conversado e feito por meio de oficinas. Existem dias em que todos os participantes conversam sobre “Memórias e Ancestralidade”. Em outra situação, trazem suas músicas e até mesmo dançam. Nesse momento, todos integrantes do projeto conseguem identificar similaridades e diferenças culturais, mas também aprendem sobre elas.

Cinema indígena

Em meio a produção desta reportagem, tivemos uma alegre surpresa: o cineasta Kaingang Cleber Kronun esteve em Londrina no dia 25 de março, para participar da Oficina de Cinema Popular Documentário (@oficinadecinemapopulardoc) e ministrar uma palestra a respeito do cinema indígena.

Kronun é coordenador do Centro de Memória e Cultura Kaingang em Londrina (CMCK), estuda pedagogia na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), é pesquisador e documentarista da cultura

indígena Kaingang. Ele já desenvolveu diversos trabalhos no campo da cinematografia, participando de produções como “Eg in: nossa casa” (2016), “As marcas Kaingang” (2018) e “A história de João Kynin Cândido” (2018).

Cleber Kronun, cineasta
Kaingang da Terra Indígena
do Apucaraniha
(Wellington Victor/Oficina de
Cinema Popular)



O cineasta enfatizou a importância do audiovisual e do cinema na vida dele e dos membros da sua comunidade que, hoje, utilizam esse recurso tecnológico como forma de se defenderem e impedirem que sua cultura seja apagada por outras.

Ele conta que as pessoas mais velhas de sua aldeia diziam que os homens brancos iam até a sua terra, realizavam inúmeros registros e prometiam fazer a devolução desse material, mas não era o que acontecia. Foi a partir daí que eles tiveram a iniciativa de criar o CMCK tal qual ele é hoje, na terra indígena Apucaraniha, de onde Kronun vem, e começaram a produzir os seus próprios registros e a ensinar audiovisual à comunidade. Você pode conferir esses registros aqui.

Sob direção de Douglas Noján Cândido, Kronun participou de algumas filmagens do “A história de João Kynin Cândido” (2018). O curta-metragem dá espaço às lembranças de infância do Kaingang João Kynin Cândido com sua avó.

O documentário também traz críticas aos agrotóxicos utilizados de maneira excessiva nos alimentos e à destruição da natureza em decorrência da produção agrícola exacerbada feita por não-indígenas.

Kronun ainda afirma que “o cinema indígena envolve toda a comunidade e isso é importante porque pesquisar sobre a sua cultura é fazer com que a sua história não seja esquecida”.

Todo esse material produzido é transmitido depois na escola indígena da sua aldeia para as crianças da comunidade, permitindo com que suas tradições e costumes sejam passadas à nova geração.



A pesquisa que
mencionamos contribui
para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Leonardo de Jesus Dias e Ana Paula Machado Velho

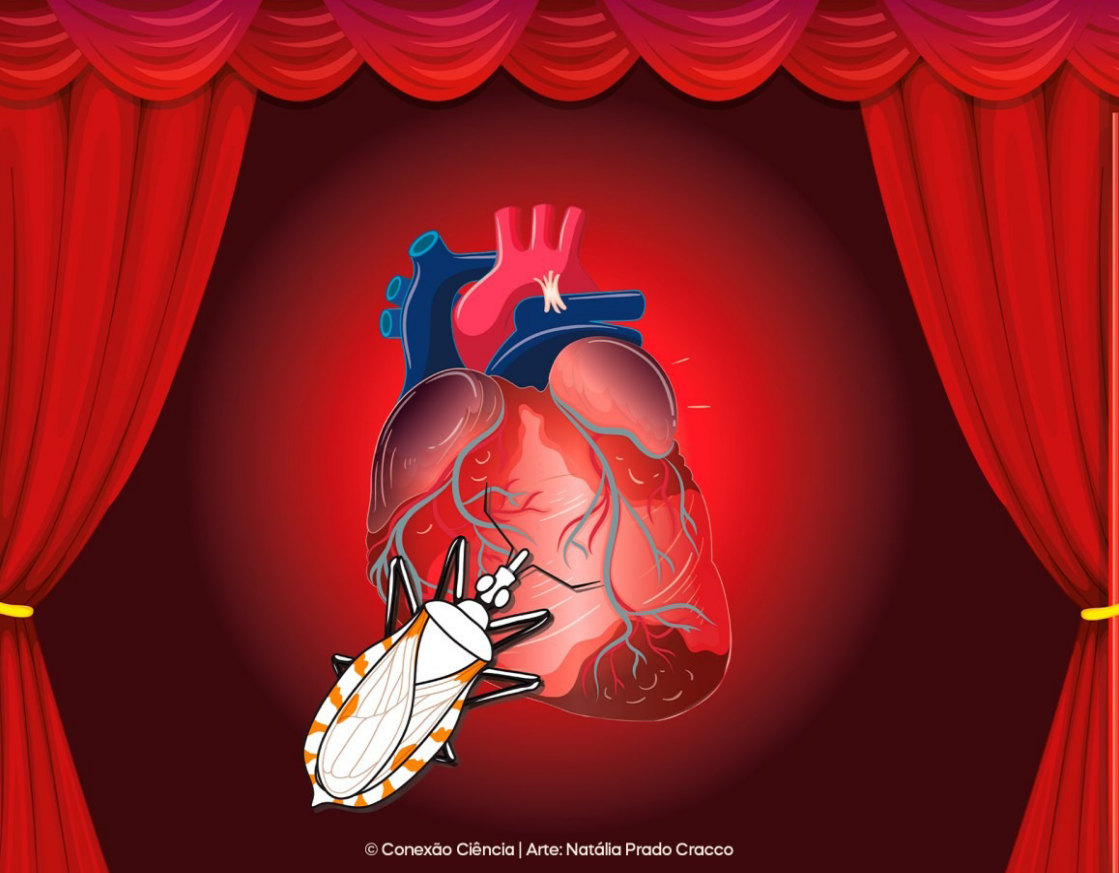
Edição de áudio: Leonardo de Jesus Dias

Arte: Hellen Vieira

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena



© Conexão Ciência | Arte: Natália Prado Cracco

27/04/2023

A arte da ciência (ou a ciência da arte)

O teatro fazendo sentido no universo da informação científica em um mundo cada vez mais “complexo”

Autor:
Ana Paula Machado Velho

O que a arte e a ciência têm em comum? Eu arrisco responder... tudo. Há pouco tempo estava lendo um artigo científico escrito por um pesquisador que se descreve como mestre e doutor em educação, gestão e difusão em Biociências, João Ricardo Aguiar da Silveira. Ele diz que ciência e arte, tecnologia e filosofia são fruto de raciocínio lógico, de criatividade, de desenvolvimento de técnicas e demandam capacidade de reflexão e abstração; isto é, de imaginação. Por isso, essas coisas todas, incluindo arte e ciência, fazem sentido estarem conectadas e isso ganha cada vez mais sentido diante de um mundo diariamente mais cheio de informação, mais “complexo”, como João coloca no texto.

Toda essa reflexão me lembrou o tempo em que fiz pós-doutorado e trabalhei com o coordenador de artes do C², o professor Tiago Lucena. É... o Conexão Ciência tem diretor de arte e núcleo de produção nesta área. Talvez por termos vivido os momentos que conto a seguir. Eu e Tiago estávamos na Universidade de Brasília e participamos de uma investigação do Laboratório de Pesquisa em Arte e TecnoCiência – Lart. Nosso objetivo era compreender como usar as interfaces, os produtos de comunicação para provocar mudanças de hábitos nas pessoas e torná-las mais saudáveis.

Resumindo, nas nossas investigações, vimos que usávamos os conceitos citados por Silveira (raciocínio lógico, criatividade, técnicas, capacidade de reflexão, imaginação) para desenvolver nossas chamadas “interfaces comunicacionais”; isto é, utilizávamos processos criativos... artísticos... e ficamos muito felizes em “provar” a relação entre arte, ciência, tecnologia, comunicação, enfim... arte e vida.

Essas ideias vêm nos acompanhando há anos... e ficamos extremamente empolgados quando nos deparamos com várias iniciativas similares às que pesquisamos nas Instituições de Ensino Estaduais de Superior do Paraná (IEES).

A primeira delas está na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O nosso colega de C², o professor Nelson Silva Jr., nos alertou para o fato de que existe por lá um grupo de acadêmicos envolvido com teatro científico. A junção das artes cênicas e da ciência. O máximo, gente! Uma das responsáveis pela recém-formada trupe da ciência é a professora Departamento de Química, da UEPG, Leila Inês Follmann Freire, que atua na formação de professores e ama a área de divulgação científica.

Nelson Silva Jr é Diretor da
Pró-Reitoria De Extensão
E Assuntos Culturais da
Universidade Estadual de
Ponta Grossa
(Foto/Arquivo Pessoal)



Leila Inês Follmann Freire,
é Coordenadora do
Departamento de Química,
na Universidade Estadual de
Ponta Grossa
(Foto/Maysa Ribeiro)



Ela conta que sempre esteve envolvida com o teatro fora da universidade, porque é apaixonada pela produção, pela cenografia, pela técnica. Em 2019, foi convidada a fazer parte de um grupo de teatro de Ponta Grossa, o Flogisto, que já fazia peças para falar de ciência. O convite partiu de um ex-aluno.

“Me envolvi com esse grupo fora da universidade, embora tivessem dois egressos da UEPG conosco. Era um pessoal envolvido com a cena teatral de Ponta Grossa de forma geral que queria produzir peças que abordassem a ciência. Então, a gente fez, circulou, foi para eventos fora, participou de editais do município, lei de incentivo e tudo mais. Fiquei com esse grupo em 2019 e 2020. Inclusive, participamos do famoso Festival Nacional de Teatro [Fenata], de Ponta Grossa. Na categoria dos Campos Gerais, que é uma categoria local, mas tivemos que parar por conta da pandemia”, explicou a professora.

Nessa pausa, Leila saiu para o pós-doutorado e foi pesquisar o teatro científico ou teatro de temática científica; isto é, a prática teatral que promove a divulgação e a alfabetização científica através das Artes Cênicas. Pode-se dizer que, neste gênero, a ciência é a fonte de inspiração para a criação de cenas ou peças, e ainda promove uma abordagem das ideias científicas, tratando de temas que envolvem a relação humana e científica.

Assim, quando voltou, em 2021, a professora produziu um espetáculo com o Flogisto para a mostra competitiva do Fenata. A peça foi escolhida pelo júri popular como a melhor do festival. O texto “A borboleta da colina” abordava os processos de transformação que acontecem com o ser humano.



Apresentação da peça
teatral "A borboleta da
colina" na Universidade
Estadual de Maringá
(Foto/Maysa Ribeiro)

“Especialmente a transformação da matéria. Quando a gente morre, o que acontece? Mas também falamos sobre os processos de transformações ao longo da vida. Tudo se passa em um jantar especial para convidados não desejados — e mostramos o que acontece com o nosso corpo, do que somos feitos, fisicamente, quimicamente falando. Ganhamos o prêmio de melhor peça e, com isso, despertou a vontade de termos um grupo aqui, na UEPG”.

Teatro científico na UEPG

Em 2022, então, surgiu o GTC, ou seja, o Grupo de Teatro Científico da UEPG. Segundo a professora, este é um projeto de extensão que trabalha com o pessoal da comunidade, acadêmicos da graduação e da pós-graduação, além de outros professores parceiros: Josemar de Quadro Chagas, do Departamento de Matemática, e Nelson Silva Jr., das Artes Visuais. Este último, explica um pouco sobre o FENATA, o cenário do teatro em Ponta Grossa e na UEPG.

A primeira peça do GTC estreou em outubro de 2022. Chamada de Coração em “Chagas”. Fala da Doença de Chagas, da história do pesquisador Carlos Chagas e das relações humanas dele, além de abordar os desafios daqueles que fazem pesquisa hoje no nosso país.

“Mostramos como eram as pesquisas na época do Chagas, mas também como se dão hoje. Temos aqui na UEPG pesquisas sobre a Doença de Chagas de forma bem específica, então a gente trouxe desde o processo do conhecimento histórico contextual até o que se sabe sobre ela hoje. O que temos nos dias atuais quando falamos da Doença de Chagas no Brasil e em Ponta Grossa? E ainda resgatamos a história que conta porque não trouxemos um prêmio Nobel para o Brasil apesar de tudo que foi feito por Carlos Chagas”, conta Leila. Abaixo, a professora dá mais detalhes sobre o Nobel que não veio e como isso se encaixa na produção apresentada pelo GTC.

A professora Leila Inês Follmann Freire e o Josemar Chagas, dramaturgo do grupo Flogisto, contam a história sobre a não vinda do prêmio Nobel para o brasileiro Carlos Chagas

Para a professora, o teatro consegue atingir o público mais misto possível, desde aquele que está na escola ao público cativo da cena teatral de Ponta Grossa. Segundo Leila, antes de ser um teatro que fala de ciência, as produções do GTC é teatro. Todos os elementos estão ali, envolvendo o espectador.

“Quando a gente fala da ciência divulgada, comunicada por meio do teatro, a gente vai do texto aos aspectos visuais, elementos de cenografia, de figurino e tudo mais... iluminação e sonoplastia. Não é uma coisa só que comunica. As sensações que as pessoas têm no teatro são muito diferentes de outras formas de comunicação. Diferem de você ler um texto de assistir alguma coisa que seja menos envolvente. O teatro tem uma característica própria que a gente diz que facilita a comunicação. A gente pode pensar isso em um momento que é a encenação”.

Segundo Leila, os roteiros “científicos” no Flogisto foram escritos por dramaturgos de Ponta Grossa. Já a peça do Chagas é um texto construído coletivamente, a partir de leituras, estudos e improvisações teatrais, realizadas por um grupo de pessoas que se dispôs a testar ideias para construir cenas e, a partir dessas cenas, elaborar a roteirização. Tudo ganhou um aspecto mais realista com a cenografia que, apesar de ter sido pensada em conjunto, teve o apoio da artista visual Rute Ayumi Onoda, que criou o mosquito-da-malária, o tripanosoma gigante, os barbeiros e o coração anatômico levemente aumentado que marca o palco da encenação.



Apresentação da peça
"Coração em Chagas no
FENATA 2020
(Foto/Arquivo pessoal do
grupo Flogisto)



Apresentação da peça
"Coração em Chagas no
FENATA 2020
(Foto/Arquivo pessoal do
grupo Flogisto)



Apresentação da peça
"Coração em Chagas no
FENATA 2020
(Foto/Arquivo pessoal do
grupo Flogisto)





Apresentação da peça
"Coração em Chagas no
FENATA 2020
(Foto/Arquivo pessoal do
grupo Flogisto)

“A gente não teve financiamento da universidade nesta edição de 2022. Montamos tudo com pedidos de doação. A cenografia e os adereços são do grupo, mas é sempre assim com o aporte de pessoas da ciência e de pessoas da arte. A Rute foi uma mestrande aqui no nosso Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática [PPGECM]. Ela terminou o mestrado aqui e pesquisa a relação arte/ciência. O Renan, que foi cenógrafo, é egresso do nosso mestrado e faz doutorado na UEM”, explicou Leila, que é professora do PPGECM e fez pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Arte no corpo e no papel

Segundo o professor Marcos César Danhoni Neves, professor do PCM, o trabalho de vários professores colocou o tema arte e ciência como área de pesquisa dentro de três programas de pós-graduação: no PCN-UEM, no PPGECM-UEPG e no Programa de Pós-Graduação de Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGET), da UTFPR, de Ponta Grossa. São vários docentes orientando dissertações, teses e outros tipos de trabalhos.

“Tudo começou basicamente com uma questão que vem do Galileu, em uma discussão na época da comemoração dos 400 da invenção do telescópio. Não foi Galileu que inventou, mas foi ele que aperfeiçoou o equipamento e olhou para o céu. Então, a gente pode descobrir que ele viu o que viu porque tinha uma mente moldada pela arte. Ele foi aluno da Academia de Desenho, fundada por Michelangelo Manarote. Lá aprendeu a colocar no papel, que é um mundo bidimensional, o mundo tridimensional. Aprendeu as regras da perspectiva, tanto é que ele vai chamar o primeiro telescópio de Perpitilo, aparelho da perceptiva. E aí ele olha para o céu e declara a ruína do mundo aristotélico. Mostra a distinguir na época que eram os anéis.

Viu um mini sistema planetário que era Júpiter com os seus quatro planetinhas”, redesenha o Cosmos, resume Danhoni.

Esse movimento de redesenhar analisado pelo grupo de Marcos acabou se transformando em um estímulo de pensamento e ação de uma disciplina da graduação do curso de Artes Visuais da UEM e da pós-graduação. Desde 2011, Danhoni e a professora Josie Agatha Parrilha da Silva, hoje coordenadora do PPGECEM-UEPG, formaram uma rede ligando arte e ciência.



Professor Marcos César
Danhoni Neves e professora
Josie Agatha Parrilha da
Silva (Foto/Maysa Ribeiro)





“A ideia é fazer com que aquela coisa que se fala muito e se faz pouco, que é a inter e a transdisciplinaridade, realmente se materialize. E ela tem se materializado em diferentes processos e produtos, ações educacionais de formação, mas também no teatro e um pouquinho na discussão sobre cinema. Uma das atividades é uma espécie de oficina para a criação de poéticas visuais. Recentemente, um grupo de alunos produziu imagens a partir da discussão e observação de dois filmes de ficção científica: ‘A Chegada’ e ‘Contatos imediatos do terceiro grau’. Essa é a disciplina de ‘Diálogos interdisciplinares, arte e ciência’, do Curso de Artes Visuais, que promove essa discussão muito importante entre arte e ciência”, explica Danhoni.

Para o professor, a linguagem do teatro científico “é potencialmente virtuosa”, mas está engatinhando ainda, precisa crescer e isso deve acontecer, apesar da referência dela ser muito antiga, do século XX, quando surgiu a peça Galileu. Ele lembra também do texto do século XXI, Einstein, que também vem sendo muito explorado. “O teatro envolve muita coisa interessante: não só personagens, roteiros, conteúdos, processos históricos, revolucionários, um monte de coisa. Então, é uma área totalmente aberta a esse mergulho”, aposta o professor.

Para coroar esse movimento, a professor Leila Freire nos dá uma ótima notícia: Ponta Grossa vai sediar o Festival de Teatro Científico, em 2023. O “Ciência em cena” é anual e itinerante. Sempre oscilou muito entre sudeste e nordeste. Esse ano vem para o sul entre 29 de outubro e 1 de novembro, logo antes do FENATA, que vai acontecer de 1 a 10 de novembro.

“Ano passado foi em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Em 2023, acontece aqui com apresentações de peças teatrais de grupos de todo o país, que abordam a ciência. Mas também haverá um evento acadêmico, de trabalhos de pesquisas, de mesas redondas, de oficinas, minicursos. É um evento científico e artístico ao mesmo tempo, que vai ter a participação das escolas e de toda a comunidade... tudo para fortalecer a divulgação da ciência”, explica a professora.

Leila anunciou que o GTC está produzindo uma peça nova, mas não adiantou o tema do espetáculo, que será divulgado em breve. Um passarinho contou que há a possibilidade de se falar das mulheres na ciência. A gente torce por aqui!

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Ana Paula Machado Velho
Edição de áudio: Maysa Ribeiro
Arte: Natália Prado Cracco
Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena
Edição Digital: Gutemberg Junior



20/07/2023

Ciência e Fotografia a convergência entre arte e conhecimento

Com sua capacidade única de capturar a essência do mundo, a fotografia tem desempenhado um papel fundamental para o desenvolvimento científico

Autor:
Leonardo de Jesus

Você já olhou para trás e refletiu sobre o quanto avançamos cientificamente até aqui? Alguns de nossos feitos, em outros tempos, seriam considerados por nossos antepassados até mesmo como algo impossível. Quem poderia imaginar, com tanta precisão, que hoje seríamos capazes de editar e aperfeiçoar genes, modificar paisagens, explorar a imensidão do espaço e ainda desenvolver máquinas e inteligências artificiais para nos auxiliarem ou substituírem trabalhos?

Bem, grande parte de avanços como esses só foram possíveis graças ao registro e o acúmulo de conhecimento científico, que pôde ser repassado às novas gerações por vários séculos, por meio da pintura, dos livros e de outras formas de documentação. Uma dessas técnicas, que cumpriu – e ainda cumpre – papel fundamental para o avanço científico, é a fotografia.

O especialista em fotografia Paulo César Boni, que atua em diversas linhas de pesquisas na área, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), conta que, embora no passado, durante a Revolução Industrial, ainda que a fotografia tenha sido criada e utilizada com o intuito burguês de multiplicar as obras artísticas para serem comercializadas em massa, essa forma de registro, também fruto da ciência, potencializou estudos em diversas áreas, como Astronomia, História e Biologia.



Paulo César Boni no Museu Histórico de Londrina, onde atualmente é voluntário em um projeto de documentação audiovisual
(Foto/Leonardo de Jesus Dias)

De acordo com ele, “a fotografia é o ponto de partida de alguns estudos”. Isso porque determinadas informações só podem ser obtidas e/ou verificadas quase que exclusivamente a partir desse tipo de registro.

“Se você pegar fotografias do Brasil, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Londrina, de determinada época, você vai perceber que 99% das pessoas que aparecem nas fotografias são magras. E se você pegar as fotografias de hoje, você vai perceber que 50%, ou um pouquinho mais, são levemente acima do peso ou obesas. Então, você pode até se perguntar, porque que as pessoas há 100 anos eram todas magras e hoje 50% são acima do peso? E isso daí dá estudos na área da medicina, na área do comportamento, da alimentação. A fotografia é instigante. Ela é um determinante. É uma coisa que te provoca. E aí você pode fazer estudos de diversas áreas”, detalha o professor aposentado da UEL.

Isso ocorre porque a fotografia possui uma linguagem universal, ou seja, livre de códigos, diferente da comunicação que tradicionalmente usamos para nos expressar por meio da fala. Isso abre caminho para a subjetividade e permite que várias interpretações sejam feitas a partir da observação de uma única imagem, o que, por sua vez, estimula novos estudos a serem colocados em prática.

O especialista em fotografia ainda destaca que a imagem fotográfica, ainda que não possa ser considerada efetivamente como a melhor forma de se conservar algo, é um meio muito eficiente de contar ou transmitir conhecimentos. Isso porque, de acordo com ele, a imagem é uma das formas mais agradáveis de se comunicar. “Por mais que eu escreva um livro, que eu te conte uma história, você vai ter muito mais informações, muito mais precisão de detalhes, se você vir as fotografias”.

No entanto, o registro fotográfico não só serviu para potencializar estudos técnico-científicos, mas também para moldar, numa perspectiva social, nossa forma de compreender e viver o mundo. Momentos catastróficos e angustiantes, como o período nazista e as duas grandes guerras mundiais, foram eternizados, em grande parte, através da documentação fotográfica desses momentos. No futuro, serviram fundamentalmente de fonte para estudos histórico-sociais que nos permitiram conhecer, mas também repudiar e condenar legalmente momentos tão destrutivos como esses para a humanidade.



Período Nazista: uma criança mais nova dando ou mostrando uma flor, à outra criança mais velha. Poucas horas depois, todas as pessoas desta foto haviam sido mortas com gás (Arquivo/Yad Vashem)

Primeira Guerra Mundial:
soldado francês sustenta
crânio humano, com o que
parece ser um galho de árvore,
sobre uma zona de trincheiras
devastada por bombardeios
(Foto/Biblioteca Internacional
de Documentação)



Segunda Guerra Mundial:
mãe e filho no que sobrou de
Hiroshima, no Japão, quatro
meses após o ataque dos
Estados Unidos com bombas
atômicas sobre Hiroshima e
Nagasaki
(Foto/Alfred Eisenstaedt/Pix
Inc./The LIFE Picture Collection/
Getty Images)





Giovanna Barboza da Cruz
(Foto/Arquivo pessoal)



Laureci Silvana Cardoso
(Foto/Arquivo pessoal)

De acordo com Giovanna, embora seu estudo também utilize de outras fontes, os arquivos fotográficos têm sido fundamentais para o desenvolvimento da sua dissertação.

“As fotografias serão parte central da minha pesquisa, porque serão elas que servirão de fonte para analisar o período e o contexto da cidade. Eu vou comparar as imagens da Vila Fraternidade com as representações do passado londrinense, como uma cidade de promessa, e também compará-las com o discurso jornalístico, buscando compreender a análise de imagem”, explica.

Ainda em desenvolvimento, o trabalho da mestranda, orientado pela professora Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez, parte da hipótese que o discurso hegemônico da época, a qual retratava a cidade de Londrina como um local perfeito, progressivo e com qualidade de vida, não condiz com a realidade social e a vida material da população de modo geral, e traz uma série de contradições sociais, políticas e econômicas que a pesquisa pretende compreender.



Algumas das imagens da Vila Fraternidade, em Londrina, utilizadas como fonte de pesquisa pela mestranda Giovanna Barboza da Cruz (Arquivo/NDPH-UEL)

Algumas das imagens da Vila Fraternidade, em Londrina, utilizadas como fonte de pesquisa pela mestranda Giovanna Barboza da Cruz (Arquivo/NDPH-UEL)



Nesse sentido, as imagens, que hoje pertencem ao NDPH da UEL e ao Museu Histórico de Londrina, datam o período das décadas de 1960 e 1970, e fornecem informações importantes sobre as relações sociais, as condições de vida, a infraestrutura e outros aspectos, que auxiliam Giovanna a entender a realidade do local, por meio da observação descritiva e analítica dos registros fotográficos.

Laboratório de Ecologia e Comportamento Animal

Já no departamento de Biologia do Centro de Ciências Biológicas (CCB), também da UEL, são incontáveis os usos da fotografia nos estudos da área. É o que afirma o coordenador do curso de Biologia, Weliton José da Silva.

No Laboratório de Ecologia e Comportamento Animal, da Universidade Estadual de Londrina (LECA-UEL), por exemplo, o uso de equipamentos fotográficos é indispensável para o desenvolvimento de diversas pesquisas.

Segundo a professora Ana Paula Vidotto Magnoni, que coordena o laboratório, “a fotografia serve para a identificação dos indivíduos, registros de comportamentos e para dar mais especificidades de identificação aos trabalhos”.

Atuando desde 2016, o LECA iniciou as atividades a partir dos macacos-prego do próprio campus da universidade, que possui uma população enorme deles. Com o tempo, os estudos não se limitaram somente ao ambiente universitário e se expandiram à Unidade de Conservação Municipal Parque Arthur Thomas e ao Jardim Botânico de Londrina, que também possuem macacos-prego.

Desde lá, trabalharam com mamíferos de pequeno, médio e grande porte. Nos dias de hoje, o grupo tem como foco principal a ecologia e o comportamento somente de mamíferos de médio e grande porte, mas ampliou o seu leque a outros animais, como os quatis. Atualmente, dez câmeras estão distribuídas e instaladas nesses espaços a fim de monitorar e registrar o comportamento desses animais.

Segundo a coordenadora, atualmente, o LECA possui um projeto principal: “Mamíferos em áreas urbanas e fragmentos florestais no norte do Paraná, Brasil”. Ela explica que é a partir dele que outros, ligados à pós-graduação, iniciação científica, extensão e outras formas de pesquisa, se ramificam e se desenvolvem.

Para a realização desse grande trabalho, os pesquisadores utilizam de armadilhas fotográficas e câmeras com lentes de longo alcance. Isso porque, de acordo com Guilherme Akira Awane, bolsista de iniciação científica do laboratório, que também produz fotografias para a instituição, se aproximar desses animais para fazer uma boa captura, sem o equipamento fotográfico adequado, é uma tarefa difícil. “A maioria dos mamíferos, quando você percebeu o animal, ele já te percebeu muito antes. Logo, a tendência dele é escapar. Então você precisa desses equipamentos para poder observar o animal”, descreve Awane.

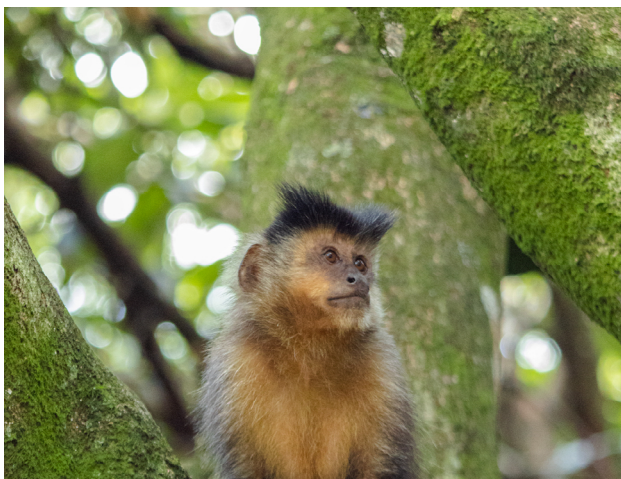
A coordenadora do LECA-UEL
Ana Paula Vidotto Magnoni, ao
lado de Guilherme Akira Awane,
estudante do quarto ano do
curso de Ciências Biológicas,
que integra o laboratório
desde 2019.



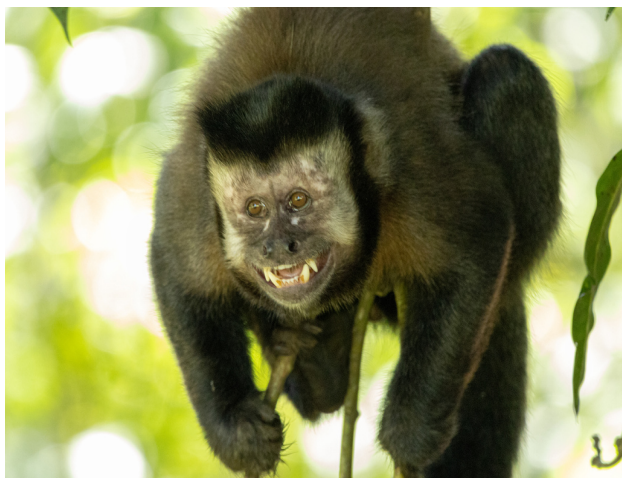
Além do seu uso voltado ao monitoramento, esses equipamentos também permitem que os cientistas criem, por meio da documentação dessas capturas, um banco de dados com informações que possibilitam identificar e distinguir animais de uma mesma espécie. Isso se dá porque, com o envelhecimento desses animais, a perda natural de seus traços é eminente. Logo, esse tipo de registro serve para localizar indivíduos que, num momento possuíam determinada fisionomia e estatura, e num outro, adquiriram outras características.

“Eles vão crescendo e vão mudando as suas fisionomias, porque é natural. O juvenil, por exemplo, tem uma proporção facial diferente de um subadulto e de um adulto. Então, todas essas mudanças estão registradas ao longo do tempo nesse catálogo. E aí a gente consegue entender: esse aqui é o indivíduo tal, agora ele mudou, cresceu um pouco tais características, e aí a gente já sabe quem é esse indivíduo”, explica a coordenadora.

Todo esse material fotográfico produzido por Awane, entretanto, não é direcionado somente à pesquisa, mas também para a educação. Nas redes sociais, por meio de um projeto de extensão, o laboratório mantém uma página chamada “Que bicho mora aqui?”, que busca divulgar informações e curiosidades científicas sobre os mamíferos que vivem nos fragmentos urbanos de Londrina, com o objetivo de promover “um melhor convívio entre



Macacos-prego-preto (*Sapajus nigritus*) na Unidade de Conservação Municipal Parque Arthur Thomas, em Londrina
(Foto/Guilherme Akira Awane)



Macacos-prego-preto (*Sapajus nigrinus*) na Unidade de Conservação Municipal Parque Arthur Thomas, em Londrina (Foto/Guilherme Akira Awane)



Macacos-prego-preto (*Sapajus nigrinus*) na Unidade de Conservação Municipal Parque Arthur Thomas, em Londrina (Foto/Guilherme Akira Awane)

Bem, você pôde perceber que sem esse recurso tão importante, talvez não conheceríamos muito do que conhecemos hoje. E, talvez, futuras maravilhas que virão. Essa é apenas a ponta de um grande iceberg que abriga incontáveis pesquisas e estudos científicos que são desenvolvidos a todo instante mundo afora, graças à fotografia. Quem poderia imaginar que ela tem uma relação tão intrínseca e amigável com a ciência, hein? Nos siga nas nossas redes sociais: Instagram, Facebook e YouTube.

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Leonardo de Jesus Dias

Revisão: Rodolfo Rorato Londero

Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho

Arte: Juliana Sandaniel

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior
Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte•Natália Prado Cracco

20/07/2023

Entre a Arte e a vida: a fotografia invade a Ciência

As imagens falam; as câmeras nos ajudam a registrar nossa emoção, nossa história e o universo científico

Autores:

Ana Paula Machado Velho e Nelson Silva Junior

Glossário

Câmara escura: foi a primeira descoberta da fotografia e ganhou esse nome por conta da forma que era feita. Composta por uma caixa com paredes opacas, em uma delas existia um orifício e na parede oposta desse buraco uma superfície fotossensível que registrava imagens.

Pragmático: algo que é prático, realista, objetivo.

Didático pedagógico: são conhecimentos necessários para o aprendizado e a prática de docentes.

Fruição: ato de fruir, usufruir de mergulhar em uma experiência.

O filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788 – 1860), em sua obra 'Metafísica do Belo', diz que a arte e a ciência têm, em última instância, uma mesma qualidade: a de nos mostrar o mundo tal como ele se posta diante de nós ou uma parte destacada dele. O pensamento de Schopenhauer nos leva a refletir sobre a origem da relação entre o pensamento artístico e o pensamento científico.

No decorrer da história humana, outros inúmeros momentos também mostraram essa relação, nas mais diferentes linguagens artísticas. A Física nas esculturas de Bernini, a Química nos afrescos de Giotto, a Matemática nas obras de Dürer, o estudo da Anatomia Humana feita por Leonardo DaVinci, são apenas alguns exemplos.



A Física nas esculturas de Bernini
(Foto/eBiografia)



A Química nos afrescos de Giotto (Foto/Franciscanos)



A Matemática nas obras de Dürer (Foto/ornitolundgren)

O estudo da Anatomia Humana feita por Leonardo DaVinci
(Foto/ipsilon)



Mas ainda pode-se ir mais longe... Já parou para pensar que a história da comunicação humana ou das expressões humanas são parte da própria evolução da humanidade e da sociedade? Pois é, pesquisadores e filósofos escreveram sobre este processo e nos contam que as formas de comunicação e expressão foram se tornando mais sofisticadas na mesma proporção da dinâmica da vida do ser humano sobre a Terra.

As tecnologias de registrar e enviar mensagens foram sendo desenvolvidas para resolver questões de permanência sobre o planeta e se transformaram na ferramenta que vai dar suporte à engrenagem da cultura. Ao longo deste processo evolutivo, a imagem vai conquistar um espaço de destaque e se estabelecer como um dos principais mediadores culturais da sociedade.

Segundo Edgar Morin, no livro 'O Paradigma Perdido', essa saga das formas de comunicação e registro de informação dos indivíduos começa há cerca de 4,5 milhões de anos. Que volta ao passado, hein? De acordo com Morin, um cataclismo ecológico provocou uma mudança na região central da África, onde nossos ancestrais viviam.

O aquecimento da região fez diminuir a área de floresta e alguns indivíduos deixaram o ambiente fechado e foram explorar a savana. Ali, vão necessitar procurar comida e abrigo. E, nesse ambiente descampado, esses seres vão se unir em grupos para se defender de novos e mais ferozes predadores e buscar diferentes tipos de alimentos. Isso vai deflagrar a necessidade de estratégias de comunicação mais elaboradas. Para que a informação circule entre eles.

Mais tarde, isso é reforçado porque eles deixam de ser nômades, criam comunidades o que acaba por criar a necessidade de códigos de comportamento, que vão demandar também a produção de inúmeras “linguagens”: as leis, os costumes, as formas de comer, vestir, lidar com o semelhante etc. Essas informações são responsáveis pela organização da sociedade que vão dar sustentação à cultura. Para Morin, cultura é o conjunto de informações não-genéticas, informações que não nascem conosco, são aprendidas.

Para Morin, esse processo de ‘culturalização’ vai fazer com que surjam formas de comunicação que permitam registrar... a vida, passar as regras do jogo do dia a dia para todos os indivíduos da espécie. As primeiras manifestações destes registros são os desenhos nas cavernas, que descrevem caçadas, vitórias, derrotas, os perigos do ambiente etc. São imagens que falam.

Na linha do tempo, surgem, em seguida, a escritura, a escrita alfabética, os livros, o cinema, o rádio, a televisão, o computador... Junto com cada meio, novos tipos de mensagens vão sendo colocados no mundo, em diferentes códigos: o verbal, o sonoro, mas aqui chamamos atenção para o visual. Nosso tema, afinal, é a fotografia. Mas calma, a gente já chega lá.

Ciência, fotografia e Arte

Quando os desenhos de Altamira e Lascaux foram feitos pelos habitantes daquelas cavernas (a primeira na atual Espanha e, a segunda, em França), a necessidade de expressão, que os mesmos tinham, só foram satisfeitas a partir de uma série de compostos feitos com argilas, sangue de animais, água, essências vegetais. Muita ciência... claro, a que estava disponível naquele momento da nossa história. Esses compostos não só permitiram que aqueles habitantes registrassem seus feitos e anseios, sua história, mas, também, que deixassem para posteridade um aprendizado sobre a indissociabilidade entre Ciência e Arte.

Caverna Altamira (Foto/
Gazeta do Povo)



Caverna Lascaux
(Foto/World History
Encyclopedia)



E pense: quanto mais os grupos cresceram, a sociedade necessitou de formas mais sofisticadas para proporcionar a interação entre seus indivíduos. “Para dar conta deste processo, foram criadas inúmeras ‘tecnologias’ de comunicação, desenvolvidos novos suportes, que vão dar conta de perpetuar a cultura”. Essa frase é parte da minha tese de doutorado em Comunicação e Semiótica, defendida na PUC de São Paulo [eu sou a Ana Paula, uma das autoras deste texto]. Pensando com os olhos “vestidos” com essa lente, podemos entender as inúmeras possibilidades de equipamentos para produzirmos e enviarmos mensagens que surgiram ao longo da história.

A fotografia é uma delas. A história começa no universo da ciência, a partir de estudos sobre óptica, quando Aristóteles (384-322 a.C.) observa a imagem exterior projetada na parede de um quarto escuro. A ideia de inventar aparelhos capazes de captar a luz, como a câmera escura se expande com a descoberta de materiais sensíveis e suportes capazes de reter as informações luminosas. Olha, mais ciência! “Até o advento da câmera fotográfica foram necessárias confluências de acontecimentos e pesquisas sobre a óptica, a perspectiva, o estudo da luz, e de materiais sensíveis”, lembra Patrícia Kiss Spinelli, especialista em fotografia e mestranda em design.

De acordo com Spinelli, para ciência, desde o princípio, a fotografia apresenta uso pragmático. Isto é, a fotografia foi e vem sendo utilizada para conhecer o mundo, para interpretar o mundo. É um meio de registrar histórias e eventos importantes. Fotógrafos profissionais e amadores eternizam momentos históricos e culturais. Essas imagens podem ser usadas como uma fonte de educação e inspiração para as gerações futuras.

Mas, “o aparelho fotográfico, fruto da ciência e caracterizado nos primórdios da fotografia como algo que possibilitava a captura da realidade e em uma visão mecanicista argumentando que registrava a realidade, vai aos poucos se diversificando para o uso estético da arte”, lembra Spinelli.

Arte e Ciência no PR

Para o professor Nelson Silva Junior (outro autor deste texto), a expressão fotográfica, enquanto linguagem tecnológica e artística, tem sido um instrumento didático pedagógico, frequentemente usado para evidenciar a relação entre a Arte e a Ciência. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), duas experiências destacam essa relação que, cada vez mais, se torna uma forma acessível para que processos de formação de educadores em ciências, lembra Silva. Essas iniciativas sugerem que se utilize a Arte como elemento primordial na divulgação e popularização do conhecimento científico.

O Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática investe em ações dessa natureza. Especialmente, na disciplina de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ensino de Ciências, ministrada pelo professor Nelson e a parceira de classe dele, Marilei Casturina Mendes Sandri. Ao abordar o tema Ciência, Tecnologia e Sociedade e Arte (CTS), os docentes utilizam a produção artística, em especial a fotografia, como ponto de partida para os debates e reflexões sobre os diferentes temas que a Educação CTS propõe.

Para o professor Nelson, o uso da Arte, em qualquer processo de ensino, potencializa a comunicação e a interação entre os alunos e os conteúdos. Para ele, a fotografia, em especial, é a linguagem mais dinâmica que pode ser usada com fins didáticos num processo de ensino e aprendizagem.

“A fotografia, atualmente, é um meio muito acessível, tanto de produção, quanto de fruição. A tecnologia oferecida pelos smartphones nos possibilita produzir e fruir, quase ao mesmo tempo.

Com isso, o simples registro dá lugar a composições mais elaboradas, que se preocupam com o enquadramento, com a luz, ângulos, texturas e outros elementos compositivos específicos da fotografia enquanto linguagem artística”, detalha o professor, que acrescenta que estas fotos também chegam recheadas de conteúdo histórico, social, enfim, científico.

Os mestrandos do professor Nelson produziram trabalhos artísticos específicos que estão expostos na Galeria Virtual, criada para a disciplina CTS Arte, citada acima. Entre as 12 produções que participam da exposição, oito delas são fotográficas, que explicitam ou suscitam abordagens sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. Impacto Ambiental, Educação Científica, Desigualdade Social, Espécies em Extinção, Comunicação, foram alguns temas abordados nas fotografias.

Para a mestranda Cristiane Mika, arquiteta e professora de Artes Visuais, a fotografia pode ser uma fonte rica de aproximação entre Arte e Ciência, principalmente, quando pensamos em uma abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade. Para ela, podemos ir além das questões estéticas e elementos da imagem. Uma foto pode ser uma fonte de implicações éticas, políticas e culturais.

“A fotografia possibilita uma compreensão mais profunda dos problemas sociais gerados pela ciência e pela tecnologia. Uma imagem revela uma força poderosa na nossa percepção do mundo e no diálogo entre diferentes áreas de conhecimento. Através dessa aproximação, podemos entender as questões da evolução da própria história da fotografia e seu desenvolvimento, pensando em como isso impactou a sociedade e como pode ser uma fonte de registros históricos e sociais”, detalha a professora, autora da foto abaixo, Pingo D’Água.



Pingo d'água
(Foto/Mika-2022)

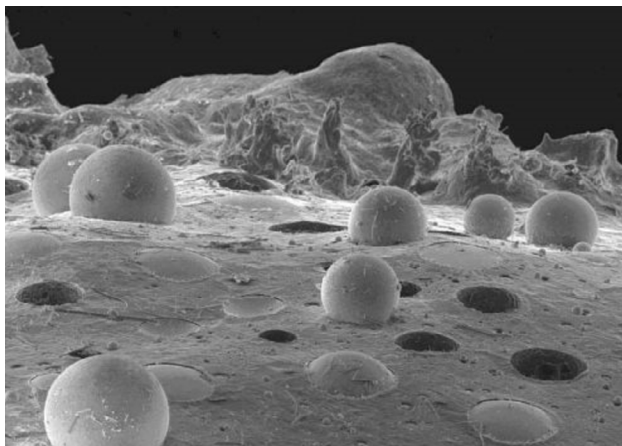
Pingo D'Água representa como Ciência, Tecnologia e Sociedade se relacionam com os cenários cotidianos que, muitas vezes, nos passam despercebidos. De acordo com Mika, o pingar de uma gota d'água, como expresso na foto, é um fenômeno natural, configurado pela intervenção humana.

“O avanço das construções urbanas e do desmatamento, são determinantes para que esta imagem se forme. O pingo d'água é a representação da nossa percepção sobre os problemas gerados pelo avanço não consciente das grandes ou pequenas construções, sobre um meio ambiente que acaba sendo desrespeitado. Apenas uma gota, uma única gota, pode fazer transbordar um copo ou um oceano, gerando danos irreversíveis, como aqueles que comumente, assistimos”, alerta a professora.

Prêmio

A UEPG tem uma relação bem interessante com a produção fotográfica ligada à Ciência, além da Arte. O professor Osvaldo Cintho, do Departamento de Engenharia de Materiais, da Universidade, conquistou o primeiro lugar do Prêmio Fotografia – Ciência e Arte, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no ano de 2014. A premiação foi na categoria Imagens Produzidas por Instrumentos Especiais (ópticos, eletromagnéticos, eletrônicos). Denominada ‘Superfície Terrestre’, a foto de Cintho foi desenvolvida no Complexo de Laboratórios Multiusuários da UEPG, em parceria com orientado de mestrado dele, Maurício de Castro.

Superfície Terrestre
(Foto/Oswaldo Mitsuyuki
Cintha-2014)



Oswaldo destaca que, ao participar do concurso levou em conta os objetivos do mesmo, em especial: fomentar a produção de imagens com a temática de ciência, tecnologia e inovação e contribuir com a divulgação e a popularização da ciência e tecnologia. “A imagem que produzimos tende a incutir questionamentos e curiosidade científica, além de possuir importantes informações acadêmicas. A estas características soma-se a composição da imagem com elementos interessantes em forma e distribuição, aproximando os universos científico e artístico”, resume.

Curioso destacar que ‘Superfície Terrestre’ é um produto da pesquisa de Cintha sobre Morfologia de Produtos de Reação, feita em escala micrométrica pelo professor da UEPG. Segundo o pesquisador, foi usado um microscópio eletrônico de alta resolução para conseguir a imagem.

A produção fotográfica gerada por instrumentos como o utilizado pelo professor e, posteriormente, manipulada por artistas plásticos é conhecida como nanoarte, que relaciona arte, ciência e tecnologia.

No Brasil, o principal artista da nanoarte é o paulistano Ênio Longo, considerado o quarto maior artista deste ramo do mundo. Seu ingresso nesse campo se deu pelo apoio do irmão, Elso Longo, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR-SP). Em 2022, Ênio expôs na Mostra Internacional 3D de Nanoarte, nos Estados Unidos, a obra COVID. Trata-se de uma fotografia de micropartículas de sílica com prata, material usado na fabricação de produtos de proteção contra o vírus.



Covid (Foto/Longo-2021)

Para o professor Nelson Silva Junior, o exercício que as tecnologias imagéticas contemporâneas nos propiciam nos ensina a construir um maior sentido para a produção de imagens fixas e em movimento, e apontam múltiplas formas de ver e descrever o mundo.

“O ato de fotografar se tornou um ato político, quando passamos a ressignificar as imagens captadas, buscando uma qualidade antes atribuída a artistas e profissionais da produção de imagens. A fotografia permite aos estudantes trazerem para dentro da sala de aula, com muito mais precisão, a sua visão de mundo.

Assim, quando decidem, por exemplo, fotografar um container de lixo, próximo a sua residência, estão compartilhando experiências próprias. Experiências que deixam de ser individuais e são compartilhadas no universo acadêmico, aproximando o conhecimento científico e o conhecimento artístico”, completa o professor e artista visual.

C² Play

Para terminar essa experiência entre Arte e Ciência, o C² produziu o vídeo sobre Cianotipia. Quem mostrou para a gente como realizar uma “obra” neste gênero foi nossa videomaker, Gabriele Camargo graduanda em educação física e formada em artes dramáticas. Mistura química e criatividade. Quer conhecer a técnica, então aperte o play!



O QUE É CIANOTIPIA?

[Clique aqui](#)

A pesquisa que
mencionamos contribui
para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Nelson Silva Junior e Ana Paula Machado Velho

Apoio Técnico: Bruna Mendonça

Revisão: Silvia Calciolari

Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho

Arte: Natália Cracco

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



07/09/2023

A camisa amarela ladeira abaixo

Ensaio sobre a transformação do look canarinho no imaginário do brasileiro sob a visão da semiótica

Autor:
Ana Paula Machado Velho

Há tempos as bolsistas vinham me cobrando para falar sobre o tema da semiótica aqui no C². Quando alguém sugeriu a pauta para discutir os símbolos que foram deslocados do imaginário brasileiro nos últimos anos, durante a semana da pátria, em setembro, não tive mais como escapar. Por que estava fugindo? Porque estes são assuntos complicados: a semiótica e o deslocamento simbólico de objetos que faziam parte tão profundamente da nossa cultura e de forma muito emocional.

Então, vamos lá. Vamos usar a semiótica para falar da situação em que foi colocada a nossa velha camiseta amarela. Sim escolhi um objeto específico para analisar. Além de jornalista, sou professora (nunca dizemos “fui professora ou professor”, porque nunca deixamos de ser). Sempre coloquei na primeira aula de comunicação e semiótica, que ministrei durante longos 12 anos, essa frase: a semiótica é uma ferramenta que nos auxilia a enxergar o mundo de forma mais lógica.

Glossário

Charles Sanders Peirce – Foi um filósofo, pedagogo, cientista, linguista e matemático americano. Seus trabalhos apresentam importantes contribuições à lógica, matemática, filosofia e, principalmente à semiótica e ao pragmatismo.

Contiguidade – aquilo que é adjacente, próximo, vizinho.

Walkmans – reproduzidor de fitas-cassete portátil, munido de fones de ouvido, supostamente desenvolvido a pedido de um executivo da Sony, Masaru Ibuka, que queria ouvir seus discos preferidos nos longos voos intercontinentais a que era submetido.

Às vezes, considerada ciência, às vezes, não, a semiótica nos habilita a perceber rastros, indicações que o mundo deixa e que explicam porque as coisas chegaram a um determinado modelo, formato. Quem quer entender as mensagens do mundo e se comunicar eficientemente, precisa ter noção de semiótica. Enfim, quem vive, porque uma mensagem é sempre muito mais que algo que se nos apresenta, é uma forma de interagirmos com o outro, com o mundo. E segundo a semiótica, fazemos isso produzindo signos. Esses signos são elementos cheios de significados que, na maior parte das vezes, estão mergulhados em pactos sociais. E é esse o objeto de estudo da semiótica, descobrir as origens dos signos... como eles se constroem ou como nós os construímos.



Camisa amarela
(Foto/Arquivo Pessoal)

Em outras palavras, a semiótica estuda a produção do sentido nas diversas linguagens que possibilitam a comunicação. Ela procura compreender porque escolhi cada palavra, cada vírgula, cada acontecimento da minha vida para tornar minha mensagem clara neste texto.

Lembro a você que a comunicação não é feita só de texto verbal, né? Para que haja verdadeiramente interação, vínculo entre as pessoas que se “falam”, que os estudiosos chamam de interlocutores, podemos lançar de muitas linguagens. A comunicação, então, permite nossa socialização. As linguagens são as mediadoras desse processo e a semiótica estuda as linguagens: a visual, a verbal, a audiovisual etc...

Esta reportagem que escrevo de um jeitinho todo meu, é o signo que estou colocando no mundo para explicar para você, utilizando a semiótica, como os símbolos nacionais têm seu significado transformado pelos acontecimentos históricos. Uso palavras, imagens e muito mais.

Tipos de signos

Assim como notamos a existência de diferentes linguagens, há quem proponha o fato de haver diferentes tipos de signos. A maior parte dos semioticistas baseia suas análises levando em consideração os níveis mais básicos de signos, propostos por Charles Sanders Peirce.

Os quali-signos, que são ícones das coisas que eles representam. A essas coisas representadas, Peirce chama de objetos. Esse tipo de signo nos sugere uma aproximação com esse objeto, um ícone do mundo da música ou do esporte é uma pessoa cujo bom desempenho nessa área é reconhecido amplamente. Outro exemplo são os ícones da tela do seu computador: emojis representam através de expressões faciais o “humor” do. A imagem se torna um espelho do “espírito” de quem está ali se “expressando”. Quer saber mais, leia essa matéria publicada pelo C².

Há, também, os sin-signos, que são índices dos objetos que representam, porque indicam por similaridade ou contiguidade o universo do qual seu objeto faz parte. Onde há fumaça há fogo, dizia a minha professora Irene Machado para falar dos índices em sala de aula. Os sintomas indicam doença; uma seta destaca uma determinada direção; uma pegada na areia é um índice de alguém que esteve lá; todo detetive procura os “índices” de um crime.

Mas o que são e como se constroem símbolos?

Dei spoiler, né? O terceiro tipo de signo mais elementar proposto por Peirce são os legi-signos, que são por natureza leis, convenções, pactos coletivos, construções culturais. São os chamados símbolos de seus objetos. Em outras palavras, na relação deles com o objeto trazem em si informações que lhe são atribuídas nas relações sociais, são pactuados.

Resumindo: símbolos são signos de convenção... de significado compartilhado por grupos. Lembra que adiantei lá em cima que signo é fundamento de toda a comunicação, que é por meio dele que nos expressamos? Uma imagem de uma pomba branca não significa apenas o animal, mas pode ser um símbolo do conceito da paz.

A camisa amarela da seleção brasileira entrou no cotidiano político do povo brasileiro. Na verdade, o look canarinho se tornou um símbolo do nosso país. Surgiu para substituir um uniforme branco com detalhes azuis, depois da derrota para o Uruguai do Brasil, na final da Copa de 1950, o famoso “Maracanazo”. Em 1952, o jornal “Correio da Manhã”, em parceria com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que hoje é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), criou um concurso para escolher um novo uniforme. O vencedor foi Aldyr Garcia Schille, um gaúcho de 19 anos, que sugeriu um uniforme amarelo com detalhes verdes, seguindo a lógica da bandeira nacional. As vitórias subsequentes da seleção brasileira tornaram a camisa amarela um símbolo do nosso país no mundo inteiro.



Nos comícios pelas eleições
diretas a camisa amarela sobe
nos palanques
(Foto/Revista Manchete)



Chico Buarque foi um dos que aderiram ao look canarinho (Foto/Revista Manchete)



Eu, minha irmã e minha mãe em Londres, em 1985 (Foto/Arquivo pessoal)



Foi no toca-fita do Citroën
apelidado de Lee Larry que
ouvimos a música de
Chico Buarque sobre
a camisa amarela
(Foto/Arquivo pessoal)

Preciso dizer que, do alto dos meus 60 anos, o look canarinho sempre foi signo, porque era cheio de significado, de orgulho. Inclusive, marcou muito um momento importante da minha e da história do Brasil. Coisa que ultrapassou o cenário futebolístico.

Lá pelos idos de 1980. Minha mãe e minha irmã foram me visitar em Londres, onde eu estava morando, e levaram fitas cassete para ouvirmos músicas brasileiras em reprodutores de áudio, podemos dizer que eram os primeiros walkmans.

Mas também no toca-fitas de um carro (o Larry) que compramos para uma viagem pela Europa. Entre as músicas que nos emocionavam naquele momento estava “Pelas Tabelas”, lançada no álbum Chico Buarque, que foi gravado em setembro de 1984.

Parte da letra cita a amarelinha... “Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela. Eu achei que era ela puxando um cordão. Oito horas e danço de blusa amarela. Minha cabeça talvez faça as pazes assim. Quando ouvi a cidade de noite batendo as painéis. Eu pensei que era ela voltando pra...”

Para quem tinha participado de comícios pelas Diretas Já, em 84, antes de ir pra Europa, aquela letra significava muito para mim. Havia visto um mar de pessoas, a maioria vestida de blusa amarela nas manifestações. As eleições diretas não chegaram, mas, em 1985, tomou posse o primeiro civil depois do período militar. Tancredo de Almeida Neves (PMDB-MG) foi escolhido pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, em eleição indireta. Porém, na véspera de tomar posse, em 14 de março, foi internado em estado grave, no Hospital de Base de Brasília, e morreu em 21 abril. José Sarney assumiu o cargo e recebeu a faixa presidencial. Era o primeiro sinal do retorno da democracia e era o que falava a canção do Chico.



Enfim, esse é o primeiro registro do uso político das camisas amarelas pela democracia, pelo povo, apesar do governo militar ter usado muito as cores verde e amarelo nas suas propagandas, o peso simbólico se deu nesta apropriação das manifestações pela volta do regime democrático no país. Isto é, a camisa da seleção canarinho passa a ter peso diferente para a nossa população como um todo, e Chico Buarque registra.



O QUE É SEMIÓTICA?

[Clique aqui](#)

Ladeira abaixo

No entanto, a canarinho passa por um revés, depois de ser usada por manifestantes a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015 e 2016. A camisa ganhou uma forte carga política, mas de separação, segregação. Ao se tornar emblema de certo pensamento político, foi rejeitada por aqueles que pensavam diferente e alguns brasileiros passaram a rejeitar usá-la e até buscaram alternativas para torcer durante a Copa 2018.

Isso se repete no torneio de 2022. Segundo uma pesquisa do instituto Travessia, 26% dos brasileiros “pegaram ranço” da camisa amarela da Seleção Brasileira. A consulta popular foi feita com exclusividade para o Metrôpoles. Segundo os entrevistados, a t-shirt se transformou no “uniforme” dos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), virou o traje das manifestações bolsonaristas antes mesmo do resultado das eleições.

E mais: após o “8 de janeiro” a camisa da seleção brasileira passou a ser associada a atos antidemocráticos.

O articulista da Folha de S.Paulo, José Carlos Souto, chega a publicar o seguinte manifesto: “a CBF faria bem se aposentasse a canarinho, porque, nos últimos quatro anos fomos nos acostumando a ver multidões de verde e amarelo pedindo o fechamento do Supremo Tribunal Federal e intervenção militar”. Enfim, a camisa amarela da música de Chico Buarque, ícone do retorno da democracia, passou a ser associada a obstruções de estradas, agressões e acampamentos golpistas.

No 8 de janeiro, milhares de pessoas invadiram o Congresso Nacional “fardadas” com o uniforme da seleção brasileira. A camisa se torna, inquestionavelmente, associada a atos violentos, que ganham a chancela de “terrorismo golpista”. “Símbolos importam”, lembra Carlos Souto.

Por que falar disso tudo?

Nos processos de produção de signos, especialmente aqueles que chamamos de símbolos, as interpretações dos signos se dão a partir das convenções sociais e culturais. A cultura é memória não-genética, um conjunto de informações que os grupos sociais acumulam e transmitem por meio de diferentes manifestações do processo da vida, como a religião, a arte, o direito (leis), formando um tecido, sobre o qual se estrutura o mecanismo das relações cotidianas.



(Foto/José Cruz /Agência Brasil)

As impressões que essas expressões culturais nos causam estão diretamente ligadas às transformações, aos rumos da história. A cultura “escreve” os significados utilizando os diferentes códigos disponíveis em sua memória, nossos objetos do cotidiano como a nossa camiseta amarela. Os textos que já possuem sentido para um grupo social, que fazem parte da memória deste grupo, vão sofrendo processos de reorganização a partir de encontros com fenômenos da história. Foi exatamente o que se deu com o look canarinho.

Os estímulos políticos foram mexendo nas tradições, conformando novos significados à uma peça de roupa que deixou de ser ligada ao esporte, à democracia para se tornar vinculada às manifestações antidemocráticas. Novas informações foram acrescidas, mudando o significado dela no cotidiano da nossa população.

A quem pertencem os símbolos nacionais?

Nas discussões entre amigos, a impressão é que esse processo de reposicionamento da camisa amarela como símbolo nacional não será facilmente revertido, porque o significado deste objeto [a camisa] já não é o mesmo para todos ou a maioria dos brasileiros. Como marca do bolsonarismo, houve um processo de esvaziamento desse sentido para a população como um todo, reconfigurando o espaço ocupado pelo look canarinho na nossa nação.

E isso mexe com várias instituições da nossa pátria. Com o futebol, elemento importante na construção das diversas identidades nacionais, visto que foi o primeiro esporte de massa com dimensão planetária.

A semiosfera brasileira se reconformou; isto é, novas informações foram “acrescentadas” em seu ambiente sógnico. Sim, porque a semiosfera é considerada pela semiótica como um ambiente com elementos culturais significantes, que vão sendo “combinados” pelos acontecimentos e vão dar condições às representações novas. Como se fosse um corpo se adaptando às necessidades e aos estímulos do ambiente.

Todo espaço semiótico pode ser tomado como um mecanismo, senão organismo. Assim, a fundação não será este ou aquele tijolo que aparece, mas o ‘grande sistema’ denominado semiosfera, resultado de diferentes fatores socio-históricos, dizia o grande nome da Semiótica da Cultura, Iuri Lótmán.



ENTENDA A SEMIÓTICA DA CULTURA

[Clique aqui](#)

A pesquisa que
mencionamos contribui
para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Ana Paula Machado Velho

Contribuição: Bruna Mendonça

Revisão: Tiago Franklin Lucena

Arte: Hellen Vieira

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte: Mariana Muneratti

14/09/2023

Etarismo: a mídia e suas representações

Formatos midiáticos atuais permitem que pessoas idosas sejam protagonistas de suas próprias narrativas

Autor:
Milena Massako

Pessoas idosas saltando de paraquedas, correndo maratonas ou, até mesmo, se formando na faculdade. Esses são alguns acontecimentos que, quando ocorrem, ganham grande destaque em portais de notícias. Aposto que se eu te perguntar como você imagina pessoas com mais de 60 anos que são ativas, as primeiras imagens que virão à sua mente são exatamente delas em funções semelhantes com as citadas na primeira linha deste texto.

Por qual razão nós, quando pensamos em pessoas idosas ativas, não lembramos de casos como o da Dona Irene, minha avó materna, que, agora, com 82 anos e, tendo em seu histórico uma fratura no joelho e outra no fêmur, continua realizando tarefas domésticas diárias, como limpar a casa, cozinhar, lavar a roupa e regar as plantas? Pois é. Não deveríamos considerar ativos somente as pessoas idosas que estão realizando feitos que parecem ser extraordinários para sua idade.

Porém, isso tem muito a ver com tudo o que vemos desse público por aí. Você já parou para pensar em como as mídias e outros meios moldam nossa visão do que é uma pessoa idosa? A professora Daniela Polla, já! Formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ela saiu do Rio Grande do Sul e veio para Maringá realizar o mestrado em letras. Em 2011, já na Universidade Estadual de Maringá (UEM), conheceu o seu orientador, o professor Pedro Navarro, do Programa de Pós-Graduação em Letras, e, partindo do tema que era afinidade dele na época, começou a pesquisar a forma como a pessoa idosa aparece nos discursos.

Glossário:

Corpus: é o conjunto de documentos e informações analisado pelo cientista durante sua pesquisa.

Michel Foucault: filósofo, professor, psicólogo e escritor francês, que produziu várias obras que refletem o poder e o saber.



Professora Daniela Polla
(Foto/Arquivo Pessoal)

Os discursos podem ser da mídia, da ciência e até da forma que o meio jurídico fala da pessoa idosa. Porém, no mestrado, a professora selecionou a mídia e foi analisando como ela fazia a construção e a objetificação de 'idoso'. “É como se os discursos, todos esses citados, construíssem para o público a forma que eles devem entender a pessoa idosa. Isso foi lá em 2013. Naquela época, a gente ainda não falava pessoa idosa, a gente ainda usava idoso”, conta Daniela Polla.

No período da análise, entre 2011 e 2013, três caminhos discursivos se destacaram durante a pesquisa da dissertação. O primeiro, era a pessoa idosa que começava a aparecer dominando as tecnologias. Em segundo, aqueles que procuram manter a beleza. E o terceiro que, segundo a professora, é o que engloba a maior parte dos discursos, são aqueles citados no início do texto, os chamados 'idosos ativos'.

“Esses discursos vão se orientando no sentido de uma experiência, das pessoas que têm mais de 60 anos, em questão de atividade. É uma pessoa idosa que viaja, faz escalada, publica livros e realiza outros feitos. Em comparação, por exemplo, aquilo que a gente chamou, na falta de um termo melhor, de idoso tradicional, que poderíamos pensar, talvez, na Dona Benta, do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, que fica sentada, cuidando dos netos, fazendo crochê”, explica a docente.

Dentro desse contexto, Daniela Polla traz uma observação que é super importante para pensarmos: não existe apenas uma forma de ser uma pessoa idosa. O Brasil é um país imenso e muito diverso, que permite às pessoas viverem em contextos muito distantes. Por exemplo, uma pessoa de 60 anos, que passou a vida inteira morando no ambiente urbano, tendo um modo de trabalho mais intelectual e não de força física, vai, por uma questão de forma de vida, existir na terceira idade de maneira diferente de uma pessoa com a mesma idade, mas que vive no meio rural, com pouco ou sem acesso à informação, às vezes, não foi alfabetizada ou é alfabetizada funcional, enfim, que não teve acesso a uma série de facilidades que essa pessoa do espaço urbano teve.

“Os estilos de vida são fatores que afetam e que pesam sobre a existência e corpo dessa pessoa idosa, e que, às vezes, a gente não percebe essa dispersão das formas de ser, mas, precisamos olhar para isso. Só porque a legislação coloca o marco de 60 anos para definir um grupo de pessoas, não quer dizer que todo mundo que passou dessa idade existe da mesma forma. E isso, por vezes, a mídia falha em mostrar”, afirma a professora.

O tema rendeu muito, tanto que, terminando o mestrado, Daniela Polla entrou no doutorado ainda pesquisando o tema, mas sob uma abordagem diferente. Enquanto no mestrado ela apenas olhou para aquilo que os discursos diziam sobre a pessoa idosa, na tese de doutorado resolveu expandir o assunto e entrevistar essas pessoas. Foi uma pesquisa de opinião para saber como elas se entendiam nesses grandes temas que apareceram no corpus da dissertação.

A tese de doutorado foi defendida em 2018 e, naquele momento, o discurso que circulava na sociedade era o da velhice saudável, muito por conta do tema que estava em destaque na área científica, em relação à pessoa idosa. Na época, se falava muito do declínio das capacidades físicas com o avançar da idade. “A maior parte [dos discursos] é sobre questões que podemos agrupar na área da saúde, como ter uma alimentação mais saudável e manter o corpo ativo, para você postergar essa perda de capacidade. Tanto a ciência, como o discurso da mídia e dos próprios idosos, vão se orientar nesse sentido. Isso é uma afirmação de Michel Foucault, um teórico que eu uso no trabalho, é uma ideia de não levar a vida necessariamente o mais longe possível, mas, que ela seja útil, então, saudável”, conta a professora.

Na parte de entrevistas do trabalho, Daniela selecionou instituições de Maringá que atendem pessoas idosas. Falando com eles, a professora percebeu como esses discursos voltam, pois, os entrevistados falaram sobre alimentação saudável, prática de atividades físicas e até sobre beleza, com algumas citando a preocupação em esconder rugas e os cabelos grisalhos. Ou seja, os discursos, além de contribuírem na construção da visão que os outros têm das pessoas idosas, também moldam a percepção que esse grupo tem de si mesmo.

Etarismo

Atualmente, a professora tem desenvolvido análises do discurso relacionadas ao etarismo, que refere-se a formas de discriminação e preconceito direcionadas às pessoas com base na idade que elas possuem. “Lembrando que não é, necessariamente, apenas com a pessoa idosa. O etarismo é um preconceito com relação a qualquer idade, mas, em relação a essa faixa etária, ele é um pouco mais marcado”, destaca Daniela.

As discussões sobre etarismo são recentes. Só para termos uma ideia, em 2022, foi sancionado o Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, que substituiu, em toda a legislação, as expressões ‘idoso’ e ‘idosos’ pelas expressões ‘pessoa idosa’ e ‘pessoas idosas’, inclusive o nome do Estatuto do Idoso passou a ser Estatuto da Pessoa Idosa. Buscando uma perspectiva inclusiva, a justificativa para a mudança é que o termo ‘pessoa’ lembra a necessidade de combate à desumanização do envelhecimento. Segundo o Governo Brasileiro, essa terminologia reflete a luta dessas pessoas pelo direito à dignidade e à autonomia.

Segundo o IBGE, o índice de natalidade do Brasil diminuiu, enquanto o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7%. Com o aumento dessa faixa etária no país, é preciso olhar com mais atenção para as necessidades desse público, não só pensando em políticas públicas, como também, melhores formas de tratamento e representação dessa população.

Como visto anteriormente, a mídia desempenha um papel notório nas representações do que é ser uma pessoa idosa na atualidade. Isso torna extremamente importante a inserção de pessoas com 60 anos ou mais em novelas, notícias, comerciais e outros meios midiáticos.

Grupo Tecer Idades – Entretons

“Eu perguntaria: Você está no fim da linha? Você chegou em um ponto agora que você pode viver realmente. Já fez tudo que precisava ter feito”. Essa frase é da Dona Lia Silvany, uma senhora com 80 anos, mãe de 3 filhos, artista plástica e pioneira no grupo “Tecer Idades”, uma das frentes do projeto “Entretons”, atualmente presente na Rádio UEL FM. O projeto está dentro do programa Universidade Aberta à Terceira Idade da UEL (Unati – UEL).



Dona Lia Silvany, integrante do
grupo “Tecer Idades”
(Foto/Arquivo Pessoal)

O projeto começou em 2014 como uma ideia para ser um programa para a TV UEL, produzido e pensado por e para idosos. A iniciativa foi do professor Reginaldo Moreira, graduado em jornalismo e mestre em Gerontologia (área que busca compreender as questões envolvendo o envelhecimento humano). Segundo o professor, a ideia é que o programa pertença à comunidade, desde a produção até o direcionamento do público na lógica de comunicação comunitária.

Segundo o levantamento mais recente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a população idosa no Brasil é de 10,5%. Já em 2050, estima-se que 30% da população brasileira terá mais de 60 anos, de acordo com previsão do Ministério da Saúde.

Nos seus primeiros anos o grupo 'Tecer idades' produziu alguns programas para TV UEL, que ainda podem ser encontrados no YouTube, no canal @teceridades2904. Por volta de 2018, o grupo de idosos migrou do formato audiovisual para o rádio, onde estão presentes até hoje em um programa mensal na UEL FM. Com temáticas variadas, esse grupo aborda assuntos de interesse dos idosos, sejam relacionados diretamente a eles, ou com um olhar específico para a terceira idade.

Na montagem de cada episódio, como relatou o senhor Luiz Gonzaga, 72 anos, também membro pioneiro do projeto, cada um fica responsável por uma função e por um dos quadros do programa. Um desses quadros, por exemplo, é o 'Cultura Viva'. Nele, o repórter conta a história de vida de uma pessoa, descrevendo sua trajetória e seus momentos marcantes. O senhor Luiz descreveu uma das histórias narradas no quadro: "Entrevistei o sambista Joaquim Braga. Ele fundou a escola de samba 'Quilombo dos Palmares', quando ainda os cinco conjuntos estavam se formando. Então, são histórias interessantes que fazem parte da história da cidade".



Luiz Gonzaga, integrante do grupo
"Tecer Idades"
(Foto/Arquivo Pessoal)

O efeito que o Programa acarreta na vida dos idosos é notável. “É o evento da semana, afinal de contas, tem um programa na rádio universitária. Quem que tem programa na rádio universitária? Isso muda completamente a autoestima e o poder da comunicação, que às vezes na família, o idoso não tenha. No rádio ele é o dono do programa”, explicou o professor Reginaldo. Há também a questão de conhecimento próprio, já que o desenvolvimento de cada episódio é uma oportunidade de tirar dúvidas, de aprender um pouco mais. “Todos os programas são temas relacionados ao idoso, ou que tenha o ponto de vista dele. Por exemplo, o programa que eles quiseram falar de autonomia, da diferença entre autonomia e dependência, então, vão falar de autonomia.”

Porém, o impacto positivo que o programa causa poderia ser ainda maior se não fosse pela pouca procura de pessoas mais velhas com baixa renda. “Às vezes, a pessoa não se sente nem autorizada a vir para a universidade. E, quando vem, não permanece. Talvez, seja pela falta de locomoção. Mas, pode ser uma falha da própria universidade em não ofertar aquilo que é do interesse desse idoso”, lamenta o professor. Além da questão de classe social, o professor também expressou o seu desejo de ter no projeto os idosos LGBTQIA +: “Eles existem, mas eles não chegam no projeto”.

Para a dona Lia, citada anteriormente no texto, participar do projeto foi uma oportunidade de mostrar para outros idosos que agora é a hora de viver, de fazer aquilo que se tem vontade. “O melhor presente que nós temos é estarmos vivos. Eu me vejo nesse contexto de mostrar para as pessoas que a gente tem que procurar outras coisas, sair desse padrão, ter coragem”, afirma ela.

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Lucas Worobel e Milena Massako Ito
Supervisão de Texto: Ana Paula Machado Velho
Arte: Mariana Muneratti
Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena
Edição Digital: Gutemberg Junior



26/10/2023

Teatro: a magia da expressão

Universidade como espaço para a Magia da Arte Teatral

Autor:
Andressa Rickli

“A arte existe porque a vida não basta”. A célebre frase do poeta e escritor brasileiro Ferreira Gullar nos mostra o quanto a arte é essencial para nos fazer experimentar novas sensações, refletir sobre questões mais profundas, entender novos significados para outras realidades, explorar novos contextos da existência, estar diante de novos paradigmas emocionais, filosóficos, ou, ainda, encontrar a simples beleza num riso mais solto.

Uma das formas de arte que nos mostra de forma representativa o quão assertiva é a frase de Ferreira Gullar é o teatro, que se baseia na performance ao vivo para representar, contar histórias, explorar emoções e, por vezes, provocar reflexão. É nessa forma de expressão artística que o teatro surge como um espaço difusor e propulsor da cultura nos mais variados ambientes, entre eles, o universitário.



FETECO
(Foto/Banco de Imagens
Unicentro)

Na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), existe o Festival de Teatro da Unicentro (Feteco), uma das mais antigas e tradicionais ações culturais da Instituição e que é realizado desde maio de 1990, quando ainda era chamado de Festival Regional de Teatro Amador do Centro-Oeste. Ao longo desse tempo, espaços da Universidade e outros lugares em Guarapuava recebem espetáculos infanto-juvenis e adultos, encenados por companhias teatrais locais, da região e, em algumas edições, de outros estados do país.

A edição deste ano, que é realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, conta com a participação de vários grupos de Guarapuava e da região. Uma novidade é o grupo Uniteatro, da Unicentro, criado recentemente. A peça Reza, do Grupo de Teatro da Unicentro, foi exibida no dia 25 de outubro, no Auditório Francisco Contini, do Campus Santa Cruz, da Unicentro.

Ao longo de todas as edições do Feteco muitos foram os desafios. Mas não há como negar que isso se complicou, nos anos de 2020 e 2021. Para não suspender o Festival durante esses dois anos, devido à pandemia de coronavírus, a Diretoria de Cultura desenvolveu uma série de ações, que foram realizadas de forma remota, como retrospectiva para relembrar alguns espetáculos, apresentações, performances e fotografias. Como apontou a diretora de Cultura da Unicentro naquele momento, a professora Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira, “o teatro nos traz a vida reinventada”.

Espectáculo Paixões
Desenfreadas, em apresentação
no Feteco de 2019
(Foto/Banco de Imagens Unicentro)



Para a professora Níncia, o evento demonstra a importância do acesso à cultura não só para a comunidade universitária como um todo, mas também para toda a população de Guarapuava e região, que tem entrada gratuita em toda sua programação. “O festival de teatro da Unicentro é um dos que impulsionam a arte, sempre teve como meta trazer a arte teatral para a comunidade, não somente para a comunidade acadêmica, desde os anos 1990. Então, acho que o único que propicia isso na nossa cidade, já que todos os espetáculos são gratuitos. Essa arte, que é tão próxima da nossa realidade, mostra problemática social, mostra dramas, com artistas da região”, ressalta.

A partir deste ano, o Festival instituiu um prêmio em reconhecimento aos artistas de Guarapuava: o prêmio Dody Sanman. Esse é um nome importante na cena cultural e teatral guarapuavana e que, junto de Rita Felchak e seu grupo de artistas, foram precursores na arte teatral da cidade. A professora Níncia lembrou que, “o grupo teve uma das primeiras peças que brilharam aqui no palco da Universidade, tudo começou aqui. Então, esse prêmio é mesmo em reconhecimento de mérito porque, muitas vezes, esses artistas são desconhecidos pela própria comunidade”.

A abertura do evento, em 2023, destaca Níncia, é uma peça dirigida por David Felchak: A Cantora Careca. Essa é uma história icônica, escrita pelo renomado dramaturgo romeno-francês Eugène Ionesco. Situada em uma atmosfera absurda e surreal, se desenrola em uma conversa banal e superficial entre os personagens, que revela um verdadeiro exercício de absurdidade e alienação social.

Outro ponto importante destacado por Níncia é que o Feteco tem como meta fazer com que a universidade se consolide como um polo de formação, de plateia, inclusive. “O festival é pensado para os acadêmicos e para toda a comunidade. Então, é uma oportunidade única. São eventos de altíssima qualidade, totalmente gratuitos. E é importante que, sobretudo os acadêmicos, formem esse repertório artístico-cultural”, ressalta a diretora de Cultura da Unicentro.



Espectáculo Carne, em apresentação na edição do ano passado do Feteco (Foto/Banco de Imagens Unicentro)

Ferreira Gullar tinha razão. A vida, por si só, é insuficiente e é aqui que a universidade desempenha um papel crucial para a difusão da cultura e estímulo às mais variadas formas de arte, entre elas, a arte teatral. Eventos culturais, parcerias com grupos de teatro, formação de artistas nas mais variadas áreas.

Arte é expressão e criatividade. Universidade é espaço, movimento, ambiente onde a diversidade cultural deve ser não só valorizada, mas também promovida. E como bem apontaram o grupo Titãs em sua forma de arte, mas desta vez musical, “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”.

Programação

A programação desta edição começou no dia 21 de outubro, no Teatro Municipal Marina Karam Primak, com a peça Cantora careca, da Felchak Produções e Eventos.

No domingo, dia 22, houve um espetáculo mais voltado para o público infanto-juvenil, com palhaçaria, no Parque do Lago. Intitulado O Melhor Espetáculo de Hoje, da Companhia Os Barbacas, o texto traz em seu enredo os números clássicos de palhaços circenses, em busca de resgatar a magia, o encanto e a ludicidade do circo, atualmente, quase no esquecimento.

Na terça-feira, dia 24, Transições, de Piá/Grupo de Estudos Cênicos, foi encenado no Auditório Francisco Contini, Campus Santa Cruz, da Unicentro. A peça é um apanhado de exercícios propostos durante os estudos do Piá/Grupo de Estudos Cênicos e é descrita pelo grupo como “uma grande amostra das vivências às quais nos propomos o ano todo. Pequenas/grandes ações que mudaram nossa forma de ver e sentir o teatro em nossas vidas”.

Na sequência, entrou em cena Baxô, do Coletivo de Arte Teatro das Catacumbas, com uma história cheia de crença e misticismo como muitas que foram apagadas e silenciadas. O Coletivo de Arte Teatro das Catacumbas trouxe à tona essa discussão como se ela representasse a fala de nossos ancestrais querendo ecoar para além do esquecimento.

A peça Reza, do Grupo de Teatro da Unicentro, encenada no dia 25, também no Auditório Francisco Contini, do Campus Santa Cruz, fala de quando a medicina ainda não era ciência e a cura vinha da natureza e da reza. O texto foi a forma que o grupo encontrou de eternizar memórias e culturas por meio da arte; “nela nos encontramos para celebrar a memória dos benzedores e benzedoras de nossa cidade – Guarapuava”, diz a sinopse.



Espetáculo “O que o mordomo viu”, do grupo de teatro de Ponta Grossa

A programação encerrou dia 26, no Teatro Municipal, com o grupo de teatro de Ponta Grossa apresentando a peça O que o mordomo viu. O grupo tem apenas quatro anos e foi criado com o objetivo de contribuir para a formação de novos atores, atrizes e técnicos de teatro na cidade, fomentando, assim, a criação de novos grupos e produções.

O espetáculo O que o mordomo viu retrata com fina ironia, um dia no cotidiano de uma clínica psiquiátrica britânica, na década de 1960, a partir da visão típica do humor inglês: ácida e sutil. O título faz referência a uma das maiores instituições britânicas que é o mordomo, profissional conhecedor de todos os pecados de uma família e fiel depositário dos segredos.

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Andressa Rickli

Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho

Arte: Hellen Vieira

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte: Lucas Higashi

26/10/2023

Tem ciência no palco, tem sim senhor

Conhecimento científico se aprende na escola e... no teatro

Autor:
Nelson Silva Junior

Quem discutiu o conteúdo do nosso título conosco, em abril deste ano, em uma reportagem aqui no C², foi a professora do Departamento de Química, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Leila Inês Follmann Freire. Ela atua na formação de professores e ama a área de divulgação científica. Foi Leila quem nos alertou para o fato de que, nos meses de outubro e novembro deste ano, Ponta Grossa, município do interior do Paraná, será um grande palco para as Artes Cênicas. A cidade recebe dois importantes eventos de teatro: o primeiro tem tudo a ver com o Conexão Ciência. É o XVI Ciência em Cena: encontro de teatro e divulgação científica, uma mostra sobre o teatro científico. Mas a cidade ainda organiza o 51º Festival Nacional de Teatro – Fenata.

Em outras palavras, entre os dias 29 de outubro a 9 de novembro, palcos, praças, escolas, ruas, recebem diferentes profissionais, estudantes, pesquisadores e público, que têm no teatro uma forma de fruição artística e, também, de aprendizagem e ensino. O C² não podia ficar de fora deste cenário e decidimos registrar esses acontecimentos.

Para começar, precisamos marcar que a história do Ciência em Cena é longa. Desde 2007, grupos de teatro de temática científica do Brasil e do exterior encontram-se para divulgar a ciência e trocar experiências. O evento surgiu com o objetivo inicial de reunir grupos que utilizam o teatro para a divulgação científica. Saiba mais sobre o que é divulgação científica nesta matéria do C².

O encontro é itinerante. Já foi sediado em São Carlos-SP (2007, 2008, 2011, 2014, 2017), Mossoró-RN (2009, 2022), Fortaleza-CE (2010), Caxias-MA (2012), Pacoti-CE (2013), Itapipoca-CE (2015), Salvador-BA (2016), Macaé-RJ (2018), Matinhos-PR (2019), além de uma edição on-line (2021), sendo recebido por grupos teatrais de temática científica da UFSCar, UERN, UFERSA, UFC, UEMA, UECE, UFBA, UFRJ e UTFPR.

Grupo de Teatro Científico da
UEPG no espetáculo
'Coração Em Chagas'
(Foto/Arquivo Pessoal)



Esta é a décima sexta edição do Ciência em Cena e, pela primeira vez, o evento será sediado em uma universidade estadual paranaense. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) abriga o evento. A programação é composta por apresentações de trabalhos científicos com foco na divulgação científica, mesas-redondas, apresentações teatrais de temáticas científicas, oficinas de teatro, música, ciências e dança.

O Ciência em Cena tem características científicas, extensionistas e artísticas. Segundo o professor doutor da UEPG, Jocemar de Quadros Chagas, coordenador geral da edição 2023, “o evento vem ganhando notoriedade ao longo dos anos e já está consolidado. A cada edição, aumenta o alcance de público e vem recebendo cada vez mais apoio de órgãos de fomento. O objetivo é promover espaços e momentos de reflexão coletiva, discussão e apresentações de espetáculos teatrais cuja temática principal é a ciência”.

A organização está a cargo de docentes e estudantes da UEPG, em parceria com dois grupos de teatro científico da cidade: o Grupo de Teatro Científico da UEPG e o grupo independente Flogisto. Ambos foram foco da reportagem feita pelo C², em abril, citada no início da reportagem.

“A metodologia adotada pelo XVI Ciência em Cena foi pensada com o objetivo de atrelar a popularização da ciência, através da promoção de apresentações teatrais de temática científica a um público majoritário de estudantes do ensino básico. Ao mesmo tempo, a mostra promove o fortalecimento artístico e científico dos grupos de teatro científico voltados à divulgação científica, e do próprio evento”, informou o professor Chagas.

Grupo de Teatro Científico da
Seara da Ciência – Mossoró, Rio
Grande do Norte
(Foto/Divulgação)

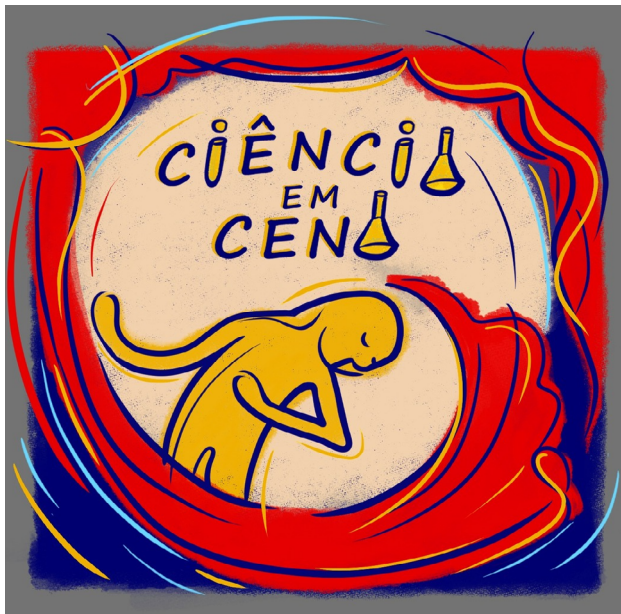


Dinâmica

Durante a Mostra, os grupos participantes devem apresentar necessariamente espetáculos de temática científica e seus integrantes participam de oficinas ou minicursos formativos. Além disso, a programação conta com mesas-redondas e sessões de apresentações de trabalhos científicos sobre divulgação científica e as contribuições do teatro para a popularização da ciência.

Escolas de ensino médio e fundamental da cidade sede e região foram convidadas para assistirem aos espetáculos e às discussões. O público estimado para o evento é de 2.500 pessoas, entre atores, diretores, técnicos, estudantes, pesquisadores e comunidade em geral.

O professor Jocemar Chagas espera que, “com a realização da 16ª edição do Ciência em Cena, o teatro como possibilidade de divulgação científica possa se fortalecer, ampliando a divulgação da ciência no Brasil e contribuindo com a formação inicial e continuada dos participantes, nas áreas científica e artística”.



Logo do Ciência Em Cena
(Foto/Arquivo Pessoal)

A comissão organizadora do XVI Ciência em Cena: encontro de teatro e divulgação científica ressalta que o evento traz a divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas nos centros de referência e nos novos âmbitos de estudos científicos.

“A ideia é promover o reconhecimento e significação da identidade profissional de professores e professoras que trabalham com divulgação científica frente às atuais demandas de formação de educadores.

O objetivo é contribuir para a incorporação do processo do Teatro de temática científica e a utilização dos resultados como indicadores da qualidade de novas estratégias de divulgação e popularização da Ciência”, disse a professora Leila Inês Follmann Freire, coordenadora do projeto teatro científico da UEPG.

Na edição de 2023, destaca-se a presença da professora Karina Omuro Lupetti, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora da Alfabetização e Divulgação Científica a partir de atividades artístico culturais, como o teatro; e do professor Leonardo Maciel Moreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, além de ator e diretor de teatro.

Programação do XVI Ciência em Cena

1) FANATICos da Química UERN - RN <i>Peça: Um encontro com a terra (20 min)</i>	5) Química em Ação Inst. Química, USP - SP <i>Peça: Assassinato no expresso áureo</i>
2) Grupo Baobá UFERSA - RN <i>Peça: A força da obra de Freire</i>	6) QuiTrupe UNIFEI - MG <i>Peça: O dia em que o Chapeuzinho vestiu verde</i>
3) Núcleo Alquimia UNESP Júlio de Mesquita Filho - SP <i>Peça: Quanticômio</i>	7) Dupla de Dois Grupo independente - PR <i>Peça: Quem fez o quê? (Vol. 1)</i>
4) Núcleo Ourobours de Divulgação Científica UFSCar - SP <i>Peça: Elementos</i>	8) Grupo Flogisto Grupo independente - PR <i>Peça: Arara, gralha e pinhão, até quando existirão</i>
9) GTC-UEPG UEPG - PR <i>Peça: A que faz</i>	



Festival Nacional de Teatro

Mas a ciência se une à cultura em geral e acende a programação do Festival Nacional de Teatro – Fenata. O evento nasceu em 1973, em plena ditadura militar, como Festival Nacional de Teatro Amador, pelas mãos do ator e diretor Telmo Faria (José Faria Moritz – 1918/1997), então diretor do Grupo de Teatro Universitário (GTU), da UEPG.

Naquele mesmo ano, durante a realização do primeiro Fenata, a UEPG teve o seu reconhecimento como Universidade, pelo Conselho Federal de Educação. O anúncio foi feito pelo então reitor, Álvaro da Cunha Rocha, que, ao final da notícia, disse que a Universidade Estadual de Ponta Grossa nascia, institucionalmente, sob o signo do teatro. A frase ficou marcada como símbolo da profunda relação entre a UEPG e a prática teatral.

De lá para cá, foram 50 edições ininterruptas de um dos maiores festivais de teatro do Brasil. O termo amador foi retirado do nome do festival em 2003, na sua 31ª edição, como um reconhecimento ao alto nível que o evento, desde seu início, apresentou.

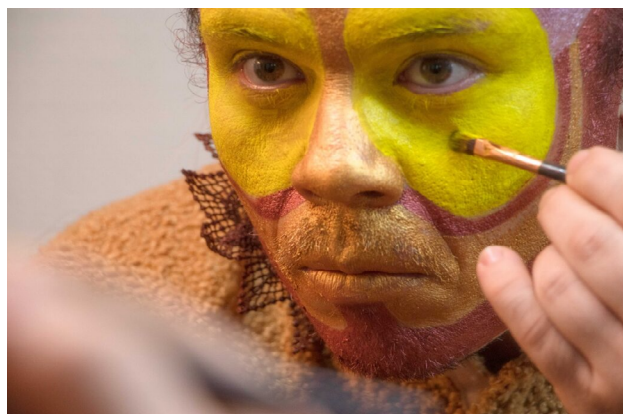


Julia Lemmertz na peça Tudo,
uma das atrações do Fenata 2022
(Foto/Flávia Canavarro)

Pelo Fenata, já passaram atores e atrizes como Grande Othelo, Bibi Ferreira, Henriette Morineau, Ary Fontoura, Umberto Magnani, Luiz Fernando Guimarães, Letícia Sabatella, Matheus Nachtergaele, Júlia Lemmertz, Vladimir Brichta, Guta Stresser. O festival também revelou nomes como Mario Bortoloto, Adriano Garib, Cássia Kiss, Jorge Fernando, Silvero Pereira, entre outros. Na cena paranaense, destaque para a diretora e professora da UEL, Nitis Jacon, e a atriz e professora da PUC, Sílvia Monteiro.

Todos os estados brasileiros já estiveram, em algum momento, presentes no festival, assim como algumas peças internacionais, a exemplo da edição de 2023, que receberá a peça argentina Cuidado: um palhaço mau pode arruinar sua vida, com os palhaços Chacovachi e Maku Fanchulini.

Segundo o professor Nelson Silva Junior (UEPG), coordenador geral do Fenata, “a edição de 2023 traz como novidade a mudança no caráter não competitivo do evento. Desde seu início o festival premiou as categorias de Melhor Espetáculo Adulto, Melhor Espetáculo Infantil, Melhor Diretor, Melhor Ator, Melhor Atriz, Melhor Ator coadjuvante, Melhor Atriz Coadjuvante, Melhor Figurino, Melhor Cenografia e Melhor Iluminação. Em 2023, o festival deixa de ser competitivo, atendendo às demandas da própria classe dos artistas teatrais”.



A formação do ator é um dos
focos do Fenata.
(Foto/William Clarindo, Fábio
Ansolin, Julio Cesar Prado e

Em 2022, na 50ª edição, o público que assistiu às peças superou a casa dos 25 mil espectadores, entre as 85 apresentações. A expectativa para 2023 é a de que esse número seja superado. “A diversidade de gêneros teatrais que o Fenata apresenta, considerando que os espetáculos, geralmente, representam as 5 regiões do país, propicia a formação de plateias e públicos que, junto aos debates posteriores às apresentações, vivenciam a experiência artística e estética dos grupos responsáveis pelas produções, ampliando suas visões sobre o fazer artístico teatral no Brasil”, acrescenta o professor Nelson.

Destaca-se também, o importante papel integrador do Festival, que, ao reunir uma grande gama de produtores da arte e da cultura, provoca o intercâmbio entre estes, resultando em experiências formativas, a partir da vivência durante o evento. O evento conta com ações de formação e qualificação para os profissionais envolvidos no planejamento e produção.

A seleção das peças é feita por uma equipe de curadores, composta pelos artistas e professores, Adba Cuba (SP), Gilvan Albino (RJ) e Fátima Ortiz (PR), que, em 2023, analisaram mais de 170 peças e grupos inscritos.

Que se faça a festa da ciência e do teatro, no palco chamado Ponta Grossa.

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Nelson Silva Junior

Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho

Arte: Lucas Higashi

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte: Leonardo Rasmussen

28/12/2023

Retrospectiva 2023: Conexão Ciência cresceu e apareceu

Este ano, o C² se consolidou como projeto de extensão e passou a divulgar pesquisas realizadas nas sete universidades estaduais do Paraná

Autor:
Sílvia Calciolari

São mais de 100 mil acessos e cerca de 300 projetos referenciados no site que traz conteúdo multimídia sobre as pesquisas desenvolvidas nas sete universidades estaduais do Paraná. Através de um grupo de professores, alunos, técnicos e profissionais, a cada semana, são publicadas duas matérias com textos longos e bem apurados, vídeos, podcasts e ilustrações autorais e inéditas sobre a ciência produzida no Paraná.

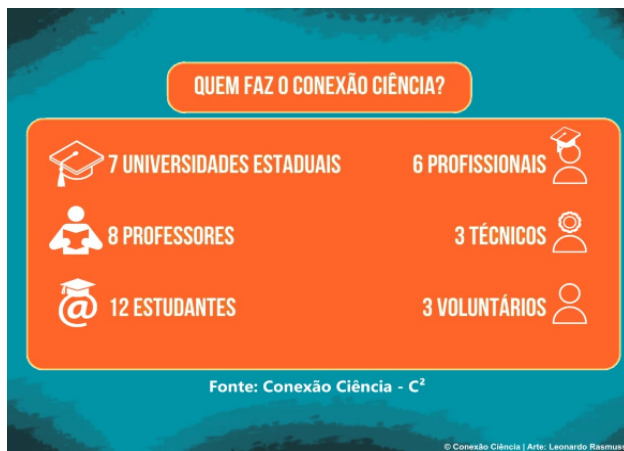
Nesta retrospectiva, vamos contar como tudo começou e como se deram os processos que fizeram o Conexão Ciência encerrar 2023 com chave de ouro. Sem falsa modéstia, este ano representa a consolidação do projeto de extensão de divulgação científica paranaense, iniciado em plena pandemia, na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Conexão Paixão

O Conexão Ciência nasceu do desejo da jornalista e servidora da UEM Ana Paula Machado Velho, doutora e mestra em Comunicação e Semiótica, em construir uma 'ponte' entre a ciência feita nas universidades e a sociedade. O desafio era criar uma estratégia para comunicar a produção científica de forma atrativa, numa linguagem que todos entendessem, mas sem simplificações, amparada numa plataforma multimídia vibrante.

Na outra ponta do começo do C² está Debora de Melo Gonçalves San'tana, graduada em Farmácia e com pesquisas na área de Neurogastroenterologia Experimental. Cheia de experiência na extensão universitária em divulgação científica com foco em Neurociências, a professora da UEM está envolvida em ações vinculadas ao Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM (MUDI). Ela também é uma entusiasta da ideia de que é possível conhecer o mundo pelos óculos da ciência.

E o que acontece quando uma pessoa apaixonada por divulgação científica encontra outra na mesma sintonia? Uma conexão fulminante, que, provavelmente, vai dar em algo excepcional como contar as histórias das pesquisas científicas e de seus pesquisadores, pessoas que enfrentam dificuldades e desafios, diariamente. Ou seja, o Conexão Ciência, nosso C².



Com apoio da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e fomento da Fundação Araucária (FA), o C² começou, no início de 2021, a definir os objetivos do projeto de extensão para a divulgação científica da produção realizada pelos pesquisadores da UEM.

Acreditem, o Conexão Ciência nasceu do zero, com a proposta de um piloto, ou seja, uma espécie de 'esquentar' para ver se ia dar certo, que chamamos nos bastidores de Fase 1.

Após a seleção dos professores, alunos bolsistas e profissionais, foi dada a largada para a escolha da linha editorial, fontes, paleta de cores e a logo. O Conexão Ciência tem como inspiração uma mistura de jornalismo científico e literário.

É possível criar conteúdo de qualidade e atraente, com seriedade e rigor metodológico que a ciência exige, para levar o conhecimento científico e despertar nas pessoas de todas as idades o interesse pelo o que acontece na universidade.

Foi assim que, juntando paixões e sob a coordenação de Ana Paula e Débora, as primeiras matérias começaram a ser publicadas em julho, e uma delas chama atenção pelo oportunismo do tema. Em plena pandemia, quando a ciência estava sob fogo cerrado dos negacionistas, o C² começa seu caminho explicando o surgimento e funcionamento do Observatório da Covid-19 Maringá, matéria assinada pela então graduanda em Comunicação e Multimeios da UEM, Milena Massako Ito, de 26 anos.



"Conexão Ciência é um espaço de aprendizado". – Milena Massako Ito, comunicóloga formada pela UEM
(Foto/Arquivo Pessoal)

“Na época, eu já tinha uma experiência com a revista de divulgação da extensão da UEM, o Sebastião, mas nada se compara ao aprendizado e a experiência que eu tenho no C²”, afirma Milena, agora já comunicóloga formada e que está totalmente integrada e entregue à dinâmica da equipe. Aliás, ela é quase uma subeditora.

Para ela, o Conexão Ciência ajudou muito a definir o que queria fazer como profissional da área da Comunicação. “Além do aprendizado profissional e crescimento pessoal, o trabalho me fez conhecer melhor a universidade, como funcionam os projetos e quais os desafios para levar a ciência às pessoas”, reflete.

Conexão Tecnologia

Enquanto bolsistas graduandos começavam a produzir as pautas, sempre sob a supervisão de profissionais, no campo da tecnologia a ideia era montar um site moderno, multimídia e que mostrasse a Ciência para além dos laboratórios.

É aqui que entra a valiosa contribuição do jornalista pós-graduado em Mídias Digitais e webmaster¹, Gutemberg Lima Barbosa Junior, 37 anos, responsável por criar uma ferramenta que atraísse a atenção de jovens, prioritariamente, que estão saindo do ensino médio para a universidade.



“O C² nasceu em plena pandemia, e isso foi um facilitador” – Gutemberg Lima Barbosa Junior é jornalista e webmaster (Foto/Luís Felipe Gomes)

Uma pesquisa minuciosa foi feita para buscar referências em outros portais, no Brasil e no exterior. “Colocamos tudo num ‘liquidificador’ e o meu desafio foi concretizar uma plataforma que tivesse flexibilidade para construir essas narrativas e uma administração de conteúdo tranquila”, conta.

É preciso lembrar que a pandemia forçou a todos ao trabalho remoto, facilitando as conversas e os encaminhamentos, o que, em épocas normais, demoraria muito tempo e esforço. Assim, em reuniões on-line, a equipe participou das escolhas dos mínimos detalhes do site e dos objetivos do projeto.

“O C² já nasceu plural, com um público orgânico e dinâmico que gosta da linguagem acessível, podcasts, artes coloridas e instigantes. Nosso desafio sempre foi, e será, levar a ciência com leveza e seriedade, e estamos aumentando a cada dia o alcance”, explica.

Gutembergue chama atenção para as cores escolhidas para compor a paleta do C². “Como é um site para divulgação científica do Paraná, nós priorizamos as cores vivas, especialmente, o verde que lembra a bandeira no Estado”, conta.



Conexão Arte

Desde o início, uma das coisas que mais chamam atenção no C² são as ilustrações e a qualidade das imagens produzidas por artistas graduandos e profissionais. Mas, atenção, isso não é uma decisão aleatória.

“Nossa proposta é ter uma ilustração independente, mas que, paradoxalmente, dialogue com o texto e permita uma reflexão”, afirma o professor de Comunicação e Multimeios da UEM, Tiago Franklin Rodrigues Lucena, 38 anos, que está na Supervisão de Arte desde o princípio do projeto de extensão.

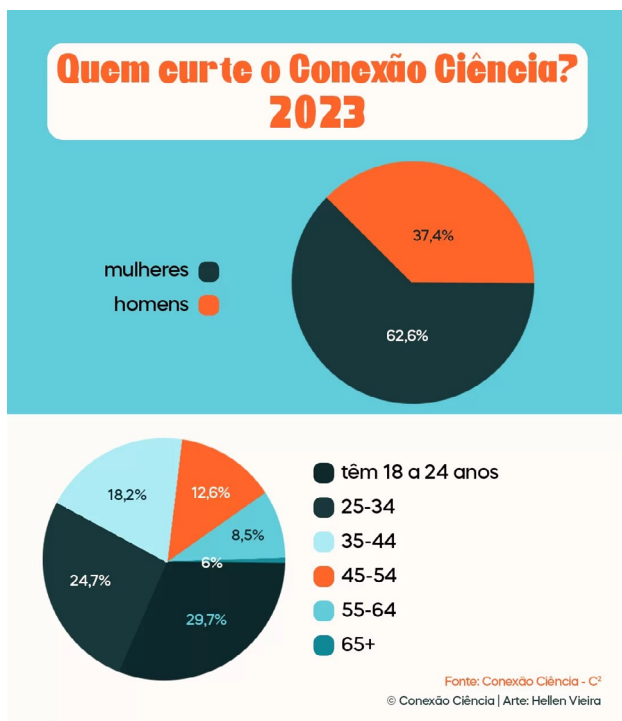


“A imagem deve ser independente e propor uma reflexão” – Tiago Franklin Lucena é professor de Comunicação e Multimeios da UEM (Foto/Arquivo Pessoal)

No processo de criação, o grupo da arte tentou diversas estratégias para ajudar a representar o tema em ilustrações e infográficos, inclusive, participar das entrevistas. Mas, o tempo foi passando e, hoje, a dinâmica está focada em conversar com quem fez a entrevista e ouvir as sugestões, ou ainda ler o texto quando já está pronto.

“No começo, a gente avaliava o rascunho e recebia duas ou até três vezes o arquivo antes de levar para avaliação da equipe geral. Agora, o fluxo está mais dinâmico, graças à criatividade e autonomia do grupo”, destaca.

E como Conexão Ciência quer contar as histórias por trás das pesquisas científicas, mostrando os desafios e a realidade dos pesquisadores, as ilustrações refletem esse desejo. “Procuramos propor uma discussão política da imagem, inserindo diversidade, pluralidade nos personagens, tudo para fugir do óbvio e dos estereótipos”, reforça Lucena.



Ao tratar de temáticas que, normalmente, não ganham espaço na mídia tradicional, o Conexão Ciência sempre privilegia mostrar as pesquisas que tratam de temas em que a ciência está atuando para mudar o olhar da sociedade. Por exemplo, são muitas as matérias que abordam o machismo, racismo, o corpo mercantilizado da mulher e como combater a violência contra elas, do invisível ao metafísico, tudo pode virar pauta no C².

Afinal, nada escapa ao olhar e rigor do método científico. E o C² se vale desses princípios para abordar os mais relevantes e variados temas.

Conexão Universidades

No começo de 2023, o Conexão ganhou novo fôlego e alcance, quando o projeto chegou a Fase 2. Com alguns integrantes da primeira etapa, uma equipe diferente foi constituída e, além da UEM, o C² passou a divulgar as pesquisas das sete universidades estaduais do Paraná: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Universidade do Norte do Paraná (Uenp) e Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

Cada instituição passou a ser representada por um professor e um aluno bolsista e a equipe começou a produzir matérias que, a partir de um tema, mostravam como as universidades estavam pesquisando o assunto.

"Aqui eu posso colocar meu trabalho em algo que acredito" –
Hellen Vieira é artista e ilustradora
(Foto/Arquivo Pessoal)



Foi neste contexto que, em 2023, Hellen Vieira, 26 anos, video maker, web designer e ilustradora, passou a integrar o Conexão Ciência. Com menos de dez anos de atividade no mercado, Hellen possui um portfólio de ar inveja a muitos profissionais. Dona de um estilo próprio, marcado pelas cores intensas e um traço original, não é de se admirar que suas ilustrações chamem atenção no C² e façam os conteúdos ganharem maior personalidade.

Fiel à proposta original de ilustrações autorais, o C² proporcionou à Hellen algo que ela ainda não havia alcançado, “colaborar com algo que eu realmente acredito, que é a importância da ciência e da divulgação científica na sociedade”.

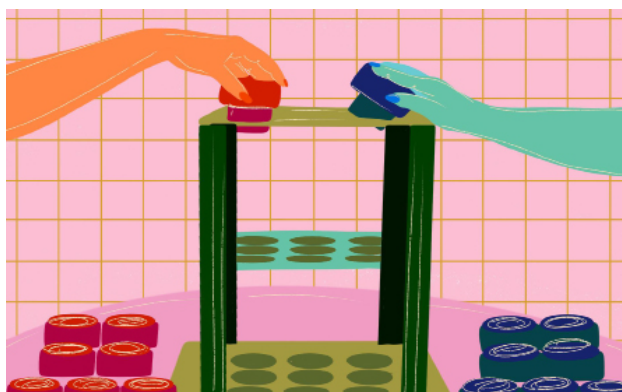
Outro benefício foi poder atuar na área da Educação de novo, como no começo da carreira. “Coordeno o trabalho de ilustração de quatro bolsistas graduandos e tem sido um resgate para mim, porque há muita troca e feedbacks importantes entre o grupo de ilustradores”.

Para ela, o mais impressionante do C² é a variedade de temas. “Nunca imaginei fazer uma ilustração sobre a piracema. Sou suspeita, mas ficou lindo e gostei muito do resultado final”.

Hoje, quatro alunos bolsistas de diversas universidades, sob a supervisão de Tiago e coordenação de Hellen, são os responsáveis por apresentar – e representar – o que o Paraná está produzindo nas universidades estaduais.



Conheça o Top 10 das matérias
do C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Conheça o Top 10 das matérias
do C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Conheça o Top 10 das matérias
do C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Conheça o Top 10 das matérias
do C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)

Conexão Universidades

De tudo que o Conexão Ciência se propôs como projeto de extensão, pelo menos dois aspectos ganharam mais relevância entre tudo o que foi pensado nos objetivos iniciais. Para além da divulgação científica e da formação de novos comunicadores da ciência, o que mais chama atenção é a oportunidade de revelar novas aptidões e abrir novas fronteiras.

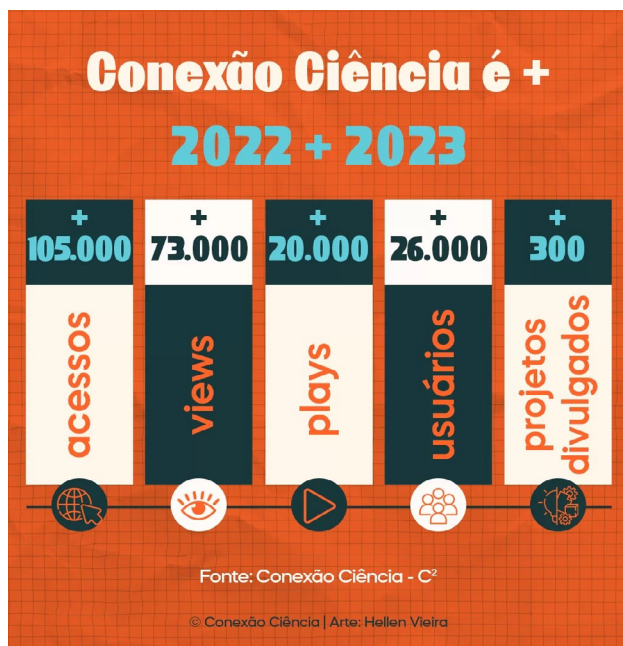
Um exemplo é Gabriele Christine, 26 anos, graduanda do segundo ano de Educação Física, na Uenp, campus de Jacarezinho, no Norte do Paraná. Com experiência em Artes dramáticas, ela sempre foi uma grande leitora e tinha muita afinidade com a escrita. No C², ela encontrou terreno fértil para ampliar seus horizontes.



"Quando escrevemos para o C², escrevemos para o mundo"
– Gabriele Christine é aluna de Educação Física da Uenp
(Foto/Arquivo Pessoal)

"Eu gosto de escrever, mas sempre sobre experiências pessoais e que somente eu tinha acesso. Neste ano, tive a oportunidade de escrever para as pessoas lerem, e isso me colocou um novo desafio. E eu gostei bastante", diz.

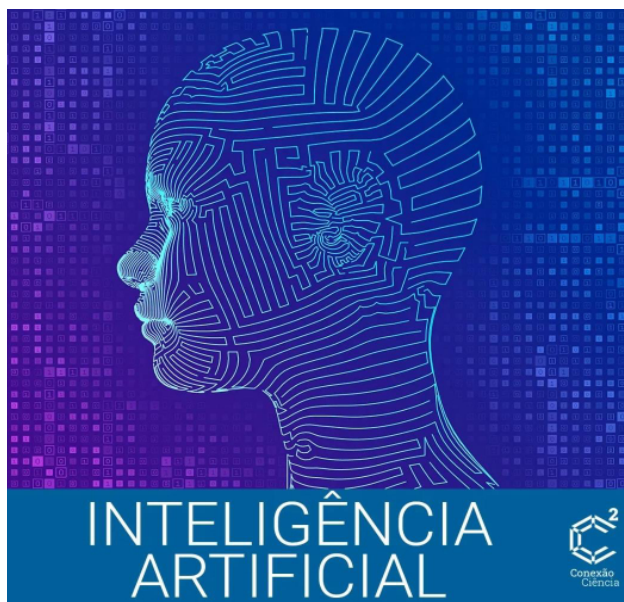
Assim como outros integrantes da equipe que não são da área da Comunicação, o Conexão Ciência proporciona vivenciar todas as experiências que jamais seriam possíveis fora do projeto.



“Participar da produção, fazer entrevistas, organizar o texto me ajuda, de certa forma, a ter uma nova postura mental, o que tem facilitado a minha vida dentro e fora da universidade”, pondera Gabi. Para ela, trabalhar em grupo também é algo novo, ainda mais quando envolve pessoas de outras universidades, temas e interesses.

“Quando eu apresento o site para meus amigos e contatos, sempre tem um feedback super positivo, especialmente, quanto à linguagem jovem e atrativa e às ilustrações”, completa.

Além da Gabriele da Educação Física, o mais fantástico é que o C² também é formado por pessoas da Farmácia, Química, Artes Visuais, Marketing, Biomedicina, Letras, além do Jornalismo, claro. Todos participam pesquisando projetos, sugerindo fontes, esboçando uma escrita e interagindo com o universo da divulgação científica.



Conheça o Top 5 dos podcasts do
C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Conheça o Top 5 dos podcasts do
C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)

Conheça o Top 5 dos podcasts do
C² em 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Conexão Linguagem

Fontes confiáveis, texto profundo e arte exclusiva, tudo ao alcance de todos ao mesmo tempo. Em 2023, o Conexão Ciência provou que a divulgação científica pode ser, sim, uma estratégia efetiva para mostrar à sociedade o que as universidades estaduais estão fazendo, mesmo diante da complexidade da ciência. Mesmo quando o jornalismo científico, ou especializado, como consta em alguns currículos, é escasso no país.

Para o professor de Jornalismo Rodolfo Rorato Londero, da UEL, a questão da linguagem é o maior diferencial para o C², já que essa é a grande barreira da Comunicação. “Com a perspectiva de uma linguagem acessível, a gente consegue atingir maior número de pessoas e fazer um conteúdo mais interessante”.

"O Conexão Ciência é uma
experiência incrível para
os alunos" –
Rodolfo Rorato Londero é
professor do curso de Jornalismo
da UEL



E mais: o bom trato com as fontes, no caso, os pesquisadores, tem sido um exercício interessante para haver uma sinergia entre cientistas e divulgadores. “Quando se conhece o conteúdo do C², consegue ver o resultado da ciência na vida das pessoas. Assim, dá pra acreditar que é possível fazer a ponte entre conhecimento científico e da população”, avalia.

Rodolfo destaca, ainda, a linguagem da Arte, sempre descontraída, como atrativo para o público. “O C² teve que ultrapassar obstáculos muito grandes para chegar onde está hoje, em 2023, principalmente, num país que não tem nenhuma tradição em divulgação científica. Esse é um desafio que não podemos desconsiderar diante do desempenho que obtivemos nesse ano”.

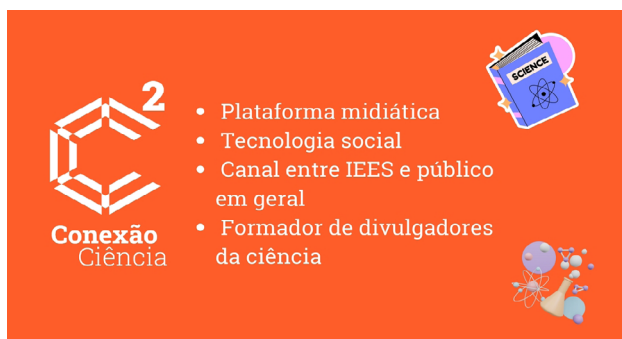


Outro ponto analisado pelo professor da UEL é o fato dos alunos bolsistas de Jornalismo vivenciam no Conexão Ciência uma experiência bem próxima da realidade do mercado. “Ouso dizer que, entre todos os alunos do curso, há uma certa inveja de quem participa do C², porque o projeto faz um jornalismo diferente da mídia tradicional”, brinca.

Conexão Universidades

Este ano foi um tempo em que a ciência e comunidade científica ganharam novo status, após um período sombrio, e que o obscurantismo ameaçou a todos. E o Conexão Ciência não ficou atrás. Ainda com o apoio da Seti e da Fundação Araucária, as perspectivas para 2024 são animadoras.

Em novembro, foi designado oficialmente o programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (Napi) Paraná Faz Ciência, e o C² passou a fazer parte da estratégia de divulgação científica do governo do Paraná, junto com eventos, feiras de ciências, apoio a museus e parques tecnológicos.

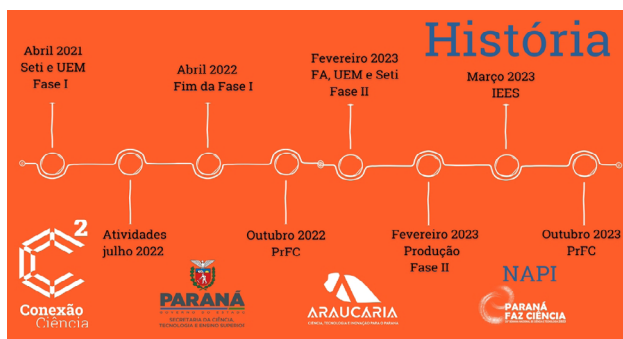


Apresentação do C² no Paraná
Faz Ciência 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Público

- Jovens
- Pesquisadores
IEES e outras
instituições
- Imprensa




Equipe

- 8 professores
- 12 estudantes
(Comunicação e Multimeios, Artes Visuais, Letras, Design,
Química, Educação Física, Publicidade e Propaganda)
- 6 profissionais
- 3 técnicos
- 3 voluntários

Logos: Universidade Estadual de Londrina, UNICENTRO, UEM, UNESPAR, UNICENTRO, U2PG, UEM

Apresentação do C² no Paraná
Faz Ciência 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Multimeios

- Texto
- Multimídia
 - Imagens
 - Infográficos
 - Arte
 - Áudio e vídeo

Melhoramento genético da tilápia



Narrativa

- Texto
 - Storytelling da ciência
 - Jornalismo literário

Melhoramento genético da tilápia



Site

241 posts	100 k Views	200 K Eventos	24 K Usuários
------------------	--------------------	----------------------	----------------------

Apresentação do C² no Paraná
Faz Ciência 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Antropoceno: o poder destrutivo da espécie humana - Cí Conexão Ciência

A capacidade de alteração do planeta chegou em um nível em que a sociedade caminha para um ponto de irreversibilidade da situação climática

© Cí Conexão 2023



Os 60 anos são os novos... 60, 70, 80, 90, 100+

Em 2023, mulheres que celebraram o aniversário de 60 anos em 2023, a Universidade Aberta da Terceira Idade quer comemorar todos os anos que se seguem por diante

© Cí Conexão 2023



Ciência e
Arte

Apresentação do C² no Paraná
Faz Ciência 2023
(Fonte/Conexão Ciência)

Categoria: Podcasts





Conexão Clínica
Conexão tem entrevistas com profissionais de saúde e especialistas em medicina para trazer informações atualizadas e de qualidade sobre o mundo da saúde e da medicina.

Conexão Curiedades Biológicas
Conexão tem entrevistas com especialistas em biologia para trazer informações atualizadas e de qualidade sobre o mundo da biologia e da natureza.

Conexão Ciência
Conexão tem entrevistas com especialistas em ciência para trazer informações atualizadas e de qualidade sobre o mundo da ciência e da tecnologia.





Podcast

71 Temporadas
309 episódios
19,7K Plays

Vídeos ▶ Reproduzir tudo







SAÚDE PÚBLICA COLETIVA: O QUE É?
03 visualizações • há 2 dias

AGROTÓXICOS: FIM OU PROTETORES?
16 visualizações • há 3 semanas

O QUE É O GERIATRIA?
161 visualizações • há 1 mês

ENTENDA O QUE É A SEMIÓTICA DA CULTURA
136 visualizações • há 1 mês

O QUE É SEMIÓTICA?
123 visualizações • há 1 mês

Youtube - C² Play

934 Inscritos 83 Vídeos 71k Views





Redes Sociais

1.1k Seguidores 246 Posts 11.3k Alcance

Apresentação do C² no Paraná
Faz Ciência 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



E-Books

5 volumes 2.5k downloads

Apresentação do C² no Paraná
Faz Ciência 2023
(Fonte/Conexão Ciência)



Muito obrigada!
apmvelho@uem.br

Portanto, a equipe do Conexão Ciência está orgulhosa, pronta e disposta para entrar na Fase 3 do projeto de extensão. É o que chamamos de um Feliz Ano Novo!

Ah, não esquecemos o presente de Natal. Preparamos um podcast especial para esta retrospectiva, a Série Conexão com a Ciência, que traz mais algumas informações e curiosidades sobre como e quem faz o C². Dê um play!

A pesquisa que
mencionamos contribui
para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Silvia Calciolari

Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho

Arte: Leonardo Rasmussen e Hellen Vieira

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



Sociais aplicadas



09/03/2023

Por um mundo sem prefixos para todos, todas e todes

'Conforme' e 'além' são afirmações de gênero cada vez menos importantes quando o assunto é educação sexual de verdade

Autora:
Juliana Daibert

Você se lembra das aulas de gramática do ensino fundamental, que muitos leitores cursaram como sendo o primeiro grau, nas quais aprendemos as definições das palavras? Faz tempo, né? Mas aposto que, como bom aluno, você sabe o que são prefixos. Não? Eu te ajudo: são adjetivos com dois significados bem marcantes. Podem ser tanto algo “fixado anteriormente; prefixado, predeterminado”, quanto “feito com rigor, exato, preciso”. Pronto, primeira parte da lição concluída.

Agora a segunda: você já se perguntou o porquê dos prefixos nas palavras *Cisjordânia* e *Transilvânia*? Dois segundos para pensar. Acertou quem respondeu “porque identificam os respectivos locais”. O primeiro é “conforme” a Jordânia, país que anexou o referido território na Guerra Árabe-Israelense de 1948. O segundo, a terra do Conde Drácula, está “além” da floresta, uma região montanhosa no centro-norte da Romênia.

Não, este não é um texto sobre língua portuguesa, mas sobre a existência e a dignidade de muitas pessoas que se percebem além do que foi predeterminado, prefixado e feito com rigor. No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, falar sobre transexuais é dever de ofício em busca de uma vida sem prefixos, para todas, todos e todes.

Começando por reconhecer a educação sexual como fundamental para compreender a cisgeneridade – o formato esperado de acordo com a genitália fêmea/vulva, macho/pênis – e o que a transpõe – o corpo dissidente, aquele desencaixado dos anseios sociais.

Eliane Maio, psicóloga com pós-doutorado em Educação Escolar, foi professora da UEM por 30 anos, onde criou e ainda coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual – Nudisex. Para ela, crianças vestindo rosa imitando doninhas de casa, ou de azul visitando galáxias distantes são pequenos exemplos capazes de engessar almas em corpos que divergem, provocando dor e abrindo espaço para todo tipo de agressão, física ou verbal.

“Não é a vulva ou o pênis que definem o que a pessoa quer ser, ela poderia decidir”, pondera. Parece simples, mas, na prática, a teoria é outra. O Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais e travestis, desonroso posto há 14 anos consecutivos. Segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 131 pessoas trans e travestis foram assassinadas em 2022, e 20 tiraram a própria vida em decorrência da discriminação e do preconceito.

No entanto, seres humanos não nascem sexualizados, aprendem na cultura em que vivem. Mais um motivo que desabona a indefensável objeção à educação sexual – séria e de qualidade – nas escolas brasileiras. “Educação sexual é conhecimento do corpo a fim de lidar com abusos e violências, aprendizagem para ter prazer enquanto ser humano e, principalmente, igualdade de gênero, não importa se macho ou fêmea”, explica Eliane.

Neste sentido, uma ação pedagógica ousada assumida pela sexóloga e aguerrida militante em defesa das garantias legais e das pessoas LGBTQIA+ dentro da UEM completa 10 anos em 2023. A Resolução 030/2013 permitiu o uso do nome social por alunos trans e travestis, abrindo um caminho sem volta no ambiente acadêmico e inspirando outras instituições de ensino superior.

“O fiz pela minha *Danutcha*”, revela sorrindo a forma carinhosa com a qual se refere à ex-aluna, primeira travesti a usar o nome social na universidade. Graduada em Pedagogia e servidora pública de um município vizinho, “*Danutcha*” é exemplo real do mundo que Eliane constrói com a ciência à qual dedicou a vida acadêmica. “Anseio pelo dia em que pessoas serão apenas pessoas, sem prefixos, ocupando os espaços que lhes pertencem por direito, porque existem.”

Aprender para ensinar

Se há buracos no ensino da educação sexual na cisgenderidade, que dirá em corpos dissidentes. A propósito, o Nudisex/UEM promove em abril, de 26 a 28, o VIII Simpósio Internacional de Educação Sexual, com o tema “Corpos em dissidência: a diferença nas educ(ações) democráticas”. Confira a programação e [inscreva-se até o dia 24 aqui](#).



Eliane Maio, coordenadora
do Nudisex/UEM
(Foto/Maysa Ribeiro)



O direito vai aonde pessoas trans estão

Samantha Campana não veio da Transilvânia, mas viveu num corpo dissidente e foi uma pessoa além. Do sexo biológico, do nome registral e das expectativas sociais sobre quem ela deveria ser. Vítima de latrocínio (roubo seguido de morte) no final de janeiro de 2023, a jovem de 23 anos, que se mudou para Maringá vinda do interior do Estado para estudar e trabalhar, morreu sendo no papel o que não correspondeu à sua existência.

A garçonete foi uma das atendidas no mutirão “Meu nome, meu direito”, promovido pela Defensoria Pública do Paraná (DPE-PR) para mudança de prenome e gênero, dois meses antes de ser assassinada. A exemplo de mais de 70 pessoas transexuais, Samantha foi orientada sobre a documentação necessária à efetivação do estabelecido no Provimento 73/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que autoriza a mudança nos Cartórios de Registro Civil. Além de Maringá, ação semelhante foi feita em Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Apucarana.

Emília Fugiwara, psicóloga da área de Família da DPE-PR, surpreendeu-se positivamente com o número de

pessoas em busca de informações sobre seus direitos, a maioria mulheres trans, e destacou o marcante sentimento de conquista e alegria estampado nas expressões de quem passou pelo serviço. “Você não imagina o quanto é importante para mim’ foi o que mais ouvimos”, conta.

A assistente social Andréia Andretto, que integra a equipe da área de Família da DPE-PR, enxergou na felicidade por alcançar o direito à existência social o símbolo de um desejo muito verdadeiro. “Muitas pessoas não sabiam nem onde buscar o direito previsto em lei, muito menos o que fazer caso este não fosse garantido.”

Samantha provou o gostinho bom do direito que uma fatalidade a impediu de efetivar. O que faltou em vida, a morte tentou redimir. De acordo com o boletim policial, as primeiras notícias publicaram o nome masculino, erro rapidamente reparado. O pouco que se torna muito quando não se tem nada. Samantha Campana, presente!



Acesse aqui para conhecer o Guia de Orientação à Retificação de Prenome e Gênero.



Samantha Campana morreu sem conseguir retificar nome e gênero (Foto/Arquivo pessoal/Facebook)

UEM e corpos dissidentes, moção antigo

O relacionamento da UEM com corpos dissidentes não é de hoje. No final dos anos 1980, a graduada em direito prata da casa e recém-mestre Tereza Vieira concedeu uma entrevista a uma emissora de tv local sobre mudança de nome, tema do mestrado defendido em São Paulo. O cenário foi o campus sede, onde ela atuava como professora colaboradora.

Dias depois, um telefonema na secretaria do Departamento de Direito a colocou em contato com a “moça de Maringá”, a primeira mulher trans que ela conheceu pessoalmente. “Me chamou atenção o quão feminina ela era”, relembra a professora, atualmente titular das disciplinas de bioética, no curso de medicina e direitos das minorias e grupos vulneráveis, no mestrado em Direito Processual Civil e Cidadania, da Unipar.

Ao contrário da “moça de Maringá”, que vive discreta e reservadamente mesmo depois de retificar prenome e gênero, Tereza tornou-se nacionalmente conhecida pela ação judicial mais famosa dentre as quase 350 ajuizadas para garantir às pessoas trans o direito de existir socialmente. Graças à advogada formada pela UEM, a modelo Roberta Close ganhou o direito de assinar Roberta Gambine Moreira.

Tereza assumiu o caso Close depois da derrota da ação anterior. Na década de 1990, transexualidade e transição de gênero eram ficções. Recém-saído da ditadura militar, os tempos eram difíceis no país e no restante do mundo não era fácil. Na Europa, retificar nome e gênero só era possível se a mudança também ocorresse fisicamente. “O Estado obrigava a submissão de pessoas trans à cirurgia para não haver risco de voltar para o corpo anterior”, explica ela. Anos depois, tamanha violência foi cobrada nos tribunais da Suécia.

Tereza doutorou-se pela PUC-SP/Université Paris II (Panthéon-Assas), e pesquisou em 14 países, ampliando os estudos para mudança de nome e gênero. De volta ao Brasil, acompanhou bem de perto as mudanças sociais, médicas e legais relacionadas ao tema – que incluíram a condenação do médico, que fez a primeira cirurgia numa pessoa trans, por lesões corporais e a inclusão da transexualidade na classificação internacional de doenças – CID 10, até que, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a mudança de nome e gênero administrativamente. Surgiu, então, o Provimento 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamentou o fim da mutilação física, das perícias, dos pareceres médicos, da autorização judicial. Por fim, em 2022, entra em vigor a CID 11, despatologizando a transexualidade, denominando-a “incongruência de gênero” e mantendo-a entre os problemas relacionados à saúde sexual, não mais entre os transtornos mentais.

Numa tentativa de tornar este texto menos chato, algumas mulheres trans foram procuradas para contar suas trajetórias. A “moça de Maringá” foi uma

delas. A resposta enviada por whatsapp foi definitiva e resume bem o título e o objetivo desta matéria: “aquilo já não faz parte da minha vida faz tempo! Graças a Deus.”

Feliz 8 de março!



Tereza Vieira viu bem de perto as mudanças sociais, legais e médicas relacionadas à transexualidade
(Foto/Juliana Daibert)

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Juliana Daibert

Arte: Maylon Correia

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte: Hellen Vieira

09/03/2023

Tem mulher na Filosofia, sim!

Pesquisadoras brasileiras buscam o resgate histórico das filósofas e estimulam a presença da mulher nos espaços de produção do pensamento

Autora:
Silvia Calciolari

Antes de começar a ler, pare sete segundos para pensar em quantas e quais mulheres filósofas você conhece, leu ou já ouviu falar. Difícil, né?

Talvez, só talvez, você já tenha esbarrado em sua vida ou na *timeline* com textos, posicionamentos e fofocas sobre Hannah Arendt (1906-1975), Simone de Beauvoir (1908-1986) ou até mesmo Rosa Luxemburgo (1871-1919). Se sim, é provável que as conheça como ativistas, feministas ou revolucionárias. Filósofas? Quase nunca.

Mas não se desespere. Você não está só.

Mesmo para quem está inserido de alguma forma no vasto universo das ciências, provavelmente não conhece um dos exemplos mais célebres da filosofia que é Hipátia de Alexandria (415 d.C.). Hipátia ensinou matemática, filosofia e astronomia na Academia Neoplatônica de Alexandria, mas é ignorada na maioria dos currículos acadêmicos no Brasil e no mundo.

Com a permissão do pai, Hipátia pode estudar matemática e se aventurar nos escritos filosóficos. Por sua inteligência, 'mesmo sendo mulher', ganhou prestígio entre os intelectuais e políticos da época, o que lhe rendeu muitos inimigos. Ela foi brutalmente assassinada por fanáticos religiosos em meio a controvérsias entre o prefeito e o bispo de Alexandria sobre o calendário da Páscoa.

Outro exemplo para quem desconhece a presença de mulheres na história da filosofia é de Christine de Pizan (1364-1430), uma antecipadora da *Querelles des Femmes*, expressão que designa um conjunto de textos escritos em um espaço de mais de quatro séculos, reunidos segundo uma unidade temática: a reflexão sobre o estatuto da mulher na sociedade. Dedicando-se à escrita, ela foi autora, editora e publicadora de seus livros e é considerada a primeira mulher escritora profissional no ocidente.

Pizan conquistou uma considerável reputação em vida e seu lugar na literatura ocidental está

assegurado – o que ainda não é o caso em relação ao cânone filosófico.

Muitos ainda não se dão conta que estas, e dezenas de outras mulheres invisibilizadas, comeram o pão que o homem amassou para terem sua condição de serem capazes de pensar e suas obras reconhecidas com seriedade e legitimidade no campo da filosofia.

Filosofia para poucos

Desde os primórdios do pensamento – isso há pelo menos 20 séculos – a historiografia tem privilegiado destacar os feitos e as obras filosóficas dos homens, numa hegemonia violenta, excludente e institucional.

Tragicamente, o apagamento das mulheres se dá em todos os campos da ciência, mas a filosofia reserva um capítulo à parte, revelando o preconceito e a opressão do patriarcado, com pitadas generosas de misoginia.

A notícia ruim é que essa mentalidade prevalece nos dias atuais. É como se a mulher não fizesse parte da condição humana, ser pensante, individual e autônomo, na mesma categoria que os homens.

A verdade é que o fato de termos apenas homens como protagonistas da história do pensamento, e as estantes de bibliotecas são a prova incontestável desse lamentável contexto, não significa que durante séculos não houvesse nenhuma mulher capaz e merecedora de figurar no panteão ao lado dos filósofos.

A boa notícia é que não conhecer, não significa que elas não existiram. Sim, as mulheres, apesar das vicissitudes de cada época, foram capazes de elaborar um pensamento de acordo com os cânones da filosofia, referendando ou criticando-os, em todos os tempos da história humana.

Também é preciso lembrar que nem sempre à mulher foi permitido expressar seu pensamento no espaço público, escrever e dar voz a suas inquietudes e questionamentos sobre o mundo e as ideias que as cerca. Pertencentes à nobreza, as mulheres eram preparadas pela família para o casamento, bordado, música quando havia talento e procriação, numa relação absolutamente submissa aos homens que estivessem em seu caminho.

Proibidas de frequentar as universidades, burlavam os costumes em todas as épocas ao participarem de debates nos salões da corte ou se expressarem em cartas trocadas com ilustres filósofos modernos. E são essas correspondências que atualmente servem de fonte primária para o resgate de um pensamento aprisionado no tempo, mas não da história.

Quadro comparativo



Elizabeth de Bohemia
(1603 - 1640)



René Descartes
(1596-1650)

Sua expressão filosófica ocorre de maneira incoerente na interlocução com Descartes, após o estudo das *Meditações Metafísicas* (1641). Elizabeth e Descartes se conheceram em 1643 e trocaram dezenas de cartas entre 1643 e 1648. Nas cartas é possível verificar que ela abriu uma nova via de tratamento do projeto cartesiano no domínio prático, epistêmico e psicológico, sem precedentes.



Anne Conway
(1631-1679)



Gottfried Wilhelm Leibniz
(1646-1716)

A metafísica de Conway é um exemplo das filosofias de transição que não presentes no começo da modernidade. O *Princípio Filosófico* (1677) foi uma obra de um tempo em que a filosofia se dá tanto em meio às crenças religiosas quanto em meio aos exercícios intelectuais de motivação estritamente científica ou filosófica. A obra atraiu a atenção de Leibniz, especialmente para propor a teoria das mónadas, substâncias individuais criadas por Deus. Porém, Conway defende o monismo substancial onde o conceito de substância não reflete o de Leibniz.



Margaret Cavendish
(1622-1672)



Thomas Hobbes
(1588-1679)

Em *World of Olio* (1655) o materialismo ganha contornos mais modernos. Apesar da admiração por Thomas Hobbes, em *Olio* o autor sustenta que não precisamos e nem devemos fazer uso de Deus na explicação do mundo, embora não recuse a sua existência. Para ela é preferível o apelo ao mundo que nos cerca ao mundo das superstições, uma vez que nesse primeiro podemos cultivar humanidade e civilidade muitas vezes ausentes na perspectiva dos supersticiosos.



Lady Masham
(1627 - 1704)



John Locke
(1632-1704)

Como era comum às mulheres da época, Lady Masham, como era conhecida, não recebeu uma educação formal. No entanto, ela se envolveu no debate filosófico da época e é uma das primeiras filósofas britânicas. Masham trocou correspondências sobre temas filosóficos com diferentes pensadores e cientistas, entre os quais Leibniz, Le Clerc, Van Limborch, Shaftesbury e o amigo John Locke, uma importante influência na sua produção intelectual. Este último lhe recomendou o aprendizado do latim a partir do método desenvolvido por ele no *Some Thoughts Concerning Education* (1683). Publicou, anonimamente, duas obras sobre filosofia moral, metafísica e educação das mulheres.



Émilie du Châtelet
(1694 - 1749)



Isaac Newton
(1642-1727)

Que era conhecido como uma tradução francesa do famoso livro de Isaac Newton, *Princípios*, acabou se tornando um volume de mais de 500 páginas com contestações e correções próprias e de teóricos da teoria do físico inglês. Sua profunda admiração por Newton não o impediu de mostrar as limitações da teoria, mas que não foi levada a sério. Organizado em parceria com Voltaire (1694-1778), a tradução de *Princípios* atraiu muitos dos valores do Iluminismo. Émilie e Voltaire foram os primeiros a perceber que *Princípios* havia mudado não apenas o modo como observamos o mundo, mas também a ciência.

© Conexão Ciência | Arte: Hellen Vieira

Importante entender que a Filosofia Moderna é uma corrente ideológica que surgiu no século XV e prevaleceu até o século XVIII, marcando uma mudança de pensamento medieval – que até então era voltado à fé cristã – para a reflexão em torno do conhecimento humano e valorização da razão.

Foi um período de grandes inquietações e revoluções em que as mulheres também estavam inseridas e desejavam participar do novo arranjo social e da construção de um mundo onde elas pudessem ter direito a pensar, voz e respeito.

Uma das principais representantes da filosofia moderna, Anne Conway (1631-1679) é autora do *Principia Philosophiae* (1677) em que tece críticas à metafísica de Descartes e o seu Discurso do Método num tratado dividido em oito capítulos que seguem a ordem de dedução metafísica tradicional. Apesar de não ter cursado a universidade, compartilha com os outros membros do grupo dos Platonistas de Cambridge o apreço pelos problemas da metafísica e um interesse na crítica à religião.

Sua obra é um exemplo do resgate do neoplatonismo nas discussões metafísicas do XVII, oferecendo importantes críticas ao cientificismo mecanicista de Descartes, ao materialismo Hobbesiano e ao monismo Espinosista.

Foi o pensamento original e vigoroso de Conway que atraiu a atenção de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1712), que confessou a influência de Lady Conway, já falecida, no seu pensamento.

A outra boa notícia é que, após séculos, essa história está ganhando relevantes e inéditos contornos.

Formação acadêmica

Aristóteles (384-322 a.C.) definiu o Homem como um animal social, um ser dotado de alma (*anima*) que nasce pronto para a sua existência junto com os

mesmos da sua espécie. É possível conjecturar que o filósofo grego não tinha preocupações em incluir as mulheres nessa definição, já que elas e os escravos não eram considerados cidadãos da pólis grega.

Quando conhecemos um pouco da história de muitas das mulheres que tiveram apreço pela filosofia desde a antiguidade nos damos conta do quanto elas lutaram, contra tudo e todos, pelo direito de existir enquanto ser social.



Patrícia Coradim Sita da UEM
(Foto/Maysa Ribeiro)

“Chega ser bizarro, chocante até esse apagamento, quando vemos o número de mulheres que foram silenciadas, desqualificadas e desrespeitadas. Muitas não foram publicadas, muito menos traduzidas, o que merece uma ampla e profunda revisão da historiografia da filosofia”. A crítica enfática é da professora Patrícia Coradim Sita, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), diante do machismo sufocante que imperou e impera, até hoje, na produção de ciência em geral e na filosofia em particular.

“Afinal, qual é o papel da mulher na filosofia?” É o que provoca na professora Patrícia a necessidade de repensar a sua trajetória na academia, espaço onde a maioria é de homens, tanto entre docentes quanto alunos. “Professores, colegas e orientadores homens ensinam os filósofos e formam as mulheres, tornando praticamente impossível ter a consciência de que há um vácuo, uma ausência, nesse aprendizado”, explica.

Única professora entre 15 docentes no departamento de Filosofia da UEM, Patrícia defende “que a filosofia produzida pelas mulheres modernas, por exemplo, do século XVII, que é minha área de pesquisa, não era marginal e merece sim ser estudada”.

CRONOLOGIA

Mulheres na Filosofia

**2006**

Foi criada a Fundação do Centro para a História de Mulheres Filósofas e Cientistas na Alemanha, dirigido por Ruth Hagengruber. Tem por objetivo renovar o discurso acadêmico sobre a longa tradição das mulheres filósofas.

Em 8 de março, a UNESCO cria a Rede Internacional de Mulheres Filósofas. A sede da Rede na América Latina é a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA).

2007**2015**

A Extending New Narratives Partnership surge no Canadá com o objetivo de desenvolver novas narrativas de nosso passado filosófico que incluíssem centralmente pensadoras mulheres e conta com a colaboração de inúmeras pesquisadoras brasileiras.

1ª Conferência Internacional Mulheres na Filosofia Moderna é realizada na UERJ organizada por Katarina Peixoto e Pedro Prichadnitzky, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) à época, hoje atuando na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Neste mesmo ano foi fundada a Rede Brasileira de Mulheres Filósofas, um coletivo de profissionais brasileiro(a)s engajado(a)s em projetos sobre filosofia e mulheres.

2019**2020**

O Grupo de Trabalho sobre Mulheres na História da Filosofia foi organizado junto à Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) e propõe estimular o estudo das obras de autoria feminina dando atenção aos seus diferentes estilos e modos de engajamento com os temas tradicionais (e não tradicionais) da filosofia.

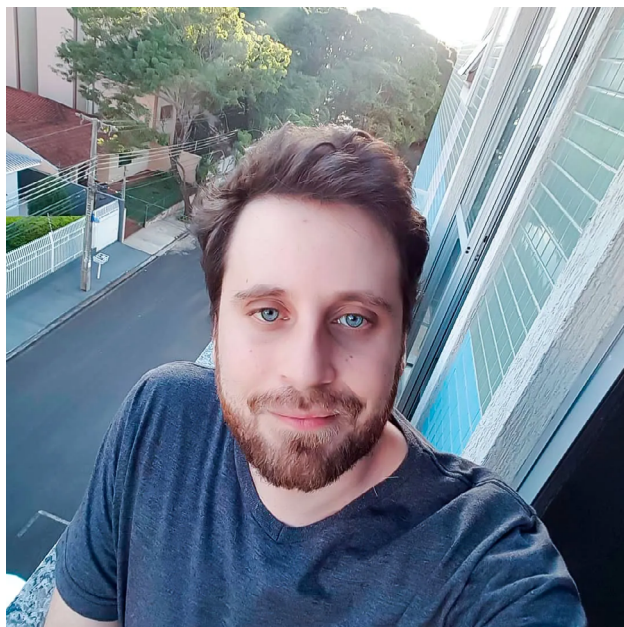
Blog Mulheres na Filosofia foi criado como um portal de divulgação científica das obras de mulheres filósofas e apresenta a diversidade de teorias feministas que embasam a reflexão sobre o lugar das mulheres na História da Filosofia e na sociedade. É vinculado à Unicamp e tem como fundadoras Yara A. Frateschi, Carolina Araújo, Gisele Secco, Nastassja Pugliese e Nádia Junqueira Ribeiro.

2020

Preconceito sem limites

Pedro Prikladnitzky, professor de filosofia, na Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), câmpus de Toledo no Paraná, também tem refletido sobre a questão. “Na formação acadêmica, não nos damos conta da ausência de mulheres filósofas nas ementas, o que se mostra uma versão insidiosa e problemática da realidade”, avalia.

Ele é um homem que tem como objeto de estudo uma filósofa moderna, Margaret Cavendish (1623-1673). Pasmem, isso não é normal no contexto da filosofia, rendendo uma certa desconfiança de seus pares.



Pedro Falcão Prikladnitzky da
Unioeste/Toledo
(Foto/Arquivo Pessoal)

O encontro de Pedro com Margaret proporcionou uma oportunidade de rever seus próprios conceitos e visão de mundo. A Duquesa de Newcastle-upon-Tyne foi uma aristocrata, filósofa, poeta, cientista,

romancista e dramaturga britânica do século XVII. Morreu cedo, aos 50 anos, e deixou 12 volumes publicados com seu pensamento que começa a ser 'descoberto' pela Academia.

Cavendish participou do que foi batizado de "Círculo de Newcastle", reuniões em que aconteciam importantes debates filosóficos e científicos da época. Dentre os participantes mais famosos estavam Thomas Hobbes, Mersenne e Gassendi, além do próprio René Descartes, para citar alguns nomes célebres.



E-book organizado por Nelsi Kistemacher Welter e Junior Cunha da Unioeste, campus de Toledo, no Paraná, em 2021.
[Download](#)

A única obra dessa filósofa traduzida para o português é o célebre [O Mundo Resplandecente \(1666\)](#), considerado por muitos teóricos como o primeiro livro de ficção científica e a primeira utopia de autoria feminina. Por meio da literatura, ela acreditava poder apresentar ao leitor uma experiência mais palatável de seus argumentos.

"Cavendish publicou muito, mas foi pouco lida", afirma Pedro, para quem essa realidade começou a ser revista na última década no Brasil, embora na Europa esse movimento de resgate histórico tenha se iniciado no começo dos anos 2000. O contato com estes escritos originais e biografias resistentes tem proporcionado novas questões para a própria filosofia, o que por si só já é uma revolução.

"O grande desafio para a pesquisa é perceber uma perspectiva de análise diferente, o que me permitiu um grande enriquecimento enquanto pesquisador". Ao trabalhar com filósofas, muitas ainda não

traduzidas e inéditas, o professor entende que a originalidade no pensamento está proporcionando a revisão de narrativas dentro da própria filosofia.

Mulheres na academia

A presença de mulheres nos departamentos de Filosofia no Brasil foi objeto de um estudo da [filósofa Carolina Araújo](#), publicado, em 2019, e norteia várias correntes em torno da desigualdade de tratamento e oportunidades na carreira acadêmica. Pioneira, a pesquisa analisou os números de discentes e docentes na Graduação e Pós-Graduação em Filosofia no país, entre 2004 a 2017.

O resultado demonstrou que as mulheres são, em média, 36,44% dos graduandos, 30,6% dos mestrandos, 26,98% dos doutorandos e 20,14% dos docentes de pós-graduação. Na carreira acadêmica, as chances do profissional do sexo masculino são, em média, 2,3 vezes maiores do que as do profissional de sexo feminino.

Como tudo que é ruim ainda pode piorar, a pesquisa indicou que há uma tendência de aumento da desigualdade ao longo dos últimos 14 anos.

A professora Maria Cristina Müller, do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), acredita que, para enfrentarmos essa dificuldade histórica, é preciso rever o próprio conceito do que é Filosofia e quais são os critérios para definir quem é filósofo.



Maria Cristina Müller da UEL
(Foto/Arquivo Pessoal)

Atualmente, prevalece o referencial europeu a partir de uma mentalidade eurocentrista ocidental, que privilegia o homem como filósofo, independente do volume de seu pensamento. Porém, já há quem defenda uma mudança nesse critério ao estabelecer que a intensidade do pensamento deva ser um parâmetro a ser considerado.

“Nas entrelinhas, a discussão desse referencial não está restrita às mulheres, embora tenha emergido nas últimas décadas a partir da discriminação de gênero, mas que deve refletir na própria forma como as pensadoras serão reconhecidas”, filósofa.

Maria Cristina enfatiza que professores e alunos na atualidade já não têm que lidar com essa exclusão, pois cada vez mais há um reconhecimento no dizer das mulheres. “O trabalho agora é combater a naturalização histórica de desigualdade e dar visibilidade às pensadoras, abrir a porta trancada a sete chaves e permitir que as meninas e mulheres transitem num espaço que é também é seu”.

Pensadoras do nosso tempo como Ângela Davis, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, entre tantas outras que participam deste movimento organizado de mulheres, desafiam o senso comum, discutem e defendem temas que afetam metade da população mundial. Isso não é pouco, nem irrelevante.



O livro **12 Mulheres 12 Filósofas 12 Artistas** foi organizado por Maria Cristina Müller e Daniela Hruschka Bahdur, professoras e pesquisadoras da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 2021. Você pode conferir parte do conteúdo Youtube.

[Clique Aqui](#)

Na ordem do dia estão temas relativos à filosofia como ética, liberdade, ideologia, gênero, racismo e igualdade, reflexões que permeiam os escritos femininos sob um olhar repleto de resiliência, sensibilidade e muita, mas muita sororidade.

Por fim, sempre é tempo de afirmar e reafirmar: a presença de mulheres na história da Filosofia é tão antiga quanto à própria Filosofia. Ao existir e pensar, elas estão dispostas a transformar o mundo, nem que para isso precisem ir muito além da Filosofia.

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Silvia Calciolari

Edição de áudio: Andressa Andrade

Arte: Hellen Vieira

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



30/03/2023

2023: O Brasil sem anistia

Ao contrário das negociações de 1979, agora a sociedade se mobiliza para punir agentes de estado que cometeram violações aos Direitos Humanos

Autora:
Silvia Calciolari

A terra não gira, capota!

Você com certeza já curtiu esse meme e entende o alcance do seu significado. Pois, acredite, estamos prestes a viver uma das maiores capotagens da história.

Eu provo: no dia primeiro de janeiro de 2023, na posse para o terceiro mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, os presentes à solenidade gritavam a plenos pulmões “sem anistia” para os crimes atribuídos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) e seus apoiadores, militares e civis.

Uma semana depois, a questão ressurgiu com mais força após o ato golpista no 8 de janeiro quando milhares de apoiadores do capitão da reserva, derrotado nas urnas, invadiram a esplanada e promoveram uma quebradeira sem precedentes na sede dos três poderes, a saber: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF). Isto tudo depois de meses bloqueando as rodovias, acampando em frente aos quartéis pedindo intervenção militar, financiados por grupos empresariais com a total conivência dos agentes de segurança e Forças Armadas, que davam apoio e suporte ao ataque à Democracia. E mais: disseminando *fake news*, principalmente na pandemia, e patrocinando discurso de ódio nas redes sociais.

Após quatro anos à frente da presidência da República, Bolsonaro é acusado de deixar um rastro de destruição e morte que ainda machuca nossos corações, ataques aos poderes constituídos e uma legião de fanáticos apoiadores que ainda apostam na aventura fascista de um governo autoritário no Brasil. Antes dele, o golpe imposto a então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, abriu a porteira para a necropolítica que quase levou o Brasil a nocaute, interna e externamente. Todos esses eventos ainda estão frescos em nossa memória e continuamos experimentando seus efeitos.

Parece um pesadelo sem fim, mas que não começou com a eleição de Bolsonaro apoiado pelos militares.

Passado indigesto e conectado

Regina Daefiol, doutoranda em História, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), tem se dedicado a pesquisar a atuação da imprensa na ditadura, mas também a relação dos eventos recentes dos atos terroristas bolsonaristas com o regime militar e o perdão “concedido” pela Lei de Anistia aos crimes cometidos pelos seus agentes.

“A questão da anistia retorna de forma triste neste começo de 2023, quase como uma herança da impunidade do período militar e de um passado que insiste em não passar”, analisa a pesquisadora, que também é jornalista de formação.

Para Regina, “a grande imprensa hegemônica nos conduziu a esse estado de violência, provando que as coisas do presente não acontecem desvinculadas do passado”.



Regina Daefiol



Ouça a entrevista com Regina Daefiol.

[Clique aqui](#)

Claro que hoje, o cenário é diverso de 1979. Sabemos muito mais do que naquele período de censura e violência institucional. A internet também tem sido um espaço de resistência e desvelamento dos acontecimentos pretéritos e atuais, reforçando a necessidade de não repetirmos os mesmos erros.

“A memória social da ditadura está distorcida, mas agora não podemos nem sonhar em anistia para os fascistas que atacaram a Democracia”, antevê Regina.

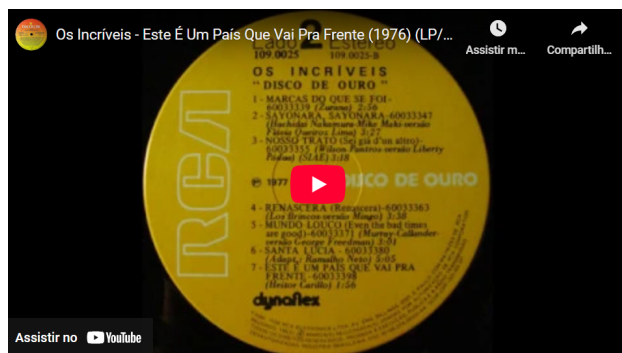
Sobre os crimes praticados em 8 de janeiro, a jornalista é taxativa ao afirmar que o erro do Brasil foi não ter revisto a Lei da Anistia, que no fim garantiu a impunidade e beneficiou as alas mais radicais do comando das Forças Armadas: “Metade da população brasileira se identifica com esse discurso autoritário perpetrado na caserna. Agora, temos que lidar com isso sob pena da Democracia ser atacada novamente”.

Militares no centro do poder

Para entender esse movimento #SemAnistia e #AnistiaNuncaMais é preciso voltar no tempo. Vou me valer do meu tempo vivido para mostrar que a memória da ditadura foi apagada por uma bem sucedida estratégia dos militares, personagens centrais nestes dois momentos da nossa trágica história política.

Nasci em 1964, pouco depois do golpe militar. Sempre que alguém pergunta minha idade faço referência ao início da ditadura por dois motivos: para que a pessoa sempre se lembre do ano que nasci e a minha idade, mas também para conferir se há alguma memória do regime militar e o desrespeito aos Direitos Humanos.

Quando eu era criança, lá em Umuarama, interior do Paraná, vivia totalmente alheia à ditadura e suas implicações para a dignidade daqueles que ousaram questionar, enfrentar e denunciar o golpe militar. Sem parentes envolvidos na resistência democrática, eu cantava o hino nacional com a mão no coração no hasteamento da bandeira e desfilava feliz no sete de setembro. Eu até era da fanfarra e cantarolava canções da época como ‘este é um país que vai prá frente... oh, oh, oh’, junto com alguns colegas no colégio das irmãs.



Adolescente, nem imaginava a existência do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e outras determinações relacionadas, nem perseguições, prisões, sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos forçados. Também nunca soube da Lei de Segurança Nacional (LSN) aplicada e definida como política de governo pelos militares, em nome de que muitos foram presos, perderam seus empregos, foram barbaramente torturados, assassinados ou tiveram a vida interrompida.

Em 1979, jamais ouvi falar do movimento pela anistia, que possibilitou pela primeira vez que diversos setores da sociedade se organizassem para reivindicar, em plena ditadura, a soltura dos presos políticos e o retorno dos exilados ou expulsos do país.

A ficha caiu quando, já nos últimos momentos da ditadura, quando estava na universidade, na capital paranaense, e um outro Brasil, se revelou para a menina do interior. Movimento pelas eleições diretas, primeira eleição para presidente da República, fim da ditadura e abertura "lenta e gradual", davam a dimensão do desafio que seria restabelecer a ordem democrática e o estado de direito.



Marco Temporal



59 anos do golpe militar



55 anos do Ato Institucional N 5º



RICARDO KOTSCHO

Apresento 20 prêmios sempre
abertos e rápidos, que entre-
m a porta principal, para a
sua casa, onde foram feitas as
das crianças. E a criança foi
de até a quadra 101, no pa-
reço da catedral. O contrato
com Barboza da Silva fez e
tudo da sua construção.

"Eu acredito de cinco a
ele também era das Alagoas
— no tempo 64, onde se la-
mentava: "Família Curva-
Martins".

Nascido em Quibrangalo, Alagoas, terra de Graciliano Ramos, Manoel tinha a fisionomia típica de nordestino, cabeça grande quase sem pescoço, que lhe valia o apelido de "Castelo Branco" entre os colegas. Quer, de resto, não brincavam muito com ele, porque Manoel era um homem calado, sério, "que só pensava no trabalho e na família", segundo os colegas.

Exatamente as mesmas palavras usadas por Antonio Pereira, seu conhecido, confidente e amigo, "desde o tempo em que éramos mecos". Debruçado sobre o portão da casa, o electricista Pereira, os olhos ainda vermelhos, gesticulando muito, está contando pela centésima vez a mesma história aos amigos e vizinhos que vêm saber o que aconteceu com

Manoel.

"O bicho acabou de sair do
quê — confa. De disse que
receber ordens do cardeal pa-
ra dar toda a ajuda moral
e mesmo financeira que nós po-
rmos. Mas, agora, o que
adivanta?... Voltar, ele não
ta mais..."

Manoel morria muito tempo

A black and white portrait photograph of a man with dark, wavy hair, wearing a dark suit jacket, a white shirt, and a dark tie. The photograph is mounted on a light-colored card with a thin black border. The card is placed on a larger, textured, light-colored surface. There is a vertical crease or fold in the center of the photograph.

Um operário exemplar, diante 13 anos

**Sindicato pede
investigação e
punição rigorosa**

44 anos da sanção da Lei
da Anistia





39 anos da campanha pelas
Diretas Já



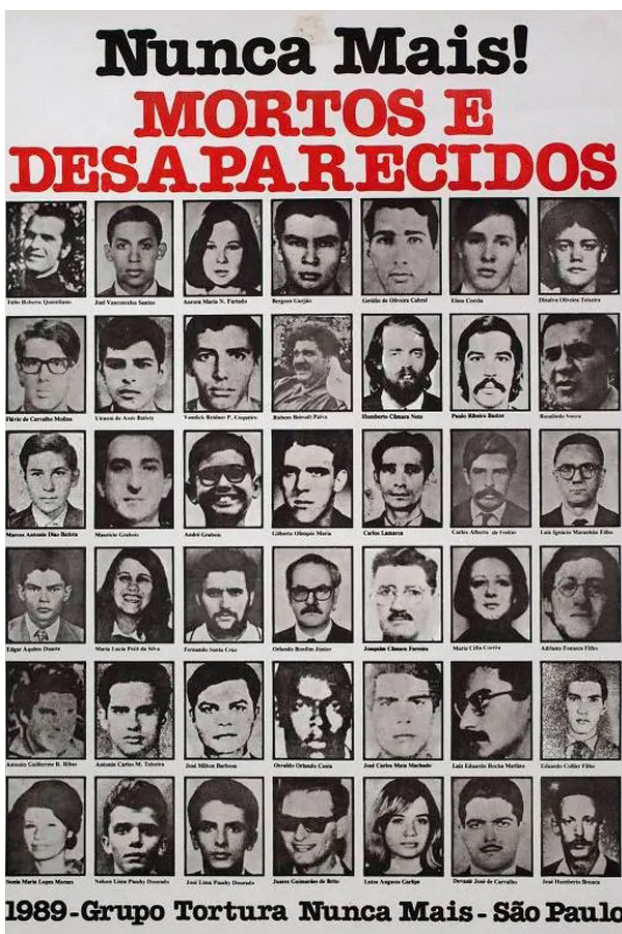
38 anos do fim ditadura

34 anos da primeira
eleição direta

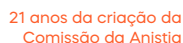


31 anos do processo de
impeachment de
Fernando Collor





28 anos da criação da
Comissão Especial dos Mortos e
Desaparecidos Políticos



9 anos do início da
Operação Lava Jato



7 anos do golpe à presidente
Dilma Roussef



6 anos da prisão do presidente
Luiz Inácio Lula



5 anos da eleição de
Jair Bolsonaro





3 meses da posse do presidente
Luiz Inácio Lula



2 meses do ataque terrorista-
aos Três Poderes em Brasília

1 mês da retomada dos
trabalhos da
Comissão da Anistia



Anistia para quem?

Até meados dos anos 90, ainda não conhecia a fundo os desdobramentos da Lei da Anistia, mas já me causava estranheza que até àquela época nenhum militar ou civil tivesse sido julgado ou condenado. Como é possível que torturadores ainda estivessem impunes?

Lia que, na Argentina, dois anos após o fim da ditadura (1976-1983), eles já estavam julgando e condenando integrantes da junta militar pelo terrorismo de estado e crimes cometidos durante o período. O filme [“Argentina, 1985”](#) do diretor Santiago Mitre fala justamente desse julgamento e foi candidato a melhor filme internacional no Oscar de 2023.

Eu conversava com militantes políticos e ouvia os seus relatos, uma espécie de memória resistente, cristalizada no desejo de termos um país melhor e com justiça social. Muitas memórias me marcaram

não tanto pela violência e crueldades sofridas, mas pela coragem e resiliência para a luta política. Alguns saíram da prisão, outros voltaram do exílio e a maioria já tinha sido anistiada. Mas todos guardavam uma indignação: por que o Brasil nunca julgou e puniu os torturadores?

É preciso ter em mente que a anistia de 1979 foi um movimento que surgiu na sociedade organizada, com um apoio relevante de setores progressistas da igreja católica, para colocar um fim nas prisões arbitrárias e torturas, além do retorno dos exilados. O objetivo maior era pacificar o país e esquecer as tensões entre militares e militantes para reestabelecer a convivência democrática.

Anistia

substantivo feminino

1 Perdão geral, esquecimento.

2 JURÍDICO Ato do poder público que declara impuniáveis determinados delitos, em geral por motivos políticos e, ao mesmo tempo, suspende diligências persecutórias e anula condenações.

ETIMOLOGIA

Do grego *amnēstia*, via francês *amnistie*.

Fonte: Michaelis

Direitos Humanos

Expressão

1 JURÍDICO Conjunto de direitos essenciais ao ser social que reivindica liberdade e igualdade para todos e condena todo e qualquer tipo de preconceito, cujos princípios são a base teórica dos sistemas democráticos atuais;

2 HISTÓRIA [com iniciais maiúsculas] Direitos universais outorgados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, que regulamentam as prerrogativas fundamentais do homem, enfatizando os direitos individuais: direito de ir e vir, direito à cidadania e à liberdade de expressão, direito à educação etc.

Fonte: Michaelis

Direito -
Conforme os costumes e a ética; justo.

Humano -
Relativo à natureza do homem; humano.

© Conexão Ciência | Arte: Hellen Vieira

Havia a expectativa de punição dos algozes por parte dos militantes, mas nas negociações no Congresso Nacional para a aprovação da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, o que prevaleceu foi a vontade da maioria governista: seria concedida anistia “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes”, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores, dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares.

Portanto, a lei aprovada por 206 (Arena) a 201 votos contrários (MDB) se revelou uma farsa que promoveu uma auto anistia do Estado, deixando um passado de impunidade mal resolvido e que insiste em bater a nossa porta.

“Foi a anistia possível para aquele momento”, como ouvi várias vezes todos esses anos em que pesquisei no mestrado a [ditadura no Paraná e a memória social da tortura](#) (2004) e fui coautora do projeto que coletou depoimentos de 165 militantes da resistência democrática pela ONG paranaense [Direitos Humanos para a Paz](#) (DHPaz) em parceria com a Comissão da Anistia (2014). O acervo de depoimentos está no [Youtube](#) e compõe o relatório final da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, publicado em 2017.

‘Partido Militar’

Para a cientista política e pioneira em estudos sobre justiça de transição, Glenda Mezarobba, com censura e crimes, “os militares foram muito bem sucedidos na narrativa que capturou corações e mentes desavisados ao impor a versão oficial de que o regime autoritário foi o melhor dos mundos, sem inflação (sic), corrupção (sic) e avanço do comunismo (sic)”.

É tão verdade essa tese que muitos que viveram naquela época negam ou relativizam ainda hoje, as graves violações aos Direitos Humanos e à Democracia.

Por isso, Glenda avalia que Bolsonaro, apesar do seu legado nefasto, com seu discurso beligerante e ufanista da ditadura rompe com essa mentalidade ao declarar em alto e bom som que houve, sim, violações. Da sua boca saíram frases que manifestam o orgulho e saudosismo, como “o erro da ditadura foi torturar e não matar” e “pela memória de Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, essa última proferida com ar de escárnio no Congresso Nacional na votação

que sacramentou o impeachment sem crime.



Glenda Mezarroba



Ouç a entrevista com Glenda Mezarroba.
[Clique aqui](#)

Paranaense com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), Glenda fez parte da Comissão da Anistia e, hoje, é conselheira do Instituto Vladimir Herzog. Recentemente, publicou o artigo '[A inolvidável Anistia](#)', que traz apontamentos sobre o paradoxo que o esforço de “pacificação”, cuidadosamente construído durante a ditadura militar, oferece à realidade brasileira pós-8 de janeiro de 2023.

Ao contrário de algumas correntes de pensamento que defendem a revogação, ou mesmo, a revisão da Lei da Anistia, Glenda entende que chegou a hora de testarmos a norma nos tribunais, o que nunca foi feito.

Narrativas e jurisprudência internacionais confirmam

que um Estado pode conceder anistia àqueles que violaram suas leis, mas nunca quando esses indivíduos agiram em nome do próprio Estado. Além do que, crimes que ferem os Direitos Humanos são imprescritíveis.

“O fato é que houve violações dos Direitos Humanos e houve extensão da anistia aos violadores na ditadura”, destaca Glenda, que questiona: “O que será dos crimes de Bolsonaro no 8 de janeiro?”.

Mas vou adiante: o que será feito dos militares, principalmente do alto escalão das Forças Armadas, após participação ativa na condução de um governo escancaradamente militar em gênero, número e grau? Vão se retirar gradativamente do cenário político e propor o esquecimento como em 1979? Ou vão continuar a investir no ‘Partido Militar’, extrapolando suas atribuições constitucionais?

Tenho absoluta certeza que, desta vez, a história será diferente.

E eu posso provar, de novo!

Responsabilização Já!

Carla Luciana Silva é professora de História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Estado. Como eu, Carla cresceu na ditadura e lembra que era comum na escola escolher fotografias do presidente da hora para compor trabalhos escolares. “Eram gerais fardados e com a expressão sisuda e a gente nem se dava conta do que estava acontecendo”.

Também como eu, foi na universidade que Carla tomou conhecimento e aprofundou seus estudos sobre a ditadura. Em 2013, fez parte da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade, Memória e Justiça do Paraná realizada, em Cascavel, para

coletar depoimentos de vítimas do terrorismo de Estado.

“Assim como no Paraná, as demais Comissões da Verdade nos estados concluíram, através dos depoimentos e recolhimento de documentos, que a tortura é uma característica do terrorismo do Estado brasileiro”, alerta a professora.



Carla Luciana Silva



Ouç a entrevista com Carla Luciana Silva.

[Clique aqui](#)

Neste momento, Carla coordena a pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura: o caso Itaipu”, trabalho que faz parte do projeto “[Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura](#)”, organizado pela Universidade Federal do São Paulo (Unifesp). No caso de Itaipu, as violações se referem, preferencialmente, aos trabalhadores, ribeirinhos e povo indígena Avá-Guarani.

A pesquisa, que segue sob sigilo, visa levantar informações, testemunhos e análises sobre a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, nacionais ou estrangeiras, nas graves violações de direitos ocorridas durante a Ditadura (1964-1985).

“A partir dos recursos obtidos pela indenização imposta à Volkswagen por apoiar tortura em seus fábricas, o Ministério Público Federal de São Paulo, junto com a Unifesp, propôs investigar 11 empresas brasileiras”, explica Carla.

As organizações investigadas são: Cobrasma, Petrobras, Folha de S. Paulo, Companhia Docas, Josapar, Itaipu, Fiat, CSN, Aracruz e Paranapanema. Além dessas, fora do edital da Unifesp, há outra pesquisa em andamento que apura denúncias contra a Embraer. O relatório final será divulgado em maio deste ano, pelo Governo Federal.

Não chega a ser surpresa que uma obra como a Hidrelétrica Binacional de Itaipu, cantada em prosa e verso pelos militares como modelo de desenvolvimento do regime, esteja envolvida em violações dos Direitos Humanos dos trabalhadores e moradores da região impactados pela obra.

Para mim, quando se trata de Itaipu, o que resta é uma profunda tristeza do fim das Sete Quedas do Rio Paraná, em Guaíra, atração turística que conheci e me encantava e desapareceu na construção da barragem da usina binacional.

E acredite se quiser, ‘Salto de Sete Quedas, ou Salto del Guairá, reunia as maiores cachoeiras do mundo em volume de água com 13,3 mil m³/segundo, sendo o dobro de volume d’água das Cataratas do Niágara, na divisa EUA/Canadá, e treze vezes mais caudalosas que as Victoria Falls na Zâmbia’. Na época, não nos dávamos conta dessa importância. Mas, hoje, a Wikipédia está aí para nos ajudar.

Sou uma mulher de fé e creio que podemos estar prestes a entrar numa tempestade perfeita, um

momento único, em que o passado e presente se encontram e são devidamente sintetizados numa nova ordem democrática.

Espero, sinceramente, que a terra redonda faça a sua parte e nos dê a oportunidade de reescrevermos a história, dessa vez, sem anistia a quem quer que seja, valendo-se apenas do rigor da lei.

Não dá para esperar mais 59 anos para que Memória, Verdade e Justiça, finalmente, encontrem seu lugar na História.

A pesquisa que
mencionamos contribui
para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Silvia Calciolari
Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho
Edição de áudio: Milena Massako Ito
Arte: Hellen Vieira
Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena
Edição Digital: Gutemberg Junior



20/04/2023

Uma pedagogia para chamar de nossa!

Indígenas realizam sonho de estudar, tornarem-se professores e ensinar as tradições e cultura ancestral na escola da sua

Autores:
Redação C²

Você já se imaginou vivendo num país estrangeiro, estudando com pessoas que possuem uma cultura diferente da sua e falando uma língua que você não entende? Complicado. Já imaginou os perrengues que você teria que administrar?

Vamos além: e se o país fosse o seu e você não conhecesse a língua e cultura da maioria da população? Mais complicado ainda, né?

Então, sinta que lá vem história!

Em uma movimentada tarde de sexta-feira na universidade, o jovem João Victor Retahn Jeca, da etnia kayngang, encontra num corredor a professora Maranúbia Pereira Barbosa Doiron aguardando seus alunos para mais um dia de aula de Francês.



João Victor Retahn Jeca
é acadêmico do curso
de Pedagogia
Indígena da Unicentro
(Arquivo/Unicentro)

Curioso, ele se aproximou e abordou a professora perguntando que disciplina ela lecionava. Então, ela perguntou “como vai?” na língua nativa de João Victor, que no reflexo corrigiu sua fonética de forma muito didática, explicando como era e confirmando depois que estava correto.

A conversa continuou e na sequência Maranúbia perguntou sobre a palavra ‘nér krókré’ (gambá) e, novamente, João Victor disse que a pronúncia não

era aquela e, mais uma vez, explicou como deveria ser.

Mas o que mais chamou a atenção de João Victor foi a entonação da professora ao chamar pelo seu nome: “você não me chama como os outros”, ele disse. Isso porque Maranhão é docente de Francês e, às sextas-feiras, leciona na Universidade Estadual do Centro-Oeste, a UNICENTRO no campus de Guarapuava, para senhoras atendidas pela Universidade Aberta à Terceira Idade, Unati, por meio do Programa Multicultural de Línguas e, ao chamar João Victor, fez sua entonação como fariam os francófonos – ‘Joau Victôr’.

E essa é a história de um jovem acadêmico indígena com uma generosa professora de Francês, que, ao final da conversa, presenteou o jovem com uma cópia da unidade do livro de Francês utilizado em suas aulas, para instigá-lo em sua curiosidade. Depois de muito hesitar, João pegou sua cópia e a levou consigo. Antes de se despedir, o acadêmico contou para a professora que segue um canal que dá dicas de Francês e que se espanta porque eles não falam como se fala o português.

Pedagogia indígena

Aqui mesmo em nossa *terra brasilis* há mais de um milhão e 600 mil brasileiros que se declararam pertencentes a povos indígenas ou originários, segundo o Censo 2022, que conservam língua e cultura ancestral próprias em seus territórios.

Muitos estão saindo de suas aldeias para estudarem nas cidades, conquistar um diploma de nível superior para retornarem aos territórios e colocarem em prática seus conhecimentos. E isso tem sido frequente com várias profissões.

Mas esse caminho para a formação profissional da comunidade indígena é feito de obstáculos que vão desde a língua com fonemas e estruturas



Maranúbia Pereira Barbosa
Doiron é docente no Programa
Multicultural de Línguas,
PROMUL, na UNICENTRO
(Acervo pessoal/Maranúbia P.B.
Doiron)



Maranúbia nos conta alguns detalhes da conversa com
João Victor e da troca de impressões sobre a linguagem
de cada um
[Clique aqui](#)

Naquele encontro improvável narrado acima, João Victor aproveitou a oportunidade para tirar uma dúvida, quase angústia: “Professora, será que eu poderia ensinar a língua Kaingang para “brancos”

(foi o termo que usou)?”. Prontamente, Maranúbia disse que sim. “Ele me ensinou a fonética de algumas expressões e palavras da sua língua nativa. Por que não poderia ensinar a outras pessoas?”, pontuou a professora.

João Victor, assim como outros 18 acadêmicos, está cursando o terceiro ano de Pedagogia para Povos Indígenas da UNICENTRO, o primeiro curso voltado para indígenas do estado do Paraná. Vindos de várias localidades do Estado, atualmente a turma agrega indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Xetá.

E nesta semana em que se comemora o Dia dos Povos Indígenas, nada mais pertinente do que falarmos sobre os desafios que esses povos enfrentam no Brasil, que vão desde as garantias mais simples de seus direitos, preservação de sua cultura, proteção de seus territórios, até a educação, que é (ou deveria ser) um direito de todos.

Proposta inédita

Desde 2019, [a Universidade Estadual do Centro-Oeste tem uma unidade avançada dentro das terras indígenas do Rio das Cobras](#), no município de Nova Laranjeiras, porém o seu surgimento não partiu da universidade, mas das próprias lideranças indígenas.

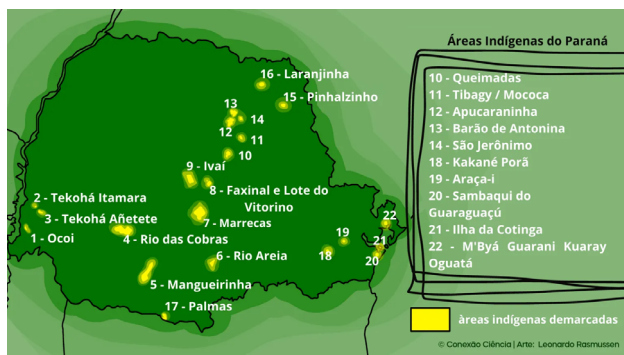
Os integrantes da comunidade demonstraram o desejo de se capacitar ao cacique Ângelo Kavigтанh Rufin, sua principal liderança, e a partir daí foi criada uma comissão composta por moradores da terra indígena e por representantes do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO, que juntos entraram em contato com o reitor Fábio Hernandes.

Um dos principais desafios para os povos indígenas é que, muitas vezes, as escolas não estão localizadas em seus territórios ou, quando estão, não levam em conta a cultura e língua dos povos indígenas, tornando a educação difícil de ser acessada. Quando o assunto é a educação superior esses desafios se tornam ainda

maiores, pois esse acesso é bastante limitado e, em geral, faltam políticas públicas adequadas para esse público que oportunizem o acesso e a permanência desses povos na Universidade.

Apesar dessas dificuldades, existem iniciativas que visam melhorar o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na educação superior no Brasil, como é o caso da Comissão Universidade para os Índios ([Cuia](#)), que é constituída por representantes das sete universidades estaduais paraenses UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP E UNESPAR e da UFPR.

No curso, a oferta se dá em regime de alternância, em que os alunos possuem atividades concentradas no tempo universidade, que se localiza na escola Rio das Cobras, ficando alojados nas suas dependências. e no tempo comunidade, quando vão para as suas comunidades relacionando conhecimento teórico e prático.



Recomendamos o mini documentário “Estudantes Indígenas” produzido pela Universidade Estadual de Maringá, a UEM, onde você vai conhecer o papel da CUIA – Comissão Universidade para os índios, que organiza o vestibular indígena e é responsável por acompanhar a permanência desses estudantes na universidade ([Ver documentário](#)).

O formato do curso auxilia na queda de muitas das

barreiras que povos indígenas enfrentam quando buscam uma formação superior. Vale lembrar que no vestibular, o conteúdo é formulado especificamente para eles. Quando são aprovados, a dinâmica das aulas em regime de alternância facilita a ambientação no mundo acadêmico, que é bastante diferente de suas comunidades de origem e oportuniza acesso a políticas afirmativas específicas para eles, como é o caso do PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, do qual todos os acadêmicos fazem parte.

Para a coordenadora do curso de [Pedagogia Indígena](#), professora Mariulce Leineker, é uma oportunidade de, ainda na graduação, inseri-los nas rotinas da escola e, ao mesmo tempo, fazer com que o ambiente escolar quebre a barreira da língua, por exemplo.

“Quando estão na aldeia ficam três dias nas escolas trabalhando no PIBID junto aos professores. Isto porque havia essa necessidade de professores indígenas por conta das crianças não entenderem o português”, explica Mariulce.

A partir da constatação de que a comunicação não estava favorecendo o aprendizado, uma nova estratégia foi viabilizada. Como os universitários têm essa capacidade por saberem o português e a língua materna da etnia, a presença deles é muito importante para o professor não indígena que não conhece a língua originária daquela aldeia. “Sem essa pedagogia, fica mais difícil para os alunos quando não há essa interlocução dos acadêmicos”, enfatiza.

Em 2022, o curso passou pelo processo de reconhecimento do Governo do Estado, com nota 4.7, sendo a máxima 5, levando em conta os seguintes critérios: metodologia pedagógica, corpo docente e estrutura. Além disso, vale ressaltar uma importante parceria realizada juntamente com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a construção de um Laboratório de Informática criado com o intuito

de atender as necessidades dos formandos que precisam dos equipamentos e do acesso à internet para o desenvolvimento dos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).

Motivos para lembrar

O Dia dos Povos Indígenas, sempre no dia 19 de abril, é uma data importante para reforçar a relevância dos povos originários na história e cultura do nosso país. A celebração tem como objetivo não só colocar os indígenas em evidência, mas reconhecer a história de luta desses povos pela preservação de suas culturas, tradições e direitos territoriais, além da importância de suas contribuições para a diversidade cultural do país.

Além disso, a data também serve como um lembrete para a necessidade de se respeitar e proteger os direitos dos povos indígenas, incluindo o direito à terra, à autodeterminação, à preservação de suas línguas e culturas e à participação plena na vida política e social do país.

O acadêmico Zair Fakrig Bandeira comenta que na semana de comemorações os professores da aldeia têm que organizar um festival que seja dos indígenas, como jogos, comidas típicas e principalmente jogos antigos, da tradição indígena que estão sendo esquecidos: arco e flecha, corrida da tora, caça, cabo de guerra, entre outras atividades. Danças e pinturas corporais também fazem parte da festa.

E é justamente nesse tipo de movimento que deve acontecer dentro do ambiente escolar que Zair vê uma oportunidade para acrescentar suas vivências culturais enquanto indígena atrelado ao conhecimento que adquire em sua trajetória acadêmica.

“Em 2024, quando me vejo como pedagogo formado, quero que a escola tenha a cultura indígena mais forte, preservada. Quero ensinar as crianças como

eram feitas as comidas antigamente, levar esse tipo de vivência para dentro das salas de aula. Quero que dentro da escola a cultura mais forte seja a cultura Kaingang. Esse é meu sonho”, ressalta.

Para o futuro pedagogo, “hoje, como os professores não indígenas não conhecem essa nossa realidade, principalmente a de antigamente, não conseguem trabalhar isso em sala e acaba que a cultura que mais se trabalha é a de fora, e não a Kaingang”.

Já para o acadêmico do curso de Pedagogia Indígena, Dorival Gremag ernardo, a experiência tem sido fantástica. “Podemos observar que a universidade é para todos. É para qualquer um, a universidade está livre para nós indígenas, negros. A diversidade tem que estar presente em todas as Universidades do Brasil. Todos somos seres humanos e todos devem ser respeitados”, pontuou.

Turma do terceiro ano de Pedagogia Indígena conhecendo a estrutura da Universidade.

Na foto, em visita ao laboratório de telejornalismo, em pé (da esquerda para a direita):

Professora Vanessa Domingos Toledo, vice-coordenadora do curso de Pedagogia Indígena, Arianne Carla Pereira, professora do curso de Jornalismo da Unicentro, Adriana Rugte da Luz de Freitas, Daniel Fakrig Correia, Josicleia Samsanhkag Pereira, Dorival Gremag Bernardo, Clarice Nekaj Lourenço, Joanice Note Pires de Lima, professora Layse Nascimento, chefe do Departamento de Comunicação Social, professora Mariulce Leineker, coordenadora do curso de Pedagogia Indígena.

Abaixados (da esquerda para a direita):

Zair Fagfy Bandeira, Guilherme Norisgo Tavares, Silvana Venra Fernandes, Mauro Gasag Luiz, Marisandra Vanka Bernardo, Jocélia Jerá Pires de Lima, Sandra Yva Faustino, João Victor Retanh Jeca (Acervo pessoal/ Mariulce Leineker)



Zair sonha em atuar em sala de aula para assegurar a preservação cultural indígena no ambiente escolar

[Clique aqui](#)



Assim como seus companheiros de curso, Dorival explica o desejo de permanecer na aldeia para aplicar seus conhecimentos como professor

[Clique aqui](#)

A vice-coordenadora, Vanessa Domingos Toledo, também reforçou o quão desafiador é para os indígenas esse deslocamento de sua realidade para um mundo completamente novo e diferente para eles. Vanessa conta que, pela experiência do curso já na oferta anterior, “essa vinda para Guarapuava é muito difícil para eles, sentem falta da família, estão acostumados a estarem com as famílias todos os dias. E para eles, família é a configuração toda da família, para além de casal e filhos, inclui avós, irmãos, pais, mães, filhos”.

Outro fator de bastante impacto é a comida. Os hábitos alimentares são muito diferentes e como nesse período no campus em Guarapuava eles almoçam no RU, muitos sentem como se a comida pesasse porque têm outros hábitos gastronômicos. Há ainda a questão do ambiente em si, segundo a professora Vanessa: “a organização da estadia deles aqui também é uma dificuldade grande de adaptação. Lá eles são livres, vão para onde quiserem, não têm medo de sair de casa. Então, são todas questões que pesam porque é uma realidade na cidade completamente diferente para eles”.

Muitos deles, ao serem indagados sobre como se veem depois de formados e quanto à importância do curso que estão fazendo, indicam a necessidade de preservação de suas culturas, tradições e, sobretudo, da língua. Em parceria com a prefeitura municipal de Novas Laranjeiras, a aldeia em Rio das Cobras tem nove escolas e os professores, em sua maioria, são não indígenas.

Antigo mundo novo

Para o acadêmico Guilherme Norigso Tavares, o objetivo é formar cada vez mais indígenas para serem professores nestas escolas. “Para não esquecermos a nossa cultura e a nossa língua materna, é preciso formar mais indígenas para nossas escolas. Não queremos que nossos filhos esqueçam a nossa cultura, nossa língua”, destaca.

Outra aluna, Clarice, também vê na filha Camile de nove anos sua motivação para concluir o curso. “Pra mim vai ser um sonho me formar em Pedagogia. Me interessei nesse curso por causa da Camile, para poder ser professora da minha filha e também ensinar as crianças”.

Nessa experiência de vinda até o ambiente universitário, Josicleia Samsanhkag Pereira era acometida de insegurança e medo. Ela diz que tinha muito receio com relação aos não indígenas, porque ela e os seus sofrem muito preconceito. “Sofremos muito preconceito por sermos indígenas em muitos lugares e esse medo veio muito forte em mim, porque foi a primeira vez que eu vim para a universidade”. Hoje, Jô, como gosta de ser chamada, sente um ambiente mais acolhedor e amistoso, bem ao contrário do que tinha imaginado.



‘Jô’, como gosta de ser chamada, está realizando o sonho de se tornar professora (Arquivo/UNICENTRO)



Apesar das dificuldades iniciais de adaptação no ambiente universitário, hoje Jô já está sonhando com a formatura

[Clique aqui](#)

E para ela, estar cursando uma graduação mudou toda sua perspectiva, até mesmo quanto as suas habilidades. “Eu não acreditava na minha capacidade de passar no vestibular. Eu nunca tinha tentado e não confiava muito em mim. Quando soube que tinha passado não acreditei”, relembra.

Confiante, Jô já faz planos para a formatura. “Ahh, eu me imagino linda, com um vestido e vou querer a beca, porque a gente imagina muita coisa e conversamos entre nós e ficamos combinando sobre como será a formatura. Espero que todos cheguem lá juntos! Todos”, espera nossa promissora pedagoga.

Nós também estamos na torcida, JÔ!

Enfim, depois de ler e ouvir várias histórias e vivências, temos que ter em mente que o verdadeiro desejo é que esse curso venha a continuar se perpetuando.

E que cada vez mais contribua para o desenvolvimento do conhecimento, com a perspectiva de ofertar novas oportunidades para a população indígena e, principalmente, que esse seja o exemplo para que outras universidades estejam cada vez mais atentas na busca de uma educação mais participativa e inclusiva.

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Andressa Rickli e Wilma Vieira

Edição: Silvia Calciolari

Edição de áudio: Gabrielli Ferreira

Arte: Leonardo Rasmussen

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte: Leonardo Rasmussen

04/05/2023

Ciência cidadã: de todos, para todos

Compartilhar ciência pode transformar o ensino em uma experiência mais prática e colaborativa

Autora:
Luiza da Costa

Nós vivemos em um mundo compartilhado. Para agilizar a ida ao trabalho, por exemplo, combinamos caronas com os colegas que moram ao longo do caminho. Quando queremos ler um livro sem ter que pagar por ele, podemos emprestá-lo da biblioteca. Durante uma viagem legal, compartilhamos várias fotos nas redes sociais. Até o vestuário entra nesse ciclo de compartilhamento. Afinal, atire a primeira pedra quem nunca pediu uma roupa emprestada para algum amigo ou alguém da família!

E se eu te contasse que a ciência também pode ser compartilhada? O professor das séries finais do ensino fundamental Cleyton Machado de Oliveira descobriu isso desde cedo.

Quando criança, ele sempre foi curioso por temas científicos do dia-a-dia. Na época do ensino médio, uma professora do Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o levou para conhecer o departamento de geografia e biologia da universidade. Toda aquela curiosidade se juntou ao encanto pelo ambiente acadêmico. Já estava decidido: ele iria ingressar na graduação em geografia e seguir a carreira da pesquisa, que era a menina dos olhos de Cleyton naquela época.

Mas, como todos sabemos, a vida é um filme sem roteiro: já graduando na UEM, Cleyton percebeu que adorava apresentar seminários e mostrar às outras pessoas as informações que resultavam das pesquisas dele. O encanto por compartilhar a ciência o fez trocar o bacharelado pela licenciatura. Mas, na prática, o ambiente acadêmico ainda não é nem um pouco aberto ao compartilhamento, e Cleyton sempre se incomodou com essa lacuna entre a sociedade e o conhecimento produzido na universidade.

Quando ele começou a atuar como professor do ensino básico, percebeu que tinha feito a escolha certa. O interesse pela pesquisa acadêmica e a paixão em aprender e ensinar se encontraram na carreira pedagógica. Cleyton tinha, agora, a chance

de contribuir para que os alunos se aproximassem do conhecimento produzido na universidade: “Como professor, estou em constante formação, e, durante toda minha carreira docente, procurei adaptar os planos de aula para que os alunos percebessem que eles são os protagonistas do processo de aprendizagem. Tirá-los da posição de espectadores e transformá-los em aprendizes ativos mostrou que eles também podem participar da produção e compartilhamento de conhecimento, assim como os pesquisadores nas universidades.”

Foi no ano passado que as duas paixões se uniram: compartilhar ciência e ensinar com abordagens alternativas. Ele e 24 alunos do CAP – UEM passaram a integrar o time do Programa Interinstitucional de Ciência Cidadã na Escola (Picce). A iniciativa tem como objetivo promover a ciência cidadã nas escolas do Paraná e Cleyton trabalha, desde dezembro de 2022, com os protocolos de caracterização da qualidade do solo e segurança no trânsito no entorno escolar. O solo e o trânsito no entorno do CAP foram analisados e documentados pelos alunos. O professor aponta que a proposta do Picce é perfeita para a abordagem de ensino dele. “Os alunos articulam as experiências da ciência cidadã com o conhecimento científico aprendido em sala de aula. Além disso, eles fazem uma ponte entre a escola e a família. Vários alunos analisaram o solo em casa, por exemplo.”



Professor Cleyton e os
alunos do CAP – UEM, que
participam do Picce

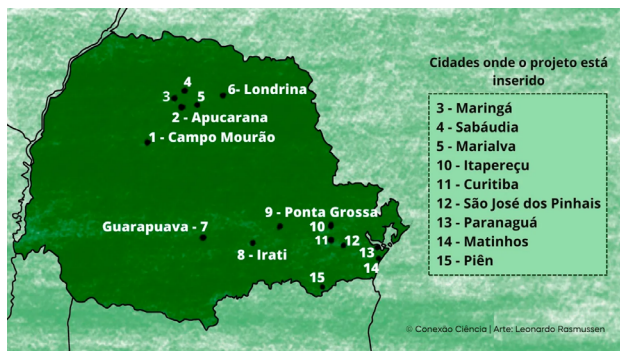
Registros das atividades do Picce desenvolvidas pelo professor Cleiton no CAP – UEM



Aposto que a esta altura você deve estar se perguntando: o que é ciência cidadã? Esta é uma prática que se baseia na colaboração voluntária entre cientistas amadores e profissionais para realizar a coleta de dados utilizados em pesquisas científicas. Seu foco é proporcionar abordagens ativas, nas quais os participantes possam sentir na prática parte da experiência que os próprios pesquisadores têm em sua rotina.

Essa forma alternativa de ensinar a ciência é um dos principais pilares para a iniciativa do Picce, iniciado em 2022, graças à parceria entre sete instituições de ensino superior do Paraná e a Secretaria Estadual de Educação. O objetivo principal do projeto é levar esse aprendizado na prática para as salas de aula, tornando os estudantes e professores co-produtores da ciência – de bônus ainda deixando as aulas bem mais interessantes para os dois lados.

Até o momento, ainda em suas fases iniciais, o programa elaborou um conjunto de 16 protocolos que norteiam os temas a serem abordados pelo projeto. Os tópicos vão desde práticas para ajudar na reciclagem de lixo na natureza, passando por estudos de monitoramento do mosquito *Aedes aegypti* e práticas de educação no trânsito.



Ciência cidadã

A Ciência Cidadã faz parte do conceito chamado de Ciência Aberta, movimento que ocorre mundialmente permitindo um maior acesso dos cidadãos ao mundo científico. Esse envolvimento da comunidade dentro da produção de pesquisas colabora para a desmistificação de que toda a ciência precisa ser algo extremamente difícil de se entender. Quem aí nunca desejou que a física fosse um pouco menos abstrata ou que a geografia não se baseasse apenas naquele mapa da sala de aula?

Além disso, a participação colabora para que os resultados sejam muito mais diversos graças ao maior mapeamento de informações. Um cientista apenas não seria capaz de fazer sua catalogação em tantos espaços ao mesmo tempo, mas essa rede de tecnologia torna isso uma possibilidade.

As expectativas para o futuro do projeto contam com a possibilidade de uma maior abrangência para atuar dentro de cada vez mais de escolas por todo o estado. Confira abaixo a fala de Rodrigo Arantes Reis, coordenador do Picce e Pró-reitor de extensão da UFPR, a respeito dos planos para as próximas fases do programa:

Rodrigo Arantes Reis, coordenador do Picce, fala sobre as expectativas para o futuro do projeto



[Clique aqui](#)

O Picce faz parte do Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI) Educação Para Ciência, financiado pela Fundação Araucária, que conta atualmente com quase 30 NAPI ativos. O arranjo tem por objetivo justamente incentivar a participação de professores e alunos na coleta de dados científicos, utilizando os resultados obtidos para melhorar a realidade na qual estão inseridos. Ou seja, um “*match*” perfeito para a Ciência Cidadã.

Outros projetos

Ficou interessado pela proposta da Ciência Cidadã? Saiba que existem outros projetos e plataformas nas quais você mesmo pode participar com seu lado cientista!

A Plataforma de Ciência Cidadã ([Civis](#)) e o Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira ([SiBBR](#)) são atualmente os principais sites quando o assunto é a Ciência Aberta. Juntos, os dois somam quase 150 projetos cadastrados nos quais qualquer um pode participar de forma online, independente de idade ou localização geográfica.

O protocolo varia de acordo com o projeto escolhido, mas para a maioria dos casos você pode participar através dos aplicativos ou sites informados. Em resumo, para ser um cidadão cientista basta ter um dispositivo com acesso à internet e muita curiosidade para explorar o mundo à sua volta.

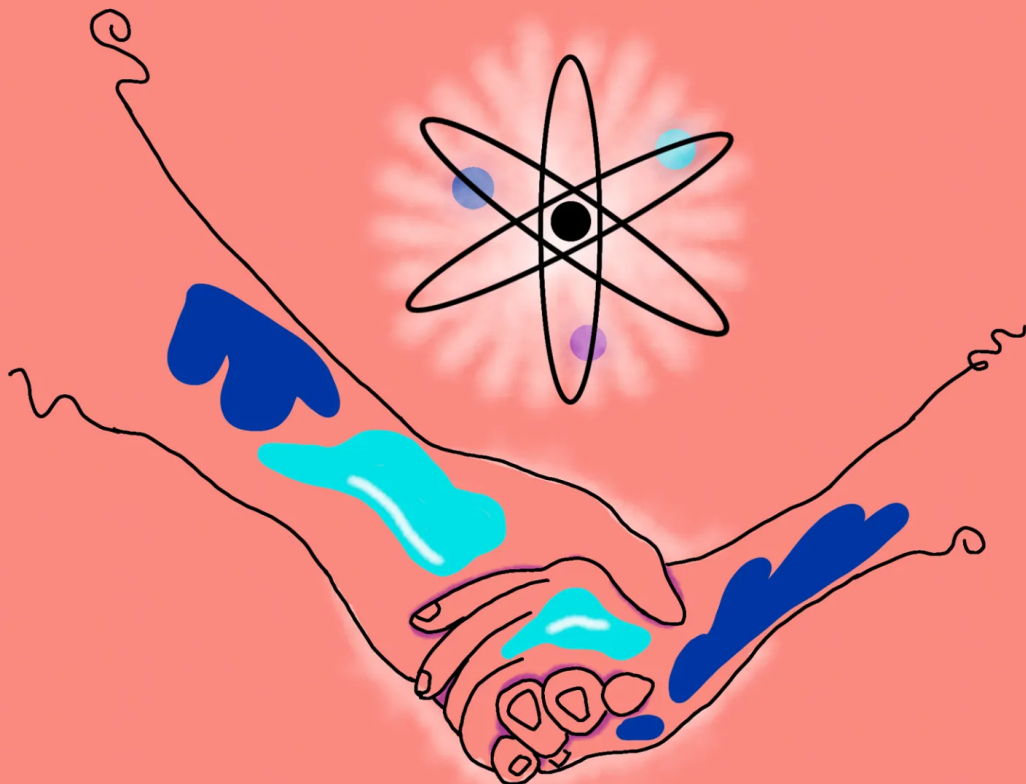
Caso queira conhecer melhor a Ciência Cidadã ou o Picce, ouça o podcast produzido pelo Conexão Ciência – C² a respeito do assunto. Nele o estudante Jailson Rodrigo Pacheco conta para a gente mais sobre suas experiências com essa ciência compartilhada e os resultados que observou até o momento.

A pesquisa que
mencionamos contribui
para o seguinte ODS:



O conteúdo desta seção foi produzido por

Texto: Isadora Monteiro Silva e Luiza da Costa
Supervisão de texto: Ana Paula Machado Velho
Arte: Leonardo Rasmussen
Edição de áudio: Luiza da Costa
Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena
Edição Digital: Gutemberg Junior



© Conexão Ciência | Arte: Mariana dos Santos Muneratti

11/05/2023

A dor e delícia de ser uma mãe que ama a ciência

Para marcar o Dia das Mães, o C² apresenta mulheres cientistas que se organizam, driblam obstáculos e abraçam a maternidade com vigor e determinação

Autora:
Sílvia Calciolari

Uma revolução silenciosa ronda as universidades brasileiras.

Silenciosa em seu estilo, mas amorosa o suficiente para transformar corações e mentes na Academia.

Estamos falando do [*Parent in Science*](#) – PiS, que em tradução livre pode ser entendido como “Mães e Pais na Ciência”, movimento que surgiu intramuro na universidade para discutir a parentalidade na ciência e ganhou maior relevância após a Revista *Nature* premiar a iniciativa.

O PiS é uma iniciativa brasileira capitaneada por [*Fernanda Staniscuaski*](#), cientista gaúcha de Erechim, mãe de três filhos e que, em 2016, já se angustiava com o ambiente hostil na universidade gerado a partir da opção pela maternidade, que impacta a vida tanto das mães, assim como dos pais, que são alunas ou docentes.

Sem apoio institucional e de seus pares, cientistas mulheres viam sua produtividade despencar a partir da licença-maternidade, muito em função da perda de bolsas de pesquisas, que obrigavam a interromper o trabalho ou, até mesmo, o descrédito em relação ao cumprimento de seus deveres e compromissos com a ciência.

No meio da pandemia, quando mães e pais cientistas estavam em *home office*, o movimento ganhou fôlego extra, aumentando sua representação com os chamados embaixadores nas principais instituições de ensino e pesquisa no país.

Assim como a cientista Fernanda, milhares de outras mulheres se identificaram com os percalços que atormentam aquelas que decidiram ser mães, ao mesmo tempo em que insistem em manter a carreira acadêmica.

Alguns torceram o nariz.

Afinal a pessoa quer ser cientista e mãe ao mesmo tempo? Impossível para alguns corações, mas para muitos outros uma alucinante viagem que é gerar e cuidar de outro ser.



Por essas e outras, o movimento tem por característica ser uma rede que acolhe, orienta e propõe políticas públicas para estimular as mulheres cientistas a continuarem no universo da ciência, driblando as adversidades a partir da nova realidade que deve e precisa ser considerada pela comunidade científica e pelas gestões universitárias.

A partir do tamanho engajamento ao *Parent in Science* que a primeira grande conquista do movimento aconteceu já em abril de 2021, quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico – CNPq – promoveu o que autoproclamou uma “evolução” no Currículo Lattes para permitir o registro dos períodos de licença-maternidade. O mesmo exemplo foi seguido pela plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Carolina

É com grande orgulho que a professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no curso de Medicina, Carolina Panis, se apresenta como embaixadora na Região Sul do *Parent in Science* e mãe de dois filhos no “produtivo” [Lattes](#) da pesquisadora. Carolina, que desenvolve projetos de oncologia translacional e doenças inflamatórias crônicas, com foco em câncer de mama e fatores de risco genéticos e ambientais associados, não contempla os obstáculos que superou em sua jornada.

“Existe uma grande dificuldade de ser mulher num sistema masculino, onde o desejo de ser mãe nem sempre é compreendido ou respeitado”, afirma. Grávida do primeiro filho ainda no mestrado, foram muitas as oportunidades que perdeu em termos de projetos e bolsas pela condição considerada “excepcional” para a Academia. Mesmo diante das negativas, seguiu sua vocação e, ao chegar ao doutorado, encontrou, finalmente, acolhimento e respeito por sua decisão.

“Na época do meu pós-doc, no Instituto Nacional do Câncer, em São Paulo, em 2006, percebi que muitas pesquisadoras, mães como eu, passavam os mesmos perrengues com os cuidados maternos”, relembra. Tudo porque cientistas mães não eram bem-vindas nos laboratórios, especialmente as mães separadas ou solas que enfrentam, até hoje, maiores dificuldades.

Ainda tendo que lidar com a mentalidade de que ser mãe significa para muitos colegas “um tempo

perdido para a pesquisa ou mesmo queda acentuada na produção acadêmica”, Carolina também enfrentava um drama familiar. Em 2016, seu filho foi diagnosticado com um linfoma, o que a afastou por meses do trabalho para acompanhar o tratamento. “Mesmo sendo uma pesquisadora que trabalha com câncer, com especialidade em quimioterapia, eu fiz a opção de ser a mãe dele. Claro que a cientista estava presente e pude fazer algumas interferências, mas na maior parte do tempo eu fiquei ao lado somente cuidando do meu filho”, relata.

Ao retomar a docência, após vencer a fase mais aguda da doença do filho, Carolina mergulhou no trabalho, mesmo estando grávida do segundo rebento. Resiliente, ela não desistiu de seu projeto de pesquisa, iniciado em 2014, envolvendo a incidência de [câncer de mama em mulheres agricultoras](#) do Sudoeste do Paraná, a partir do uso de agrotóxicos.



Carolina Panis em algum lugar de Boston (EUA), junto com o marido Altair, Altair Filho e Arthur, o caçula (Arquivo pessoal)

Mesmo envolvida em seus inúmeros projetos de pesquisa, Carolina encontrou tempo e escreveu um depoimento para o livro “[Maternidades Plurais](#)” (2021) em que mulheres cientistas contam suas experiências no isolamento imposto pela pandemia. Ela e a família estavam em Boston, nos Estados Unidos, período em que dedicava à pesquisa e à maternidade.

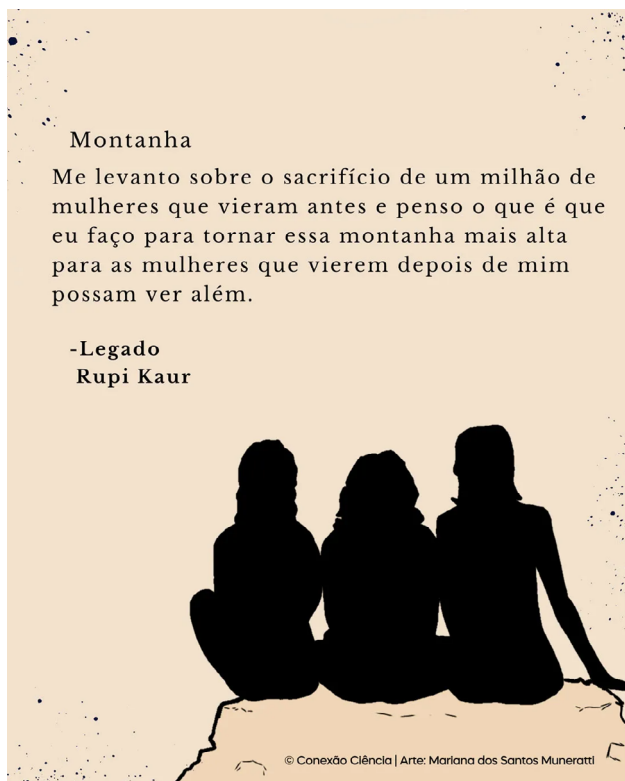
“Foi nessa época que me aproximei do *Parent in Science* e, hoje, como embaixadora, procuro dar o meu melhor para que outras mulheres, docentes e alunas, da graduação à pós, não enfrentem as dificuldades que passei para ser mãe e seguir na carreira”, ressalta.

A perseverança de Carolina está dando frutos, tanto para a carreira como para a maternidade. Em outubro de 2021, ela foi vencedora na categoria Pesquisadora, na área das Ciências Biológicas, na [34ª edição do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia](#). O prêmio é o reconhecimento pelo trabalho que tem o apoio da Fundação Araucária, através dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação – NAPI Genômica, Saúde Humana e Vigilância Ambiental.

Roberta

“Nosso objetivo é fazer a mulher entender o que significa ser mulher na ciência”.

A proposta é ousada, mas para a psicóloga formada pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e hoje professora adjunta na Universidade Estadual de Londrina – UEL, Roberta Ekuni de Souza, não podemos pensar pequeno. “O Brasil precisa evoluir muito no acolhimento e respeito às mulheres cientistas mães, assim como também em políticas públicas”, avalia.



Nos Estados Unidos, por exemplo, a maternidade é encarada com muito mais empatia pelas autoridades educacionais e legisladores. Medidas relativamente simples como espaço para crianças em eventos acadêmicos e congressos ou mesmo auxílio financeiro para contratação de babás para cuidar dos filhos têm aumentado a participação e a produtividade das pesquisadoras.

Por aqui, ainda há uma cegueira dos gestores em relação à maternidade, mas com o *Parent in Science* esse cenário tende a se transformar em prol das mães e pais cientistas. Em algumas instituições já há locais apropriados para aleitamento, trocadores e até auxílio financeiro para creches. Mas ainda há muito a ser conquistado. “Fiz contato com o *Parent*

uma aluna que iria perder a bolsa em plena licença-maternidade. Deu certo e conseguimos garantir a permanência dela no projeto”, conta Roberta. Aliás, ela mesma se valeu do apoio e assessoria jurídica do movimento para garantir redução de carga horária em função do filho que pertence ao espectro autista.

“Não queremos privilégios, nem concessões. Desejamos compreensão, respeito, regras menos engessadas e a possibilidade de ser uma aluna-mãe, professora-mãe”, desabafa Roberta. Atualmente envolvida em projetos de estudos da memória e na ciência da aprendizagem, que podem ser conferidos no seu Lattes junto com o período da licença-maternidade, Roberta é editora da coleção “Caçadores de Neuromitos” e coordena o “Grupo de Estudos em Neurociência”, na Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, com várias ações de divulgação científica.



Luke com a mãe cientista
Roberta, num daqueles
passeios memoráveis
(Arquivo pessoal)

“Eu não me arrependo de ter optado pela carreira e pela maternidade, porque sei que dou conta de ser mãe e cientista. E com o *PiS* eu tive mais coragem para lutar por todas, em honra àquelas mulheres que chegaram antes de nós”, reafirma.

Grasiele

E a cada pessoa com quem se conversa sobre o *Parent in Science* parece que uma “revolução” está mesmo acontecendo diante dos nossos olhos.

Grasiele Scaramal Madrona é um exemplo de que corações e mentes estão sendo cooptados para uma nova mentalidade que é de respeito absoluto a quem quer ser mãe, ou não. “Eu mesma nem pensava na maternidade até o pós-doutorado e faço um *mea culpa* por não entender, à época, quem seguia por esse caminho”, lembra. Somente quando foi mãe pela primeira vez que Grasiele se deu conta que aqueles que subestimavam a maternidade estavam na contramão da história.

Ainda há mulheres que expressam o desejo de escrever um livro na licença-maternidade. Quem nunca, né? “Só quem passa por isso entende as dificuldades e a importância do acolhimento”, avalia.

Mas ao contrário do pensamento corrente de que a maternidade seria um sacrifício pessoal e para a carreira, a engenheira de alimentos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e professora do Departamento de Engenharia de Alimentos da UEM, [Grasiele](#) transcendeu a outro patamar: “Descobri o *Parent in Science* e abri minha mente para ajudar outras mulheres”.

Grasiele com Miguel e
Livia, cercada por Ladir
e o caramelo Agostinho
(Arquivo pessoal)



Para efetivar essa revolução nas universidades, o PiS desenvolve várias ações para diminuir o impacto da maternidade na produção acadêmica, que vai até os quatro anos da criança. Falando nisso, Grasiele diz que ainda enfrenta dificuldades, já que o filho tem cinco anos e a caçula está com dois.

Com experiência na área de desenvolvimento de novos produtos envolvendo Ciência e Tecnologia de Alimentos, com ênfase em tecnologia de produtos de origem animal como leite e derivados e queijos artesanais, a engenheira Grasiele não esmorece. “Na pandemia, foi insano, mas o amor pela ciência e pela família nos dá força para perseverar, junto com uma rede de apoio”, completa.

Por essas e outras, o [Programa Amanhã](#), do PiS, nasceu para amenizar os impactos financeiros de milhares de mães alunas na pandemia com o objetivo de diminuir as chances de ser mais um fator a contribuir para a evasão de estudantes dos cursos de pós-graduação. Uma pesquisa realizada pelo movimento apurou que a maioria não conseguiu dar continuidade ao desenvolvimento de suas teses

e dissertações. Os números foram terrivelmente chocantes para as mães negras: menos de 10% avançavam com suas teses e dissertações durante o período de isolamento social no Brasil.

Outra iniciativa para apresentar e discutir a questão da parentalidade surgiu na Universidade Federal Fluminense – UFF que, inspirada no *Parent in Science* produziu um manual com as questões que envolvem o movimento para orientar as mulheres e homens cientistas de todo o Brasil. Para saber mais, basta acessar a publicação aqui.

Embora haja tanto estigma e obstáculos, o Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres, seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a [Organização dos Estados Ibero-americanos](#) – OEI. Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Imaginem o que essas mulheres maravilhosas não seriam capazes com apoio e respeito da comunidade científica e da sociedade?

Nem precisa imaginar. Só embarcar nessa luta. Elas já estão prontas e organizadas para fazer a sua própria revolução.

Então, lá vai:

Mulheres cientistas, uni-vos!

A pesquisa que mencionamos contribui para os seguintes ODS:



Para conhecer mais sobre o movimento e as mulheres que entrevistamos basta acessar o podcast [Parent in Science](#).

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Silvia Calciolari

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Arte: Mariana dos Santos Muneratti

Supervisão de arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

